



Cliente ANUBRA

Veículo TRIBUNA DA BAHIA-SALVADOR

Data 12 e 13.12.98

Seção OPINIÃO

Página 06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Luciano Mendes de Almeida

Direitos humanos



Há 50 anos, em 10/12/1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas proclamava a Declaração dos Direitos Humanos. Os países signatários se comprometeram a promover o respeito e a observância dos direitos e liberdades fundamentais da pessoa.

Em 1948, os anos de guerra ainda estavam muito presentes. Holocausto. Combates.

Bomba atômica. Milhões de vítimas inocentes. A declaração votada pela ONU vinha afirmar o reconhecimento da dignidade de cada pessoa e criar condições para a convivência pacífica e fraterna entre os povos. A enumeração dos direitos contribuiu para a formação da consciência, a compreensão dos deveres, o aperfeiçoamento das leis e a busca de soluções equitativas para tensões e conflitos internacionais. Apesar de notáveis esforços, infelizmente continuam violações graves e contínuas.

No Brasil, em muitas cidades organizaram-se programas de estudo e aprofundamento desses direitos, com avaliação de aquisições, deficiências e desafios no cumprimento da declaração.

Em Teresina (PI), a Comissão de Direitos Humanos da Arquidiocese, em união com a OAB e entidades numerosas, promoveu ampla manifestação.

Na análise conjunta, procuraram destacar algumas conquistas em relação aos direitos humanos no Brasil. Cresceram, sem dúvida, a consciência e o exercício da cidadania. Após anos de restrições nos direitos políticos, aprendemos a votar, a participar de movimentos populares, a interessarmos por metas concretas na promoção do bem comum. A volta do Estado de Direito devolveu a tão desejada liberdade de expressão. A atitude de respeito e diálogo favoreceu a convivência na diversidade de crenças, tradições e culturas. A democracia vem mostrando formas mais efetivas de participação da sociedade

de organizada, por exemplo pelas comissões paritárias. As campanhas de vacinação, os esforços em prol de educação e saneamento demonstram maior corresponsabilidade na busca de condições dignas de vida. Sirva de estímulo o prêmio internacional concedido pela ONU, em Nova York, ao dr. José Gregori, pela sua determinação em promover os direitos humanos no atual governo.

No entanto, um exame leal identifica situações de violação dos direitos fundamentais. Além do dramático aumento da exclusão social, marcada pela fome de milhões de brasileiros, foram lembradas as seguintes deficiências:

1) A primeira refere-se à injustiça contra as populações indígenas em nossa pátria. Dos 5 milhões nos tempos da chegada dos europeus, restam pouco mais de 200 mil, membros de tribos indígenas que lutam para sobreviver e ainda aguardam a demarcação de suas terras.

2) A lentidão em promover a política agrária e agrícola e os assentamentos das famílias têm causado tensões sociais e sofrimentos para trabalhadores rurais.

3) Não menos urgente é a condição de presídios, cárceres e delegacias, onde se pratica a tortura e crescem a violência e o desespero diante da superlotação e do atraso nos julgamentos.

4) O mais grave é perceber a incoerência em afirmar a defesa dos direitos humanos e ao mesmo tempo tolerar e até pseudojustificar a eliminação no seio materno de vidas inocentes e indefesas.

Há muito que progredir. Temos que louvar a Deus pelos progressos alcançados.

Requer-se, no entanto, uma conversão mais profunda para cumprir nossos deveres e promover a dignidade dos que são filhos de Deus e irmãos nossos.

D. Luciano Mendes de Almeida escreve aos sábados nesta coluna.



Cliente	ANUBRA
Veículo	O LIBERAL - BELÉM
Data	13.12.98
Seção	CARTAZ
	Página 07

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Homem Direito

Senador José Gomes Pinheiro Machado, mais conhecido e temido como Pinheiro Machado, gaúcho de Cruz Alta, foi o Antônio Carlos Magalhães da República Velha. Ele foi o organizador da coligação que levou Afonso Pena a presidência e mediador político durante as presidências de Campos Salles e Ermes da Fonseca.



LUCAS MENDES

Num dia de setembro em 1915, saindo do Senado, Pinheiro Machado foi assassinado a facadas por Manso de Paiva, um homem comum, na praça José de Alencar, em frente ao antigo hotel dos Estrangeiros.

Na mesma praça, exatamente no mesmo endereço, 27 anos depois, Henrique Gregory foi assassinado a tiros por um empregado que havia demitido por roubo nas suas empresas. Henrique Gregory era um empreendedor bem-sucedido: tinha uma firma de café, a Bandeirantes, e uma loja de departamentos, a São Paulo, no Largo da Carioca com filial no Largo do Machado. Ele era um homem afilante e tinha sete filhos, o mais velho com 12 anos, o menor com 8 meses.

O impacto na família foi muito mais do que emocional. No mesmo dia do enterro os Gregory se mudaram para São Paulo: - mudamos de cidade, amizades e padrão econômico. A vida apertou" diz José Gregory.

O filho de Henrique Gregory, que na época tinha 8 anos, hoje é o Secretário Nacional dos Direitos Humanos do presidente Fernando Henrique.

"O assassinato do meu pai me marcou muito porque além de um homem bom ele era uma presença forte. É difícil a gente saber com certeza porque somos o que somos mas o assassinato de meu pai com certeza teve influência nesta minha luta contra a violência e pelos direitos humanos".

José Gregory foi o primeiro brasileiro a receber o prêmio que as Nações Unidas conferem, de 5 em 5 anos, aos que se distinguem na luta pelos direitos humanos. É um prêmio individual mas José Gregory acha que nesta área o trabalho do governo de Fernando Henrique é um modelo para outros países.

Com o fim das ditaduras na maioria dos países emergentes, a defesa dos direitos humanos vem perdendo verba, prestígio e vozes mas para um país muito mais famoso pelos abusos e pela violência como o Brasil, o prêmio da ONU, além de refrescar a imagem externa, revigora o programa dos direitos humanos de José Gregory.



Cliente	ANUBRA		
Veículo	O TEMPO-BELO HORIZONTE		
Data	13.12.98		
Seção	MAGAZINE	Página	11

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

BUGAS MENDES

Homem Direito

O senador José Gomes Pinheiro Machado, mais conhecido e temido como Pinheiro Machado, gaúcho de Cruz Alta, foi o Antonio Carlos Magalhães da República Velha. Ele foi o organizador da coligação que levou Afonso Pena à presidência e mediador político durante as presidências de Campos Salles e Hermes da Fonseca.

Num dia de setembro em 1915, saindo do Senado, Pinheiro Machado foi assassinado a facadas por Manso de Paiva, um homem comum, na praça José de Alencar, em frente ao antigo hotel dos Estrangeiros. Na mesma praça, exatamente no mesmo endereço, 27 anos depois, Henri-

que Gregory foi assassinado a tiros por um empregado que havia demitido por roubo nas suas empresas.

Henrique Gregory era um empreendedor bem sucedido: tinha uma firma de café, a Bandeirantes, e uma loja de departamentos, a São Paulo, no Largo da Carioca, com filial no Largo do Machado. Ele era um homem afluente e tinha sete filhos, o mais velho com 12 anos, o menor, com 8 meses.

O impacto na família foi muito mais do que emocional. No mesmo dia do enterro, os Gregory se mudaram para São Paulo: "Mudamos de cidade, amigos e padrão eco-



nômico. A vida apertou", diz José Gregory. O filho de Henrique Gregory, que na época tinha 8 anos, hoje é o Secretário Nacional dos

Direitos Humanos do presidente Fernando Henrique.

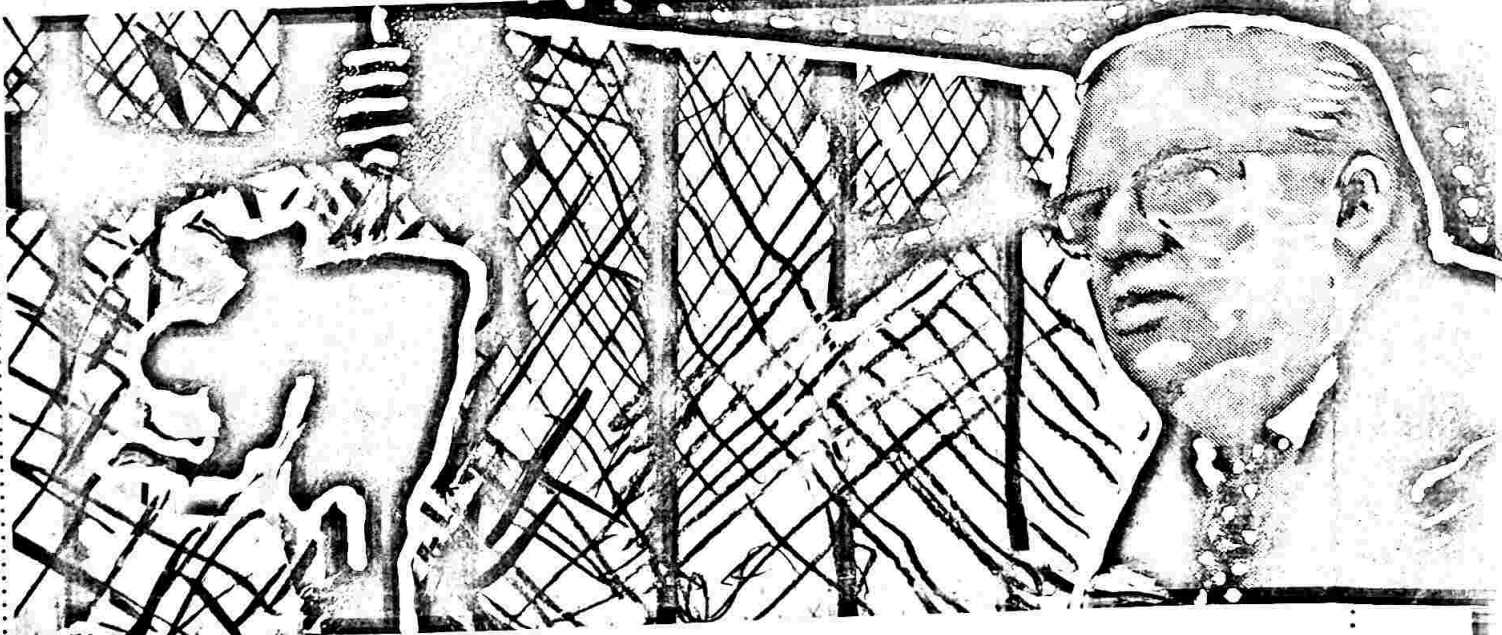
"O assassinato do meu pai me marcou muito porque, além de um homem bom, ele era uma presença forte. É difícil a gente saber com certeza porque somos o que somos, mas o assassinato meu pai com certeza teve influência nessa minha luta contra a violência e pelos direitos humanos".

José Gregory foi o primeiro brasileiro a receber o

prêmio que as Nações Unidas conferem, de cinco em cinco anos, aos que se distinguem na luta pelos direitos humanos. É um prêmio individual, mas José Gregory acha que nessa área o trabalho do governo de Fernando Henrique é um modelo para outros países.

Com o fim das ditaduras na maioria dos países emergentes, a defesa dos direitos humanos vem perdendo verba, prestígio e vozes, mas para um país muito mais famoso pelos abusos e pela violência como o Brasil, o prêmio da ONU, além de refrescar a imagem externa, revigora o programa dos direitos humanos de José Gregory.

FERNANDO FLUZA





Cliente **ANUBRA**
Veículo **ESTADO DE MINAS-BELO HORIZONTE**
Data **13.12.98**
Seção **RESUMO** Página **02**
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

EM DIA COM A SEMANA

EM QUEDA

BILL CLINTON

▼
O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, acusado de perjúrio, obstrução da Justiça e abuso de poder, no caso Monica Lewinsky. Na sexta-feira, a Comissão de Justiça da Câmara de Representantes votou a favor de um dos artigos do processo de impeachment contra ele, o que leva o caso agora à votação em plenário. A decisão foi tomada pela terceira vez na história dos EUA. O artigo, aprovado por 21 republicanos contra 16 democratas, reprova ao presidente o fato de ter mentido sob juramento à Justiça (perjúrio). Bill Clinton disse que está pronto a aceitar "censura e repreensão" do Congresso norte-americano por seus "erros em palavras e fatos". Ele se referia às acusações relacionadas ao episódio Monica Lewinsky, que levaram o Congresso a examinar um pedido de impeachment. "Daria qualquer coisa para voltar atrás e desfazer o que fiz, mas sei que isto não é possível!", lamentou-se.



AP

Déficit mineiro ▼

Minas Gerais está entre os três Estados detentores do pior resultado previdenciário do País, ao lado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, de acordo com levantamento feito pelo Ministério da Previdência. A diferença entre o que o governo mineiro paga aos aposentados e arrecada em contribuições chegará este ano a R\$ 1,5 bilhão, o que representa um déficit previdenciário de 21%. Diante desse quadro, o governo federal exige que a contribuição previdenciária dos servidores públicos mineiros - atualmente de 3,5% - seja aumentada a partir do ano que vem.

EM ALTA

JOSÉ GREGORI

▲
O secretário de Direitos Humanos, José Gregori, pelo prêmio que recebeu do secretário-geral da ONU, Kofi Annan, quinta-feira, em Nova Iorque. Ele tomou-se o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio de direitos humanos concedido pela entidade. Gregori foi premiado ao lado de mais quatro pessoas, incluindo o ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Segundo a ONU, Gregori foi premiado por sua luta desde os anos 50, buscando restabelecer a democracia no País, além dos programas nacional e regional de divulgação dos direitos humanos. Entre os já agraciados com essa distinção estão o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, Eleanor Roosevelt, esposa do ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e o líder negro Martin Luther King. O secretário José Gregori recebeu o prêmio durante a comemoração do 50º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem.



ROSE PAULO LACERDA/AG

União Européia ▲

Pelo combate ao desemprego. Os 15 países da União Européia (UE) aceitaram, sexta-feira, proposta conjunta da Alemanha e da França para elaborar o que o documento franco-alemão batizou de "Pacto pelo Emprego". A primeira vista, parece mera reedição de propostas semelhantes que vêm circulando há anos numa Europa assolada por um desemprego estabilizado em torno de 10% de sua força de trabalho. Mas o documento franco-alemão cobra metas obrigatórias para o emprego, visando à redução do desemprego entre os mais jovens e no número de desempregados de longa duração.



Cliente	ANUBRA		
Veículo	O TEMPO-BELO HORIZONTE		
Data	13.12.98		
Seção	MAGAZINE	Página	11

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

LUCAS MENDES

Homem Direito

O senador José Gomes Pinheiro Machado, mais conhecido e temido como Pinheiro Machado, gaúcho de Cruz Alta, foi o Antonio Carlos Magalhães da República Velha. Ele foi o organizador da coligação que levou Afonso Pena à presidência e mediador político durante as presidências de Campos Salles e Hermes da Fonseca.

Num dia de setembro em 1915, saindo do Senado, Pinheiro Machado foi assassinado a facadas por Manso de Paiva, um homem comum, na praça José de Alencar, em frente ao antigo hotel dos Estrangeiros. Na mesma praça, exatamente no mesmo endereço, 27 anos depois, Henri-

que Gregory foi assassinado a tiros por um empregado que havia demitido por roubo nas suas empresas.

Henrique Gregory era um empreendedor bem sucedido: tinha uma firma de café, a Bandeirantes, e uma loja de departamentos, a São Paulo, no Largo da Carioca, com filial no Largo do Machado. Ele era um homem afluente e tinha sete filhos, o mais velho com 12 anos, o menor, com 8 meses.

O impacto na família foi muito mais do que emocional. No mesmo dia do enterro, os Gregory se mudaram para São Paulo: "Mudamos de cidade, amizades e padrão eco-



nômico. A vida apertou", diz José Gregory. O filho de Henrique Gregory, que na época tinha 8 anos, hoje é o Secretário Nacional dos Direitos Humanos do presidente Fernando Henrique.

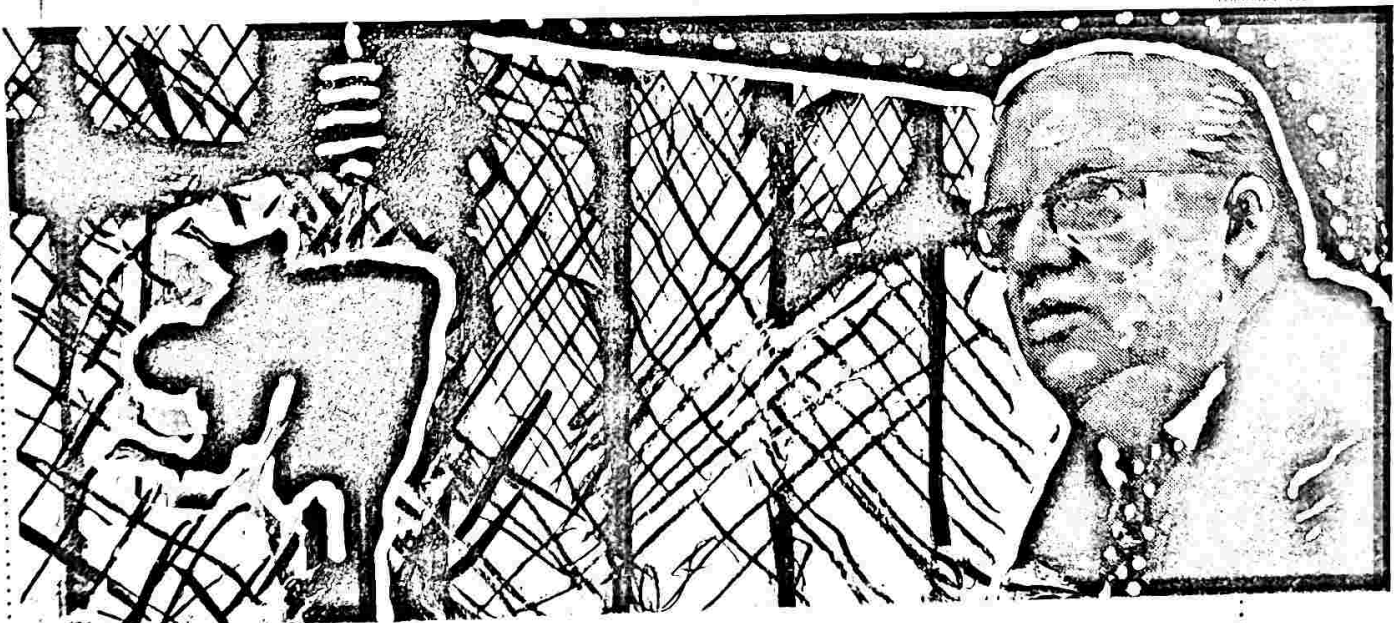
"O assassinato do meu pai me marcou muito porque, além de um homem bom, ele era uma presença forte. É difícil a gente saber com certeza porque somos o que somos, mas o assassinato meu pai com certeza teve influência nessa minha luta contra a violência e pelos direitos humanos".

José Gregory foi o primeiro brasileiro a receber o

prêmio que as Nações Unidas conferem, de cinco em cinco anos, aos que se distinguem na luta pelos direitos humanos. É um prêmio individual, mas José Gregory acha que nessa área o trabalho do governo de Fernando Henrique é um modelo para outros países.

Com o fim das ditaduras na maioria dos países emergentes, a defesa dos direitos humanos vem perdendo verba, prestígio e vozes, mas para um país muito mais famoso pelos abusos e pela violência como o Brasil, o prêmio da ONU, além de refrescar a imagem externa, revigora o programa dos direitos humanos de José Gregory.

FERNANDO FIUZA





EM DIA COM A SEMANA

EM QUEDA

BILL CLINTON

▼
O presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, acusado de perjúrio, obstrução da Justiça e abuso de poder, no caso Monica Lewinsky. Na sexta-feira, a Comissão de Justiça da Câmara de Representantes votou a favor de um dos artigos do processo de impeachment contra ele, o que leva o caso agora à votação em plenário. A decisão foi tomada pela terceira vez na história dos EUA. O artigo, aprovado por 21 republicanos contra 16 democratas, reprovava ao presidente o fato de ter mentido sob juramento à Justiça (perjúrio). Bill Clinton disse que está pronto a aceitar "censura e repreensão" do Congresso norte-americano por seus "erros em palavras e fatos". Ele se referia às acusações relacionadas ao episódio Monica Lewinsky, que levaram o Congresso a examinar um pedido de impeachment. "Daria qualquer coisa para voltar atrás e desfazer o que fiz, mas sei que isto não é possível", lamentou-se.



EM ALTA

JOSÉ GREGORI

▲
O secretário de Direitos Humanos, José Gregori, pelo prêmio que recebeu do secretário geral da ONU, Kofi Annan, quinta-feira, em Nova Iorque. Ele tomou-se o primeiro brasileiro a ganhar o prêmio de direitos humanos concedido pela entidade. Gregori foi premiado ao lado de mais quatro pessoas, incluindo o ex-presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter. Segundo a ONU, Gregori foi premiado por sua luta desde os anos 50, buscando restabelecer a democracia no País, além dos programas nacional e regional de divulgação dos direitos humanos. Entre os já agraciados com essa distinção estão o presidente da África do Sul, Nelson Mandela, Eleanor Roosevelt, esposa do ex-presidente dos Estados Unidos, Franklin Delano Roosevelt, e o líder negro Martin Luther King. O secretário José Gregori recebeu o prêmio durante a cerimônia com que a ONU comemorou o 50º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem.



Déficit mineiro ▼

Minas Gerais está entre os três Estados detentores do pior resultado previdenciário do País, ao lado do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul, de acordo com levantamento feito pelo Ministério da Previdência. A diferença entre o que o governo mineiro paga aos aposentados e arrecada em contribuições chegará este ano a R\$ 1,5 bilhão, o que representa um déficit previdenciário de 21%. Diante desse quadro, o governo federal exige que a contribuição previdenciária dos servidores públicos mineiros - atualmente de 3,5% - seja aumentada a partir do ano que vem.

União Européia ▲

Pelo combate ao desemprego. Os 15 países da União Européia (UE) aceitaram, sexta-feira, proposta conjunta da Alemanha e da França para elaborar o que o documento franco-alemão batizou de "Pacto pelo Emprego". À primeira vista, parece mera reedição de propostas semelhantes que vêm circulando há anos numa Europa assolada por um desemprego estabelecido em torno de 10% de sua força de trabalho. Mas o documento franco-alemão cobra metas obrigatórias para o emprego, visando à redução do desemprego entre os mais jovens e no número de desempregados de longa duração.



Cliente	ANUBRA		
Veículo	TRIBUNA DA IMPRENSA-RIO DE JANEIRO		
Data	14.12.98		
Seção	...	Página	CAPA

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori é contrário à extradição de Pinochet

Argemiro Ferreira
(Correspondente)

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, precisou fazer uma boa manobra para justificar o fato de que, ao mesmo tempo em que é favorável à prisão e condenação do

ex-ditador Augusto Pinochet, é contra sua extradição para a Espanha. Único membro de governo homenageado na sede das Nações Unidas com um prêmio internacional de Direitos Humanos, Gregori optou por uma posição semelhante à do presidente Fernando Henrique

Cardoso: é a favor da punição do general, mas se tiver de ser julgado, que seja no Chile. E justificou lamentando "a falta que faz uma instância internacional com a legitimidade do apoio de todos os países para processar e julgar casos como esse". (Página 10)

Secretário é premiado por defesa dos Direitos Humanos, mas não concorda com extradição de Pinochet

Gregori defende a impunidade

Argemiro Ferreira
correspondente

NOVA YORK (EUA) - Apesar de achar que "ninguém pode deixar de se alegrar" com a situação do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, justificou em Nova York o elogio do presidente Fernando Henrique Cardoso ao colega chileno Eduardo Frei por ter condenado a prisão do general em nome da "soberania chilena".

O contorcimento intelectual do secretário Gregori foi exibido durante uma entrevista exclusiva ao correspondente da TRIBUNA, horas antes de viajar de volta ao Brasil e pouco depois de ter sido homenageado na sede das Nações Unidas com um prêmio internacional de Direitos Humanos, dado também ao ex-presidente americano Jimmy Carter.

Além de Gregori e Carter, foram distinguidos ainda com o prêmio mais três ativistas de Direitos Humanos: Sunila Abeysekera (de Sri Lanka), Angelina Acheng Atyam (Uganda) e Anna Sabatova (República Tcheca). Mas entre os cinco premiados, só o brasileiro exerce função de governo, já que sua secretaria nacional é um departamento do ministério da Justiça.

Sabatova, por exemplo, aproveitou a ocasião para fazer dura crítica ao atual governo tcheco, eleito graças ao movimento de resistência "Carta 77 - de que ela

foi uma das fundadoras e que lhe valeu três anos em prisões do regime comunista de Praga. Hoje Sabatova dirige o Comitê Helsinki tcheco e o Centro de Documentação e Direitos Humanos do país.

Apesar de ser o prêmio um reconhecimento ao seu passado de ativista dos Direitos Humanos, em especial na fase aguda da ditadura militar, Gregori disse que o atribuiu em parte à atual política do governo. "A grande novidade no Brasil é que antes se combatia pelos Direitos Humanos contra o governo, hoje o governo nos induz a isso, estimula as medidas e iniciativas", afirmou.

O secretário, que dedicou grande parte de sua vida à causa, contou ter vivido uma "emoção forte" ao receber a homenagem "num salão que é reconhecida, desde 1946, o topo do mundo, o da Assembleia Geral da ONU. Afinal, desde meu tempo de estudante, na faculdade, eu reverenciava aquele lugar quase como algo sagrado".

Coube ao secretário geral Kofi Annan abrir a sessão e anunciar os nomes. "Pagamos tributo à mente dos que conceberam esses direitos humanos e à memória dos que morreram por eles", disse. O programa completou-se depois com concerto de gala de Luciano Pavarotti e Wynton Marsalis, que atraiu celebridades como Michael Douglas, Mia Farrow e Vanessa Redgrave.



Gregori apóia FHC que condenou a extradição do ex-ditador chileno

'Só Chile pode julgar o general'

Para defender a posição do governo brasileiro no caso Pinochet, Gregori chamou atenção para "a falta que faz uma instância internacional com a legitimidade do apoio de todos os países para processar e julgar casos como esse". Acha ele que se o Tribunal Universal Penal criado em julho, em Roma, já estivesse funcionando, talvez fosse bem diferente.

"Esse tribunal - disse - vai corroborar a vontade de todos os países e não de um ou dois isoladamente. Será o encaminhamento adequado para os crimes de lesa-humanidade, genocídio, etc. O que dificulta no caso Pinochet, do ponto de vista jurídico, é a questão de um país onde os fatos delituosos não aconteceram chamar para si a responsabilidade pelo julgamento".

Mas ao ser perguntado diretamente se não concorda com a extradição de Pinochet - sem a qual o ex-ditador poderá ficar na impunidade garantida pela Constituição que ele próprio impôs ao país em plebiscito duvidoso - o secretário Gregori ficou com FHC: "Na ausência da instância internacional acho que a apuração ou eventual condenação dele cabe aos chilenos".

Enquanto se espera o tribunal, disse: "os ditadores já sabem agora que não podem mais viajar. Antes nunca enfrentaram a possibilidade de instância internacional ocupar-se de seus delitos. Agora a intocabilidade dos ditadores acabou, o problema é universal. O comportamento deles num país já não é problema só desse país. Basta decidirmos como organizar os julgamentos".

E no caso das acusações também feitas a Pinochet de ter sido mandante de crimes executados fora do Chile, como os assassinatos de Orlando Letelier e sua secretária Romi Molteni nos EUA, Carlos Prats na Argentina e Bernardo

Leighton na Itália? "Bom, pelo menos até agora estes países ainda não estão reivindicando a jurisdição sobre ele", respondeu Gregori. "O secretário de Direitos Humanos fez questão de deixar claro que "o fato envolvendo Pinochet, como se deu, não pode deixar de ser considerado positivo. Um tabu foi quebrado, do ponto de vista ético". Para Gregori, "isso vai produzir consequências. E a mais importante, a meu ver, deverá ser a de que vai apressar o funcionamento do tribunal internacional".

Gregori foi perguntado ainda se sua secretaria nacional será solidária com o pedido feito quinta-feira de abertura de processo contra Pinochet para investigar sua responsabilidade na morte de cinco brasileiros, feito à Corte Internacional de Justiça e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

"Essa providência da Câmara foi correta", respondeu o secretário. "Pois é o reconhecimento de instâncias que têm legitimidade. A mim me incomoda muito o país x ou y, por coincidência países que têm tradição imperialista, se arvorarem o direito de ser palatário do mundo. A proposição da Câmara é muito mais adequada do que o julgamento unilateral por parte de um país". (AF)

Avanço dos Direitos Humanos em 50 anos

Os aspectos positivos da globalização

"Na área dos Direitos Humanos, a globalização é positiva e saudável", disse o secretário. "É preciso levarmos em conta ainda as possibilidades abertas pela tecnologia em favor dos Direitos Humanos. A introdução, por exemplo, do fax e da Internet, através dos quais podemos cobrar o comportamento de outros e também sermos cobrados por eles. É um novo tipo de multilateralismo".

O Brasil, por sinal, continua sendo cobrado com frequência em relação à situação dos índios, dos meninos de rua e dos sem-terra. Mas hoje, acha o secretário Gregori, já se reconhece no exterior que o governo está agindo para enfrentar essas questões, que produziram tantas manchetes desfavoráveis para o país no passado recente.

"Nunca houve política de demarcação de terras tão ampla como a do atual governo. E hoje qualquer violência contra índios gera comoção nacional, o que é positivo. No caso dos menores, o quadro melhorou depois do massacre da Candelaria, cujos autores foram julgados e condenados. Falta muito, mas órgãos do governo e não governamentais têm feito muito mais agora".

A questão dos sem-terra, diz Gregori, tem componentes políticos e ideológicos complicados. "Mas nos últimos três anos o governo criou o ministério da Reforma Agrária e reforçou a atividade do INCRA, que têm à frente dois homens progressistas, o ministro Juguan e Milton Seligman. Há registros de assentamentos e enorme ampliação das áreas desapropriadas".

A sessão da ONU dedicada ao 50º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, iniciada com a entrega dos prêmios, continua ouvindo delegados dos países membros. O parágrafo é que alguns dos 126 oradores, como os representantes da China e Argélia, usam a tribuna para fazer uma defesa de defesa e não posição acusados de graves abusos e violações.

O Chile, Juan Larrain, preferiu não fazer discurso e atual obsessão chilena - a de impedir a todo custo o julgamento do ex-ditador Pinochet na Espanha por violação dos Direitos Humanos. Recorrente ao ministro, observou que o Chile não tem consciência da fragilidade dos Direitos Humanos porque sua história democrática foi interrompida por Pinochet, claro. (AF)

gem de século", reconheceu o secretário.

"Mas acho que na última passagem, há 100 anos, o número das pessoas sem voz e sem vez eram proporcionalmente muito maior - e sem que ninguém cuidasse delas

Agora existe cada vez maior consciência de que os problemas têm de ser resolvidos. Uma consciência universal, não apenas aqui e ali". "Além disso, os Direitos Humanos deixaram de ser mero recitativo para se

transformar em realidade. E isso, em um mesmo tempo, que mesmo alguns países que hoje violam esses direitos, já não o faziam sem culpa e até possuem um advogado de alívio ante a pressão

Jornal confirma ataque do ex-ditador

LONDRES - O jornal britânico The Sunday Mirror manteve ontem sua versão de que o ex-ditador Augusto Pinochet acusou a Grã-Bretanha de sequestrá-lo, apesar da negativa de assessores do general "General Pinochet lança um feroz ataque contra o governo britânico", publicou ontem The Sunday Mirror, jornal esquerdista de quase 2 milhões de exemplares, em sua primeira página e ao pé de uma foto do ex-ditador chileno, na frase atribuída a ele: "Jack Straw me sequestrou".

O jornal acrescenta textualmente: "Falando com exclusividade para The Sunday Mirror por meio de um amigo e colaborador, Sérgio de Castro, o general Pinochet disse: 'Sou vítima de uma traição.' Por meio do advogado Patrick Robertson, o ex-ditador negou no sábado, na véspera da publicação do jornal dominical, que teria concedido a "entrevista" por meio de Castro. Segundo Robertson, Pinochet "não recebeu nenhum questionário de entrevista de The Sunday Mirror nem lhe enviou nenhuma contestação".

Segundo a suposta entrevista,

Pinochet teria acusado o governo britânico de tê-lo sequestrado. "Eles me mantêm ilegalmente contra minha vontade, os homens que estão por trás (desse complô) não são outra coisa que criminosos. O ministro do Interior, Jack Straw, é um sequestrador e Tony Blair não merece confiança".

A informação parecia verdadeira na medida em que todos os chilenos que foram a Londres apoiar Pinochet consideram que ele foi sequestrado e é vítima de uma emboscada armada pelos chilenos no exílio com a Anistia Internacional e com o governo socialista de Blair.

O diretor de The Sunday Mirror, Colin Myler, manifestou hoje seu assombro com o desmentido feito pelo advogado de Pinochet. "Não há absolutamente nenhuma dúvida de que Sérgio de Castro falou ao general em nome de The Sunday Mirror e Pinochet sabia que o jornal publicaria suas palavras", assegurou Myler. "Castro deixou perfeitamente claro que estava manifestando os sentimentos de Pinochet e não sua opinião própria", acrescentou o diretor do jornal.

Brasileiro humanista premiado pela ONU

► José Gregori é condecorado por sua atuação pelos direitos humanos mas condena a extradição do ex-ditador Pinochet

ALGEMIRO FERREIRA
CORRESPONDENTE

NOVA YORK - Apesar de achar que "ninguém pode deixar de se alegrar" com a situação do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, o secretário nacional de Direitos Humanos (DHH), José Gregori, justificou em Nova York o elogio do presidente Fernando Henrique Cardoso ao colega chileno Eduardo Frei por ter condenado a prisão do general em nome da "soberania chilena".

O contracionismo intelectual do secretário Gregori foi exibido durante uma entrevista exclusiva ao correspondente do ESTADO DE MINAS horas antes de viajar de volta a Brasil e pouco depois de ter sido homenageado na sede das Nações Unidas com um prêmio internacional de Direitos Humanos, dado também ao ex-presidente americano Jimmy Carter.

Além de Gregori e Carter, foram distinguidos ainda com o prêmio mais três ativistas de Direitos Humanos: Sunila Abeysekera (de Sri Lanka), Angelina Achong Atyam (Uganda) e Anna Sabatova (República Tcheca). Mas entre os cinco premiados, só o brasileiro exerce função de governo, já que sua secretaria nacional é um departamento do Ministério da Justiça.

Sabatova, por exemplo, aproveitou a ocasião para fazer dura crítica ao atual governo tcheco, eleito graças ao movimento de resistência "Carta 77" de que ela foi uma das fundadoras e que lhe valeu três anos em prisões do regime comunista de Praga. Hoje Sabatova dirige o Comitê Helsinki tcheco e o Centro de Documentação e Direitos Humanos do país.

Apesar de ser o primeiro um reconhecimento ao seu passado de ativista dos Direitos Humanos, em especial na fase aguda da ditadura

militar, Gregori disse que o atribui em parte a atual política do governo. "A grande novidade no Brasil é que antes se combatia pelos Direitos Humanos contra o governo, hoje o governo nos induz a isso, estimula as medidas e iniciativas", afirmou.

O secretário, que dedicou grande parte de sua vida à causa, contou ter vivido uma "emoção forte" ao receber a homenagem "num salão que é reconhecido, desde 1946, o topo do mundo, o da Assembleia Geral da ONU. Afinal, desde meu tempo de estudante, na faculdade, eu reverenciava aquele lugar quase como algo sagrado".

Coube ao secretário geral Kofi Annan abrir a sessão e anunciar os nomes. "Pagamos tributo à mente dos que conheceram esses direitos humanos e à memória dos que morreram por eles", disse. O programa completou-se depois com concerto de gala de Luciano Pavarotti e Wynton Marsalis, que atraiu celebridades como Michael Douglas, Mia Farrow e Vanessa Redgrave.

Pinochet

Para defender a posição do governo brasileiro no caso Pinochet, Gregori chamou atenção para "a falta que faz uma instância internacional com a legitimidade do apoio de todos os países para processar e julgar casos como esse".

Acha ele que se o Tribunal Universal Penal criado em julho, em Haia, já estivesse funcionando, talvez fosse bem diferente.

"Esse tribunal - disse - vai proporcionar a vontade de todos os países e não de um ou dois isoladamente. Será o encaminhamento adequado para os crimes de lesa-humanidade, genocídio, etc. O que dificulta no caso Pinochet, do ponto de vista jurídico, é a questão de um país onde os fatos delituosos



JOSÉ GREGORI é homenageado na sede das Nações Unidas por sua luta no Brasil em favor dos direitos humanos

não aconteceram chamar para si a responsabilidade pelo julgamento".

Mas ao ser perguntado diretamente se não concorda com a extradição de Pinochet - sem a qual o ex-ditador poderá ficar na impunidade garantida pelo Conselho que ele próprio impôs ao país em plebiscito dividido - o secretário Gregori ficou com FHC: "na ausência da instância internacional acho que a apuração ou eventual condenação dele cabe aos chilenos".

Enquanto se espera o tribunal, disse "os ditadores já sabem agora que não podem mais viajar. Antes nunca enfrentaram a possibilidade de instância internacional ocupar

se de seus delitos. Agora a intocabilidade dos ditadores acabou, o problema é universal. O comportamento deles num país já não é problema só desse país. Basta decidirmos como organizar os julgamentos".

Crimes

E no caso das acusações também feitas a Pinochet de ter sido mandante de crimes executados fora do Chile - como os assassínios de Orlando Letelier e sua secretaria Romm Moffit nos EUA, Carlos Prats na Argentina e Bernardo Leighton na Itália? - "Bom, pelo

menos até agora estes países ainda não estão reivindicando a jurisdição sobre ele", respondeu Gregori.

O secretário de Direitos Humanos fez questão de deixar claro que o fato envolvendo Pinochet, como se deu, não pode deixar de ser considerado positivo. Um tabu foi quebrado, do ponto de vista ético. Para Gregori, isso vai produzir consequências. E a mais importante, a meu ver, deverá ser a de que vai apressar o funcionamento do tribunal internacional".

Gregori foi perguntado ainda se sua secretaria nacional já está trabalhando com o pedido de abertura do processo contra

Pinochet para investigar sua responsabilidade na morte de cinco brasileiros, feito a corte internacional de Justiça e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela comissão de Direitos Humanos da câmara dos Deputados.

"Essa providência da Câmara foi correta", respondeu o secretário. "Pois é o reconhecimento de instância que tem legitimidade. A mim me incomoda muito o país X ou Y, por coincidência países que tem tradição imperialista, se arvorarem o direito de ser palmaria do mundo. A proposição da Câmara é muito mais adequada do que o julgamento unilateral por parte de um país".

Avanço em 50 anos

Na entrevista o secretário brasileiro mostrou-se mais encorajado pela atual situação de Direitos Humanos no mundo do que Mary Robinson, a mais alta autoridade da ONU na matéria. Ele admite que de fato ainda há muita coisa a ser feita, mas prefere mostrar como o quadro da segunda metade do século é extraordinariamente melhor do que o dos primeiros 50 anos.

"Os avanços nessa área não são lineares, são sempre dialéticos. Avanço, parada, pequeno recuo, avanço, cai, levanta. Isso porque em última análise esses avanços implicam em alterações de conduta, nas mentes, nas consciências. Não se muda

manos. A introdução, por exemplo, do fax e da Internet, através dos quais podemos cobrar o comportamento de outros e também sermos cobrados por eles. É um novo tipo de multilateralismo".

O Brasil, por sinal, continua sendo cobrado com frequência em relação a situação dos índios, dos meninos de rua e dos semi-terra. Mas hoje, acha o secretário Gregori, já se reconhece no exterior que o governo está agindo para enfrentar essas questões, que produziram tantas manchetas desfavoráveis para o país no passado recente.

"Nunca houve política de demarcação de terras..."

NOVA YORK - Apesar de achar que "ninguém pode deixar de se alegrar" com a situação do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, o secretário nacional de Direitos Humanos (DHH), José Gregori, justificou em Nova York o elogio do presidente Fernando Henrique Cardoso ao colega chileno Eduardo Frei por ter condenado a prisão do general em nome da "soberania chilena".

O entroncamento intelectual do secretário Gregori foi exibido durante uma entrevista exclusiva ao correspondente do ESTADO DE MINAS horas antes de viajar de volta ao Brasil e pouco depois de ter sido homenageado na sede das Nações Unidas com um prêmio internacional de Direitos Humanos, dado também ao ex-presidente americano Jimmy Carter.

Além de Gregori e Carter, foram distinguidos ainda com o prêmio mais três ativistas de Direitos Humanos: Sunila Abeysekera de Sri Lanka; Angelina Acheng Atyam (Uganda) e Anna Sabatova (República Tcheca). Mas entre os cinco premiados, só o brasileiro exerce função de governo, já que sua secretaria nacional é um departamento do Ministério da Justiça.

Sabatova, por exemplo, aprovou a decisão para fazer dura crítica ao atual governo tcheco, eleito graças ao movimento de resistência "Carta 77" - de que ela foi uma das fundadoras e que lhe valeu três anos em prisões do regime comunista de Praga. Hoje Sabatova dirige o Comitê Helsinki tcheco e o Centro de Documentação e Direitos Humanos do país.

Apesar de ser o prêmio um reconhecimento ao seu passado de ativista dos Direitos Humanos, em especial na fase aguda da ditadura

militar, Gregori disse que o atribuiu em parte à atual política do governo. "A grande novidade do Brasil é que antes se combatia pelos Direitos Humanos contra o governo, hoje o governo nos induz a isso, estimula as medidas e iniciativas", afirmou.

O secretário, que dedicou grande parte de sua vida à causa, contou ter vivido uma "emoção forte" ao receber a homenagem "num salão que é reconhecido, desde 1946, o topo do mundo, o da Assembleia Geral da ONU. Afinal, desde meu tempo de estudante, na faculdade, eu reverenciava aquele lugar quase como algo sagrado".

Coube ao secretário geral Kofi Annan abrir a sessão e anunciar os nomes. "Pagamos tributo à mente dos que conceberam esses direitos humanos e à memória dos que morreram por eles", disse. O programa completou-se depois com concerto de gala de Luciano Pavarotti e Wynton Marsalis, que atraiu celebridades como Michael Douglas, Mia Farrow e Vanessa Redgrave.

Pinochet

Para defender a posição do governo brasileiro no caso Pinochet, Gregori chamou atenção para "a falta que faz uma instância internacional com a legitimidade do apoio de todos os países para processar e julgar casos como esse". Acha ele que se o Tribunal Universal Penal criado em julho, em Roma, já estivesse funcionando, talvez fosse bem diferente.

"Esse tribunal - disse - vai corporificar a vontade de todos os países e não de um ou dois isoladamente. Será o encaminhamento adequado para os crimes de lesa-humanidade, genocídio, etc. O que é difícil no caso Pinochet, do ponto de vista jurídico, é a questão de um país onde os fatos delituosos



JOSÉ GREGORI é homenageado na sede das Nações Unidas por sua luta no Brasil em favor dos direitos humanos

não arconteeram chamar para si a responsabilidade pelo julgamento".

Mas ao ser perguntado diretamente se não concorda com a extradição de Pinochet - sem a qual o ex-ditador poderia ficar na impunidade garantida pela Constituição que ele próprio impôs ao país em plebiscito duvidoso - o secretário Gregori ficou com FHC: "na ausência da instância internacional acho que a apuração ou eventual condenação dele cabe aos chilenos".

Enquanto se espera o tribunal, disse, os ditadores já sabem agora que não podem mais viajar. Antes nunca enfrentaram a possibilidade de instância internacional ocupar

se de seus delitos. Agora a intocabilidade dos ditadores acabou, o problema é universal. O comportamento deles noutros países já não é problema só desse país. Basta decidir como organizar os julgamentos".

Crimes

E no caso das acusações também feitas a Pinochet de ter sido mandante de crimes executados fora do Chile - como os assassinatos de Orlando Letelier e sua secretária Romi Moffit nos EUA, Carlos Prats na Argentina e Bernardo Leghton na Itália? - "Bom, pelo

menos até agora estes países ainda não estão reivindicando a jurisdição sobre ele", respondeu Gregori.

O secretário de Direitos Humanos fez questão de deixar claro que "o fato envolvendo Pinochet, como se deu, não pode deixar de ser considerado positivo. Um tabu foi quebrado, do ponto de vista ético". Para Gregori, isso vai produzir consequências. E a mais importante, a meu ver, deverá ser a de que vai apressar o funcionamento do tribunal internacional.

Gregori foi perguntado ainda se sua secretaria nacional será solidária com o pedido feito quinta-feira de abertura de processo contra

Pinochet para investigar sua responsabilidade na morte de cinco brasileiros, feito a corte internacional de Justiça e à Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela comissão de Direitos Humanos da câmara dos Deputados.

"Essa providência da Câmara foi correta", respondeu o secretário. "Pois é o reconhecimento de Instância que tem legitimidade. A mim me incomoda muito o país x ou y, por coincidência países que tem tradição imperialista, se arvorarem o direito de ser palmatória do mundo. A proposição da Câmara é muito mais adequada do que o julgamento unilateral por parte de um país".

Avanço em 50 anos

Na entrevista o secretário brasileiro mostrou-se mais encorajado pela atual situação de Direitos Humanos no mundo do que Mary Robinson, a mais alta autoridade da ONU na matéria. Ele admite que de fato ainda há muita coisa a ser feita, mas prefere mostrar como o quadro da segunda metade do século é extraordinariamente melhor do que o dos primeiros 50 anos.

"Os avanços nessa área não são lineares, são sempre dialéticos. Avanço, parada, pequeno recuo, avanço, cai, levanta. Isso porque em última análise esses avanços implicam em mudanças de conduta, nas mentes, nos corações. Não se muda isso de um dia para outro. Assim, temos de analisar o mundo antes da declaração dos Direitos do Homem e depois dela".

Os discursos sobre os 50 anos da Declaração tem lembrado que centenas de milhões de pessoas continuam sem os direitos econômicos, políticos e sociais básicos. Robinson criticou como uma vergonha 20% da população do mundo consumir 90% de seus recursos, enquanto um bilhão de pessoas vivem sem o mínimo necessário de comida, abrigo, água e educação.

"É a questão básica dessa passagem do século", reconheceu o secretário. "Mas acho que na última passagem, há 100 anos, o número de pessoas sem voz e sem vez eram proporcionalmente muito maior - e agora existe cada vez maior consciência de que os problemas tem de ser resolvidos".

manos. A introdução, por exemplo, do fax e da Internet, através dos quais podemos cobrar o comportamento de outros e também sermos cobrados por eles. É um novo tipo de multilateralismo".

O Brasil, por sinal, continua sendo cobrado com frequência em relação a situação dos índios, dos meninos de rua e dos sem terra. Mas hoje, acha o secretário Gregori, já se reconhece no exterior que o governo está agindo para enfrentar essas questões, que produziram tantas manchetes desfavoráveis para o país no passado recente.

"Nunca houve política de demarcação de terras tão ampla como do atual governo. E hoje qualquer violência contra índios gera condenação nacional, o que é positivo. No caso dos menores, o quadro melhor depois do massacre da Candelária, cujos autores foram julgados e condenados. Falta muito, mas o órgão do governo e não governamental, têm feito muito mais agora".

A questão dos sem terra, diz Gregori, tem componentes políticos e ideológicos complicados. "Mas nos últimos três anos o governo recriou o Ministério da Reforma Agrária e reforçou a atividade do Inerra, que tem à frente dois homens progressistas, o ministro Jurgem e Milton Liguan. Há recortes do assentamento e enorme ampliação das áreas desapropriadas".

A sessão da ONU dedicada ao aniversário da declaração dos Direitos do Homem...



Secretário é premiado por defesa dos Direitos Humanos, mas não concorda com extradição de Pinochet

Gregori defende a impunidade

Argemiro Ferreira
 correspondente

NOVA YORK (EUA) Apesar de saber que "ninguém pode deixar de se alegrar" com a situação do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, justificou em Nova York o elogio do presidente Fernando Henrique Cardoso ao colega chileno Eduardo Frei por ter condenado a prisão de general em nome da "soberania chilena".

O contorcimento intelectual do secretário Gregori foi exibido durante uma entrevista exclusiva ao correspondente da TRIBUNA, horas antes de viajar de volta ao Brasil e pouco depois de ter sido homenageado na sede das Nações Unidas com um prêmio internacional de Direitos Humanos. Jado também ao ex-presidente americano Jimmy Carter.

Além de Gregori e Carter, foram distinguidos ainda com o prêmio mais três ativistas de Direitos Humanos: Sunila Abevesekera (de Sri Lanka), Angelina Acheng Aiyem (Uganda) e Anna Sabatova (República Tcheca). Mas entre os cinco premiados, só o brasileiro exerce função de governo, já que sua secretaria nacional é um departamento do ministério da Justiça.

Sabatova, por exemplo, aproveitou a ocasião para fazer dura crítica ao atual governo tcheco, eleito graças ao movimento de resistência "Carta 77 - de que ela

foi uma das fundadoras e que lhe valeu três anos em prisões do regime comunista de Praga. Hoje Sabatova dirige o Comitê Helsinki tcheco e o Centro de Documentação e Direitos Humanos do país.

Apesar de ser o prêmio um reconhecimento ao seu passado de ativista dos Direitos Humanos, em especial na fase aguda da ditadura militar, Gregori disse que o atribui em parte à atual política do governo. "A grande novidade no Brasil é que antes se combatia pelos Direitos Humanos contra o governo, hoje o governo nos induz a isso, estimula as medidas e iniciativas", afirmou.

O secretário, que dedicou grande parte de sua vida à causa, contou ter vivido uma "emoção forte" ao receber a homenagem "num salão que é reconhecida, desde 1946, o topo do mundo, o da Assembléia Geral da ONU. Afinal, desde meu tempo de estudante, na faculdade, eu reverenciava aquele lugar quase como algo sagrado".

Coube ao secretário geral Kofi Annan abrir a sessão e anunciar os nomes. "Pagamos tributo à mente dos que conceberam esses direitos humanos e à memória dos que morreram por eles", disse. O programa completou-se depois com concerto de gala de Luciano Pavarotti e Wynton Marsalis, que atraiu celebridades como Michael Douglas, Mia Farrow e Vanessa Redgrave.



Gregori apóia FHC que condenou a extradição do ex-ditador chileno

'Só Chile pode julgar o general'

Para defender a posição do governo brasileiro no caso Pinochet, Gregori chamou atenção para "a falta que faz uma instância internacional com a legitimidade do apoio de todos os países para processar e julgar casos como esse". Acha que se o Tribunal Universal Penal criado em julho, em Roma, já estivesse funcionando, talvez fosse bem diferente.

"Esse tribunal - disse - vai corporificar a vontade de todos os países e não de um ou dois isoladamente. Será o encaminhamento adequado para os crimes de lesa-humanidade, genocídio, etc. O que dificulta no caso Pinochet, do ponto de vista jurídico, é a questão de um país onde os fatos delituosos não aconteceram chamar para si a responsabilidade pelo julgamento".

Mas ao ser perguntado diretamente se não concorda com a extradição de Pinochet - sem a qual o extraditador poderá ficar na impunidade garantida pela Constituição que ele próprio impôs ao país em plebiscito duvidoso - o secretário Gregori ficou com FHC: "Na ausência da instância internacional acho que a apuração ou eventual condenação dele cabe aos chilenos".

Enquanto se espera o tribunal, disse "os ditadores já sabem agora que não podem mais viajar. Antes nunca enfrentaram a possibilidade de instância internacional ocupar-se de seus delitos. Agora a intocabilidade dos ditadores acabou, o problema é universal. O comportamento deles num país já não é problema só desse país. Basta decidirmos como organizar os julgamentos".

Eno caso das acusações também feitas a Pinochet de ter sido mandante de crimes executados fora do Chile, como os assassinatos de Orlando Letelier e sua secretária Romi Moffitt nos EUA, Carlos Prats na Argentina e Bernardo Leighton na Itália? "Bom, pelo menos até agora estes países ainda não estão reivindicando a jurisdição sobre ele", respondeu Gregori.

O secretário de Direitos Humanos fez questão de deixar claro que "o fato envolvendo Pinochet, como se deu, não pode deixar de ser considerado positivo. Um tabu foi quebrado, do ponto de vista ético". Para Gregori, "isso vai produzir consequências. E a mais importante, a meu ver, deverá ser a de que vai apressar o funcionamento do tribunal internacional".

Gregori foi perguntado ainda se sua secretaria nacional será solidária com o pedido feito quinta-feira de abertura de processo contra Pinochet para investigar sua responsabilidade na morte de cinco brasileiros, feito à Corte Internacional de Justiça e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

"Essa providência da Câmara foi correta", respondeu o secretário. "Pois é o reconhecimento de instâncias que têm legitimidade. A mim me incomoda muito o país x ou y, por coincidência países que têm tradição imperialista, se arrogarem o direito de ser palmarista do mundo. A proposição da Câmara é muito mais adequada do que o julgamento unilateral por parte de um país". (AF)

Avanço dos Direitos Humanos em 50 anos

Na entrevista o secretário brasileiro mostrou-se mais encorajado pela atual situação de Direitos Humanos no mundo do que Mary Robinson, a mais alta autoridade da ONU na matéria. Ele admite que de fato ainda há muita coisa a ser feita, mas prefere mostrar como o quadro da segunda metade do século é extraordinariamente melhor do que o dos primeiros 50 anos.

"Os avanços nessa área não são lineares, são sempre dialéticos. Avanço, parada, pequeno recuo, avanço, cai, levanta. Isso porque em última análise esses avanços implicam em alterações de conduta, nas mentes, nos corações. Não se muda isso de um dia para o outro. Assim, temos de analisar o mundo antes da Declaração dos Direitos do Homem e depois dela". Os discursos sobre os 50 anos da Declaração têm lembrado que centenas de milhões de pessoas continuam sem os direitos econômicos, políticos e sociais básicos. Robinson criticou como "uma vergonha" 20% da população do mundo consumir 80% de seus recursos, enquanto um bilhão de pessoas vivem sem o mínimo necessário de comida, abrigo, água e educação. "É a questão básica dessa passa-

Os aspectos positivos da globalização

"Na área dos Direitos Humanos, a globalização é positiva e saudável", disse o secretário. "É preciso levarmos em conta ainda as possibilidades abertas pela tecnologia em favor dos Direitos Humanos. A introdução, por exemplo, do fax e da Internet, através dos quais podemos cobrar o comportamento de outros e também sermos cobrados por eles. É um novo tipo de multilateralismo".

O Brasil, por sinal, continua sendo cobrado com frequência em relação à situação dos índios, dos meninos de rua e dos sem-terra. Mas hoje, acha o secretário Gregori, já se reconhece no exterior que o governo está agindo para enfrentar essas questões, que produziram tantas manchetes desfavoráveis para o país no passado recente.

"Nunca houve política de demarcação de terras tão ampla como a do atual governo. E hoje qualquer violência contra índios gera comoção nacional, o que é positivo. No caso dos meninos, o quadro melhorou depois do massacre da Candelária, cujos autores foram julgados e condenados. Falta muito, mas órgãos do governo e não-governamentais têm feito muito mais agora".

A questão dos sem-terra, diz Gregori, tem componentes políticos e ideológicos complicados. "Mas nos últimos três anos o governo recriou o ministério da Reforma Agrária e reforçou a atividade do INCRA, que têm à frente dois homens progressistas, o ministro Jugman e Milton Seligman. Há recortes de assentamentos e enorme ampliação das áreas desapropriadas".

A sessão da ONU dedicada ao 50º aniversário da Declaração dos Direitos do Homem, iniciada com a entrega dos prêmios, continua ouvindo delegados dos países membros. O paradoxo é que alguns dos 126 oradores, como os representantes da China e Argélia, usam a tribuna mais na tentativa de defender a imagem, pois são acusados de graves abusos e violações.

O do Chile, Juan Larrain, preferiu omitir no discurso anual o assunto chileno - a de impedir a todo custo o julgamento do ex-ditador Pinochet na Espanha por violação dos Direitos Humanos. Recordando ao eufemismo, observou que o Chile tem consciência da fragilidade dos Direitos Humanos porque sua história de mochetes foi "interrompida". Por Pinochet, claro. (AF)

gem de século", reconheceu o secretário.

"Mas acho que na última passagem, há 100 anos, o número das pessoas sem voz e sem vez eram proporcionalmente muito maior - e sem que ninguém cuidasse disso.

Agora existe cada vez maior consciência de que os problemas têm de ser resolvidos. Uma consciência universal, não apenas aqui e ali". "Além disso, os Direitos Humanos deixaram de ser mero recitativo para se tornarem políticas de governo, como

ocorre no Brasil", observou Gregori. Ele acha, ao mesmo tempo, que mesmo alguns países que hoje violam esses Direitos, já não o fazem sem preocupação e até mesmo com a adoção de medidas de alívio ante a pressão da comunidade internacional. (AF)

Jornal confirma ataque do ex-ditador

LONDRES - O jornal britânico The Sunday Mirror manteve ontem sua versão de que o ex-ditador Augusto Pinochet acusou a Grã-Bretanha de sequestrá-lo, apesar da negativa de assessores do general "General Pinochet lança um feroz ataque contra o governo britânico", publicou ontem The Sunday Mirror, jornal esquerdista de quase 2 milhões de exemplares, em sua primeira página e ao pé de uma foto do ex-ditador chileno uma frase atribuída a ele: "Jack Straw me sequestrou".

O jornal acrescenta textualmente: "Falando com exclusividade para The Sunday Mirror por meio de um amigo e colaborador, Sergio de Castro, o general Pinochet disse: 'Sou vítima de uma traição.' Por meio do advogado Patrick Robertson, o ex-ditador negou no sábado, na véspera da publicação do jornal dominical, que teria concedido a "entrevista" por meio de Castro. Segundo Robertson, Pinochet "não recebeu nenhum questionário de entrevista de The Sunday Mirror nem lhe enviou nenhuma contestação".

Segundo a suposta entrevista,

Pinochet teria acusado o governo britânico de tê-lo sequestrado. "Eles me mantêm ilegalmente e contra minha vontade; os homens que estão por trás (esse complô) não são outra coisa que criminosos. O ministro do Interior, Jack Straw, é um sequestrador e Tony Blair não merece confiança".

A informação parecia verdadeira na medida em que todos os chilenos que foram a Londres apoiar Pinochet consideram que ele foi sequestrado e é vítima de uma emboscada armada pelos chilenos no exílio com a Anistia Internacional e com o governo socialista de Blair.

O diretor de The Sunday Mirror, Colin Myler, manifestou hoje seu assombro com o desmentido feito pelo advogado de Pinochet. "Não há absolutamente nenhuma dúvida de que Sergio de Castro falou ao general em nome de The Sunday Mirror e Pinochet sabia que o jornal publicaria suas palavras", assegurou Myler. "Castro deixou perfeitamente claro que estava manifestando os sentimentos de Pinochet e não sua opinião própria", acrescentou o diretor do jornal.



Cliente	ANUBRA
Veículo	ESTADO DE MINAS-BELO HORIZONTE
Data	14.12.98
Seção	EXTERIOR
Página	11

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasileiro humanista premiado pela ONU

➤ José Gregori é condecorado por sua atuação pelos direitos humanos mas condena a extradição do ex-ditador Pinochet

AMÁRIO FERREIRA
CORRESPONDENTE

NOVA YORK - Apesar de achar que "ninguém pode deixar de se alegrar" com a situação do ex-ditador Augusto Pinochet em Londres, o secretário nacional de Direitos Humanos (DHH), José Gregori, justificou em Nova York o elogio do presidente Fernando Henrique Cardoso ao colega chileno EdUARDO FREYER por ter condenado a prisão do general em nome da "soberania chilena".

O contorcimento intelectual do secretário Gregori foi exibido durante uma entrevista exclusiva ao correspondente do ESTADO DE MINAS horas antes de viajar de volta ao Brasil e pouco depois de ter sido homenageado na sede das Nações Unidas com um prêmio internacional de Direitos Humanos, dado também ao ex-presidente americano Jimmy Carter.

Além de Gregori e Carter, foram distinguidos ainda com o prêmio mais de 50 amigos de Direitos Humanos: Sumit Abeysekera (de Sri Lanka), Angelina Acheung Ayam (Uganda) e Anna Sabatova (República Tcheca). Mas entre os cinco premiados, só o brasileiro exerce função de governo, já que sua secretaria nacional é um departamento do Ministério da Justiça.

Saltou, por exemplo, aproveitou ocasião para fazer dura crítica ao atual governo tcheco, eleito graças ao movimento de resistência "Carta 77" - de que ela foi uma das fundadoras e que lhe valeu presenças em prisões do regime comunista de Praga. Hoje Sabatova dirige o Comitê Helsinki tcheco e o Centro de Documentação e Direitos Humanos do país.

Apesar de ser o prêmio um reconhecimento ao seu passado de ativista dos Direitos Humanos, em especial na fase aguda da ditadura

militar, Gregori disse que o atribuído em parte a atual política do governo. "A grande novidade no Brasil é que antes se combatia pelos Direitos Humanos contra o governo, hoje o governo nos induz a isso, estimula as medidas e iniciativas", afirmou.

O secretário, que dedicou grande parte de sua vida à causa, contou ter vivido uma "emoção forte" ao receber a homenagem "num salão que é reconhecido, desde 1946, o topo do mundo, o da Assembleia Geral da ONU. Afinal, desde meu tempo de estudante, na faculdade, eu reverenciava aquele lugar quase como algo sagrado".

Combe ao secretário geral Kofi Annan abrir a sessão e anunciar os nomes. "Pagamos tributo à mente dos que conceberam esses direitos humanos e à memória dos que morreram por eles", disse. O programa completou-se depois com concerto de gala de Luciano Pavarotti e Wynton Marsalis, que atraiu celebridades como Michael Douglas, Mia Farrow e Vanessa Redgrave.

Pinochet

Para defender a posição do governo brasileiro no caso Pinochet, Gregori chamou atenção para "a falta que faz uma instância internacional com a legitimidade do apoio de todos os países para processar e julgar casos como esse". Acha que se o Tribunal Universal Penal criado em julho, em Roma, já estivesse funcionando, talvez fosse bem diferente.

"Esse tribunal - disse - vai corporificar a vontade de todos os países e não de um ou dois isoladamente. Será o encaminhamento adequado para os crimes de lesa-humanidade, genocídio, etc. O que difere no caso Pinochet, do ponto de vista jurídico, é a questão de um país onde os fatos destruídos



JOSÉ GREGORI é homenageado na sede das Nações Unidas por sua luta no Brasil em favor dos direitos humanos

não aconteceram chamar para si a responsabilidade pelo julgamento".

Mas ao ser perguntado diretamente se não concorda com a extradição de Pinochet - sem a qual o ex-ditador poderá ficar na impunidade garantida pela Constituição que ele próprio impôs ao país em plebiscito duvidoso - o secretário Gregori ficou com FHC. "Na ausência da instância internacional que a apuração ou eventual condenação dele cabe aos chilenos".

Enquanto se espera o tribunal, disse os ditadores já sabem agora humanidade, genocídio, etc. O que difere no caso Pinochet, do ponto de vista jurídico, é a questão de um país onde os fatos destruídos

de seus delitos. Agora a intocabilidade dos ditadores acabou, o problema é universal. O comportamento deles num país já não é problema só desse país. Basta decidir como organizar os julgamentos".

Crimes

E no caso das acusações também feitas a Pinochet de ter sido mandante de crimes executados fora do Chile - como os assassinatos de Orlando Letelier e sua secretária Ronni Moffit nos EUA, Carlos Prats na Argentina e Bernardo Leighton na Itália? - "Bom, pelo

menos até agora estes países ainda não estão reindocando a jurisdição sobre ele", respondeu Gregori.

O secretário de Direitos Humanos fez questão de deixar claro que "o fato envolvendo Pinochet, como se deu, não pode deixar de ser considerado positivo. Um tabu foi quebrado, do ponto de vista ético". Para Gregori, isso vai produzir consequências. E a mais importante, a meu ver, deverá ser a de que vai apressar o funcionamento do tribunal internacional".

Gregori foi perguntado ainda se sua secretaria nacional será solidária com o pedido feito quinta-feira de abertura de processo contra

Pinochet para investigar sua responsabilidade na morte de cinco brasileiros, lido a corte internacional de Justiça e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos pela comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados.

"Essa providência da Câmara foi correta", respondeu o secretário. "Foi o reconhecimento de instância que tem legitimidade. A mim me incomoda muito o país a ou, por conveniência países que tem tradição imperialista, se arrogarem o direito de ser paladinos do mundo. A proposição da Câmara é muito mais adequada do que o julgamento unilateral por parte de um país".

Avanço em 50 anos

Na entrevista o secretário brasileiro mostrou-se mais encorajado pela atual situação de Direitos Humanos no mundo do que Mary Robinson, a mais alta autoridade da ONU na matéria. Ele admite que de fato ainda há muita coisa a ser feita, mas prefere mostrar como o quadro da segunda metade do século é extraordinariamente melhor do que o dos primeiros 50 anos.

"Os avanços nessa área não são lineares, são sempre dialéticos. Avanço, parada, pequeno recuo, avanço, cal, levanta. Isso porque em última análise esses avanços envolvem mudanças de conduta, nas mentes, nos corações. Não se muda isso de um dia para outro. Assim, temos de analisar o mundo antes da declaração dos Direitos do Homem e depois dela".

Os discursos sobre os 50 anos da Declaração tem lembrado que centenas de milhões de pessoas continuam sem os direitos econômicos, políticos e sociais básicos. Robinson citou como uma vergonha 20% da população do mundo consumir 97% de seus recursos, enquanto um bilhão de pessoas vivem sem o mínimo necessário de comida, abrigo, água e educação.

"É a questão básica desta passagem do século", reconheceu o secretário. "Mas acho que na última passagem, há 100 anos, o número de pessoas sem voz e sem vez eram proporcionalmente muito maior - e proporcionalmente muito maior - e ninguém cuidasse disso. Agora existe cada vez maior consciência de que os problemas tem de ser resolvidos. Uma consciência universal, não apenas aqui e ali".

Além disso, os Direitos Humanos deixaram de ser mero reativo para se tornarem pilares de governo, como ocorre no Brasil", observou Gregori. Ele achou, ao mesmo tempo, que mesmo alguns países que hoje vivem esses direitos, já não o fazem sem preocupação - e são passaram a adotar medidas de alívio ante a pressão da comunidade internacional.

"Nessa área, sim, a globalização é positiva e saudável", disse o secretário. "É preciso levarmos em conta ainda as possibilidades abertas pela tecnologia em favor dos Direitos Hu-

manos. A introdução, por exemplo, do fax e da Internet, através dos quais podemos cobrar o comportamento de outros e também sermos cobrados por eles. É um novo tipo de multilateralismo".

O Brasil, por sinal, continua sendo cobrado com frequência em relação à situação dos índios, dos negros de rua e dos sem terra. Mas hoje, acha o secretário Gregori, já se reconhece no exterior que o governo está agindo para enfrentar essas questões, que produziram tantas máchucas desfavoráveis para o país no passado recente.

"Nunca houve política de demarcação de terras tão ampla como a do atual governo. E hoje, qualquer violência contra índios gera comoção nacional, o que é positivo. No caso dos meninos, o quadro melhorou depois do massacre da Cantareira, cujos autores foram julgados e condenados. Falta muito, mas órgãos de governo e não governamentais têm feito muito mais agora".

A questão dos sem terra, diz Gregori, tem componentes políticos e ideológicos complicados. "Mas nos últimos três anos o governo recebeu o Ministério da Reforma Agrária e reforçou a atividade do Incra, que tem à frente dois homens pragmáticos, o ministro Jaganan e Milton S. Jaganan. Há recursos de assentamentos e enorme ampliação das áreas desapropriadas".

A sessão da ONU dedicada ao 50º aniversário da declaração dos Direitos do Homem, iniciada com a entrada dos primeiros delegados, continua ouvindo delegados dos países membros. O paradoxo é que alguns dos 126 oradores, como os representantes da China e Argélia, usam a tribuna para se tornarem pilares de governo, como ocorre no Brasil", observou Gregori. Ele achou, ao mesmo tempo, que mesmo alguns países que hoje vivem esses direitos, já não o fazem sem preocupação - e são passaram a adotar medidas de alívio ante a pressão da comunidade internacional.

Do Chile, Juan Larraín, preferiu omitir no discurso a atual situação chilena - e de impedir a todo custo o julgamento do ex-ditador Pinochet na Espanha por violação dos Direitos Humanos. Recordemos que o Chile tem consciência da ilegalidade dos Direitos Humanos porque sua história democrática foi "interrompida". Por Pinochet, claro.



Cliente	ANUBRA
Veículo	O ESTADO DE S. PAULO - SP
Data	15.12.98
Seção	CADERNO 2/PERSONA
Página	D6

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Aplausos americanos

Antes de receber o prêmio de direitos humanos da ONU, semana passada em Nova York, o ministro José Gregori teve uma grata surpresa. Na véspera da cerimônia, ele esteve no Iridium, um clube de jazz, para assistir ao show da banda de Hank Jones.

Em determinado momento, o pianista levantou-se e pediu ao público uma salva de Palmas para o brasileiro que iria receber a mais alta condecoração concedida pela ONU. Gregori, emocionado, foi aplaudido de pé por uma platéia de mais de 200 pessoas.

Amanhã, ele estará em São Paulo recebendo uma homenagem da ONG Associação das Nações Unidas, presidida por Mário Garnero, no Parlati-

no.



Cliente	ANUBRA	
Veículo	FOLHA DE S. PAULO - SP	
Data	16.12.98	
Seção	ILUSTRADA/JOYCE PASCOWITCH	Página 4-2

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Rampa

Depois de toda a confusão com os estudantes universitários no Rio, Ruth Cardoso, encara hoje sua primeira prova de fogo.

★

Dona primeira-dama disse que vai, sim, ao Parlatino, no Memorial da América Latina, para a homenagem da Associação das Nações Unidas-Brasil ao secretário José Gregori, que acaba de ser premiado pela ONU, em Nova York.



Cliente	ANUBRA
Veículo	A GAZETA - VITÓRIA
Data	17.12.98
Seção	BRASIL
Página	17

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasil reage a relatório da

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, criticou a entidade por

SÃO PAULO – O Governo brasileiro reagiu ontem à divulgação do relatório da Human Rights Watch, entidade internacional de direitos humanos, que apontou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o Governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos. Ele criticou a forma como a entidade divulga seus documentos.

– Não conheço o teor do relatório, porque a Human Rights Watch não prima pela elegância. Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades – declarou Gregori, ao comentar o relatório da entidade divulgado terça-feira em São Paulo.

Segundo o secretário, a situação apontada no relatório nunca foi sonhada por parte do Governo. Ele lembrou que em São Paulo foram construídos nove novos presídios para desativar o Carandiru, penitenciária que simboliza, segundo Gregori, uma época que precisa ser superada em termos de política prisional. Disse ainda que o Governo está construindo, com verbas do BNDES, um novo presídio por Estado.

– Isso porque sem um local diferente desses que são depósitos de presos não há como implantar um sistema de laborterapia e acompanhamento disciplinar nas prisões.

Em relação à tortura, Gregori afirmou que essa prática é um crime punido severamente desde a implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos há dois anos.

– Qualquer denúncia procedente de violência será objeto de pressão do Governo federal para que seja apurada e os responsáveis punidos – prometeu ele, durante a homenagem que recebeu ontem no Memorial da América Latina, em São Paulo. Gre-



PREMIAÇÃO

Ruth Cardoso abraça Gregori durante cerimônia em sua homenagem

gori manifestou intenção de reforçar ações, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique, para reduzir a violência policial e a lentidão da Justiça.

James Cavallaro, diretor no Brasil da Human Rights Watch, disse que prefere não polemizar com Gregori. Segundo Cavallaro, o relatório admite que o Governo brasileiro tem tido uma política aberta de reconhecer as violações e aponta o esforço feito em São Paulo. Mas lembrou que a construção de presídios ocorre em ritmo inferior ao crescimento da população carcerária.

– Em São Paulo, por exemplo, há 199 presos por 100 mil habitantes. A média brasileira é de 108 presos por

100 mil habitantes – disse Cavallaro, que ontem visitou autoridades paulistas para entregar o relatório, que também está na Internet. “A questão prisional no Brasil foi abandonada por 20 anos – rebateu Gregori”.

A primeira-dama, Ruth Cardoso, durante a homenagem a Gregori, admitiu que os direitos humanos ainda não são respeitados no Brasil. O país ainda convive, segundo ela, com muita discriminação e violência, embora exista legislação para combater essa situação. “É claro que o Brasil ainda não respeita todos os direitos humanos. Mas em nenhum país eles são integralmente respeitados. Avançamos, mas temos muitos problemas a resolver”, reconheceu dona Ruth Cardoso.



Cliente	ANUBRA
Veículo	CORREIO BRAZILIENSE - BRASÍLIA
Data	17.12.98
Seção	BRASIL
	Página 14

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

CURTAS

Gregori reage a denúncia de ONG

O governo brasileiro reagiu à divulgação do relatório da Human Rights Watch, entidade internacional de direitos humanos, que apontou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos. Ele criticou a forma como a entidade divulga seus documentos: "Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades".



Cliente ANUBRA

Veículo DIÁRIO DO COMERCIO - SP

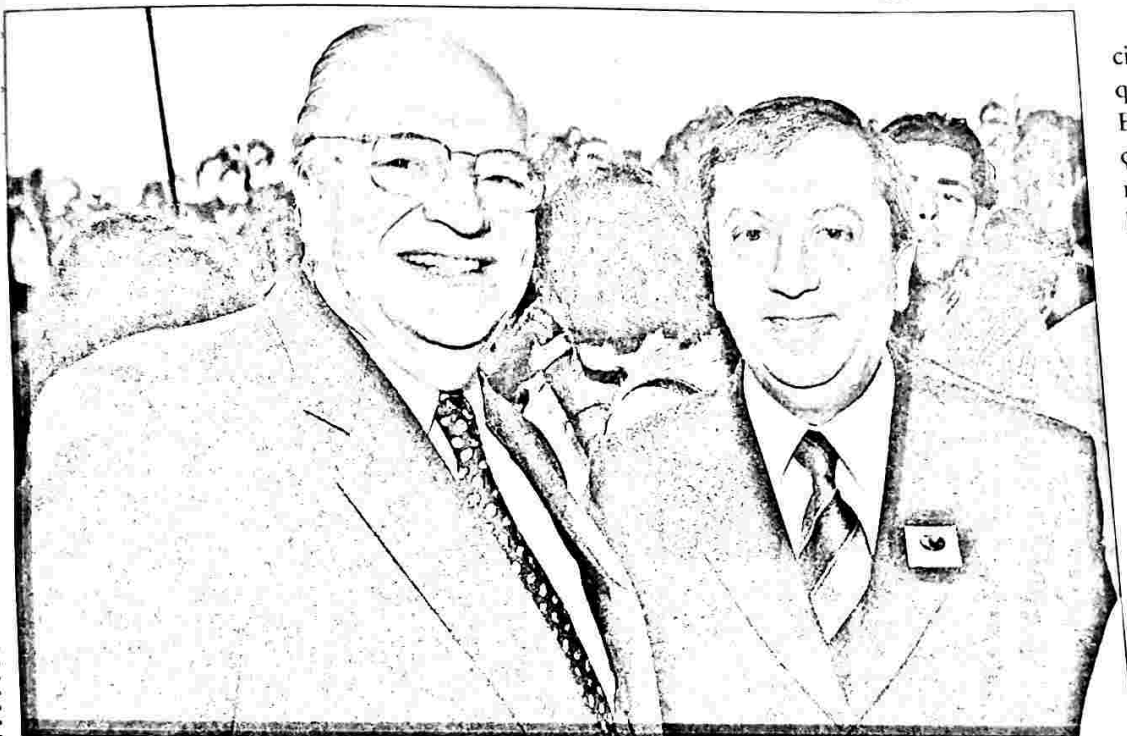
Data 17.12.98

Seção ...

Página CAPA

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

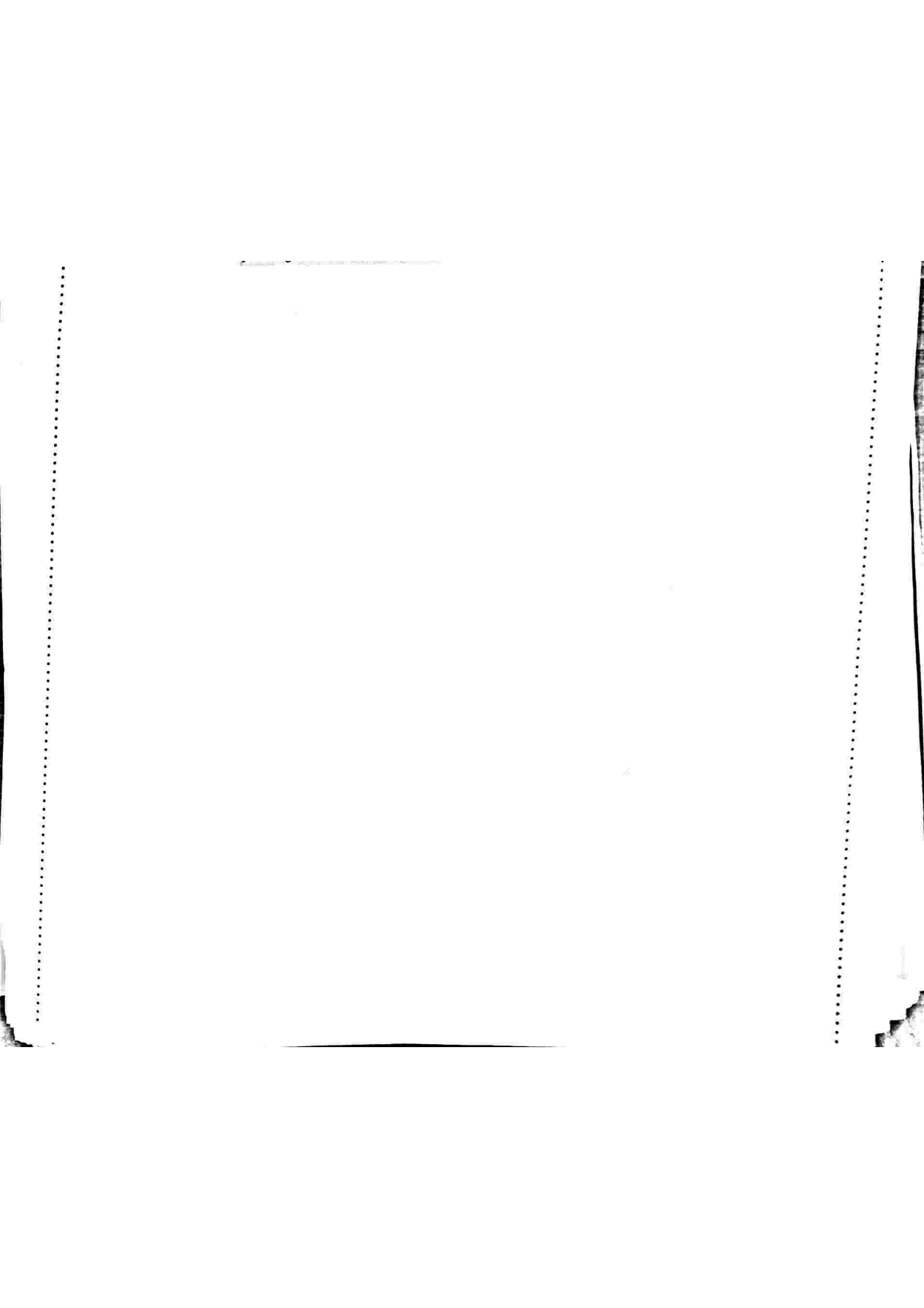
Direitos humanos: Gregori premiado



José Gregori com Elvio Aliprandi: de acordo com o presidente da ACSP, prêmio ao secretário é motivo de orgulho para o Brasil

José Gregori, secretário Nacional de Direitos Humanos – que ganhou, recentemente, nos Estados Unidos, o prêmio Nações Unidas de Direitos Humanos, concedido pela ONU –, foi homenageado ontem no Memorial da América Latina. Ele recebeu a primeira edição do prêmio Direitos Humanos, que a Associação das Nações Unidas-Brasil concederá anualmente a pessoas físicas e jurídicas que mais se destacarem nessa área.

Entre os presentes estava dona Ruth Cardoso, o vice-governador Geraldo Alckmin e presidente da Fapesp e da ACS, Elvio Aliprandi. Gregori, ao agradecer a homenagem, destacou o empenho político do presidente Fernando Henrique Cardoso pela causa. Última pá





Cliente	ANUBRA
Veículo	O GLOBO-RIO DE JANEIRO
Data	17.12.98
Seção	O PAÍS
	Página 10

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

NOTAS

Gregori critica greve de fome

- O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, afirmou ontem que não existe nem um único preso político no país e considerou injustificável a continuidade da greve de fome dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, que hoje completa 32 dias, no momento que a redução das penas, em julgamento no Tribunal de Justiça, se encaminha para um desfecho favorável aos presos. "Não há porquê eles irem para o suicídio numa hora em que tudo está se definindo de maneira melhor do que há um mês atrás".



Cliente	ANUBRA
Veículo	O GLOBO-RIO DE JANEIRO
Data	17.12.98
Seção	O PAÍS
Página	11

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori critica ONG de direitos humanos

Secretário diz que Human Rights 'faz barulho' antes de informar as autoridades

• SÃO PAULO. O Governo reagiu ontem à divulgação do relatório da Human Rights Watch, ONG internacional de direitos humanos, que denunciou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O titular da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o Governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos. Gregori criticou a forma como a entidade divulga os seus documentos:

— Não conheço o teor do relatório, porque a Human Rights Watch não prima pela elegância. Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades.

Gregori lembra que o Governo está construindo presídios

Segundo o secretário, a situação apontada no relatório nunca foi negada pelo Governo. Ele lembrou que em São Paulo foram construídos nove presídios para desativar o Carandiru, penitenciária que simboliza, segundo Gregori, uma época que precisa ser superada em termos de política prisional. Disse ainda que o Governo está construindo, com verbas do BNDES, um presídio em cada estado.

— Isso porque sem um local diferente desses que são depósitos de presos não há como implantar um sistema de laborterapia (trabalho com o objetivo de reintegrar o preso) e acompanhamento disciplinar nas prisões.

Sobre a tortura, Gregori — homenageado ontem no Memorial da América Latina — afirmou que

essa prática é um crime punido severamente desde a implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos, há dois anos.

— Qualquer denúncia procedente de violência será objeto de pressão do Governo para que seja apurada e os responsáveis punidos — disse ele.

Dona Ruth diz que outros países também violam direitos

James Cavallaro, diretor no Brasil da Human Rights Watch, disse que prefere não polemizar com Gregori. Segundo Cavallaro, o relatório admite que o Governo brasileiro tem tido uma política aberta de reconhecer as violações e aponta o esforço feito em São Paulo. Mas lembrou que a construção de presídios ocorre em ritmo inferior ao crescimento da população carcerária.

— Em São Paulo, por exemplo, há 199 presos por cem mil habitantes. A média brasileira é de 108 presos por cem mil habitantes — disse Cavallaro, que ontem entregou a autoridades paulistas o relatório, que também está na Internet (www.hrw.org).

— A questão prisional no Brasil foi abandonada por 20 anos — rebateu Gregori.

A primeira dama, Ruth Cardoso, durante a homenagem a Gregori, admitiu que os direitos humanos ainda não são respeitados no Brasil. O país convive, segundo ela, com discriminação e violência, embora exista legislação para combater essa situação.

— É claro que o Brasil ainda não respeita todos os direitos humanos. Mas em nenhum país eles são integralmente respeitados. ■



Cliente	ANUBRA
Veículo	A GAZETA - VITÓRIA
Data	17.12.98
Seção	BRASIL
Página	17

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brasil reage a relatório da Human Rig

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, criticou a entidade por não informar primeiro o governo sobre

SÃO PAULO - O Governo brasileiro reagiu ontem à divulgação do relatório da Human Rights Watch, entidade internacional de direitos humanos, que apontou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o Governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos. Ele criticou a forma como a entidade divulga seus documentos.

- Não conheço o teor do relatório, porque a Human Rights Watch não prima pela elegância. Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades - declarou Gregori, ao comentar o relatório da entidade divulgado terça-feira em São Paulo.

Segundo o secretário, a situação apontada no relatório nunca foi sonegada por parte do Governo. Ele lembrou que em São Paulo foram construídos nove novos presídios para desativar o Carandiru, penitenciária que simboliza, segundo Gregori, uma época que precisa ser superada em termos de política prisional. Disse ainda que o Governo está construindo, com verbas do BNDES, um novo presídio por Estado.

- Isso porque sem um local diferente desses que são depósitos de presos não há como implantar um sistema de laborterapia e acompanhamento disciplinar nas prisões.

Em relação à tortura, Gregori afirmou que essa prática é um crime punido severamente desde a implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos há dois anos.

- Qualquer denúncia procedente de violência será objeto de pressão do Governo federal para que seja apurada e os responsáveis punidos - prometeu ele, durante a homenagem que recebeu ontem no Memorial da América Latina, em São Paulo. Gre-



PREMIAÇÃO
Ruth Cardoso abraça Gregori durante cerimônia em sua homenagem

gori manifestou intenção de reforçar ações, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique, para reduzir a violência policial e a lentidão da Justiça.

James Cavallaro, diretor no Brasil da Human Rights Watch, disse que prefere não polemizar com Gregori. Segundo Cavallaro, o relatório admite que o Governo brasileiro tem tido uma política aberta de reconhecer as violações e aponta o esforço feito em São Paulo. Mas lembrou que a construção de presídios ocorre em ritmo inferior ao crescimento da população carcerária.

- Em São Paulo, por exemplo, há 199 presos por 100 mil habitantes. A média brasileira é de 108 presos por

100 mil habitantes - disse Cavallaro, que ontem visitou autoridades paulistas para entregar o relatório, que também está na Internet. "A questão prisional no Brasil foi abandonada por 20 anos - rebateu Gregori".

A primeira-dama, Ruth Cardoso, durante a homenagem a Gregori, admitiu que os direitos humanos ainda não são respeitados no Brasil. O país ainda convive, segundo ela, com muita discriminação e violência, embora exista legislação para combater essa situação. "É claro que o Brasil ainda não respeita todos os direitos humanos. Mas em nenhum país eles são integralmente respeitados. Avançamos, mas temos muitos problemas a resolver", reconheceu dona Ruth Cardoso.



Ciente	ANUBRA
Veículo	DIÁRIO DO COMÉRCIO - SP
Data	17.12.98
Seção	CIDADES & ENTIDADES
Página	18

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Secretário José Gregori premiado pela ONU

Ontem ele foi agraciado com o prêmio "Direitos Humanos", que será concedido anualmente pela ANU-BR

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori – que recebeu, recentemente, nos Estados Unidos, o prêmio "Nações Unidas de Direitos Humanos", concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) –, foi homenageado, ontem, no Memorial da América Latina, com a primeira edição do prêmio "Direitos Humanos", que será anualmente oferecido pela Associação das Nações Unidas-Brasil às pessoas físicas e jurídicas que mais se destacarem na promoção dos direitos humanos.

O empresário Mário Garnero,

presidente da associação – fundada em 14 de julho deste ano com o objetivo de estreitar os laços entre os brasileiros e a ONU –, informou que o prêmio da organização só é concedido a cada cinco anos. Já foram agraciadas pela ONU personalidades como Eleanor Roosevelt, Martin Luther King e Nelson Mandela.

O presidente da Fapesp – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e da ACSP – Associação Comercial de São Paulo, Elvio Aliprandi, que também é conselheiro nacional e fundador da Associação das Na-

ções Unidas-Brasil, participou da premiação e ficou muito satisfeito. "É um grande orgulho para o Brasil o fato de Gregori ter sido homenageado pela ONU. É um exemplo que deveria ser seguido por todos os brasileiros", disse.

A homenagem – realizada em conjunto com a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – também teve o objetivo de comemorar o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Autoridades e entidades de diversos setores estiveram presentes, lotando o auditório do Memorial. Entre eles, a presidente do Conselho da Comunidade Solidária, a antropóloga Ruth Cardoso; o vice-governador, Geraldo Alckmin (acompanhado por oito secretários de Estado); o rabino Henry Sobel, da Comunidade Israelita; e o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo.

Diálogo e tolerância – Garnero destacou, em seu pronunciamento que, na sua atividade de empresário, tentou abrir canais de diálogo e tolerância entre o governo e a sociedade. "Eram outros tempos, tempos duros, de monólogo e intolerância", disse, referindo-se à época da ditadura militar. "Temos aqui a oportunidade de saudar Gregori, um amigo, cujo trabalho e trajetória de vida experimenta neste momento um instante extraordinário de reconhecimento no Brasil e no mundo", acrescentou Garnero.

Ruth Cardoso afirmou que o trabalho realizado por Gregori era



Elvio Aliprandi, presidente da Fapesp, da ACSP e conselheiro da nova entidade, se encontra com dona Ruth Cardoso no Parlatino

visto como uma ameaça, na época da ditadura. "Isso felizmente já não ocorre. Gregori, através de um espaço governamental, abriu o diálogo com a sociedade. O prêmio recebido por ele tem relevância e importância na América Latina, pois nunca tivemos acesso a ele. Abrimos um espaço, estamos realizando uma caminhada pela melhoria dos direitos humanos", concluiu a antropóloga.

Geraldo Alckmin falou sobre a contribuição do governo Mário Covas na área de direitos humanos, lembrando ações de segurança pública, como o estabelecimento de penas alternativas. "Apagamos a imagem do massacre do Carandiru", disse.

José Gregori, ao agradecer a homenagem recebida, ressaltou que cada um dos presentes fez parte de sua luta pelos direitos

humanos, além de destacar o empenho político do presidente Fernando Henrique Cardoso pela causa. "Se algum mérito tive, foi aglutinar vontades, muitas vezes dispares. Foi um instrumento ecumênico dessa luta e assim pretendo continuar, apenas coordenando a política de direitos humanos", concluiu.



Aliprandi ao lado de Garnero, o presidente e fundador da ANU-BR



Ciente	ANUBRA
Veículo	DIÁRIO DO COMÉRCIO - BH
Data	17.12.98
Seção	NACIONAL
Página	04

Rua Troipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Governo contesta denúncias de tortura

SÃO PAULO - O governo brasileiro reagiu ontem à divulgação do relatório da Human Rights Watch, entidade internacional de direitos humanos, que apontou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos.

Ele criticou a forma como a entidade divulga seus documentos.

- Não conheço o teor do relatório, porque a Human Rights Watch não prima pela elegância. Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades - declarou Gregori, ao comentar o relatório da entidade divulgado ontem em São Paulo.

PRESÍDIOS

Segundo o secretário, a situação apontada no relatório nunca foi so-negada por parte do governo. Ele lembrou que em São Paulo foram construídos nove novos presídios para desativar o Carandiru, penitenciária que simboliza, segundo Gregori, uma época que precisa ser superada em termos de política prisional. Disse ainda que o governo está construindo, com verbas do BNDES, um novo presídio por estado.

- Isso porque sem um local diferente desses que são depósitos de presos não há como implantar um sistema de laborterapia e acompanhamento disciplinar nas prisões.

Em relação à tortura, Gregori afirmou que essa prática é um crime punido severamente desde a implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos há dois anos.

- Qualquer denúncia procedente de violência será objeto de pressão do governo federal para que seja apurada e os responsáveis punidos - prometeu ele, durante a homenagem que recebeu ontem no Memorial da América Latina, em São Paulo. Gregori manifestou intenção de



D. RUTH cumprimenta Gregori, homenageado ontem em São Paulo

reforçar ações, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique, para reduzir a violência policial e a lentidão da Justiça.

James Cavallaro, diretor no Brasil da Human Rights Watch, disse que prefere não polemizar com Gregori. Segundo Cavallaro, o relatório admite que o governo brasileiro tem tido uma política aberta de reconhecer as

violações e aponta o esforço feito em São Paulo. Mas lembrou que a construção de presídios ocorre em ritmo inferior ao crescimento da população carcerária.

- Em São Paulo, por exemplo, há 199 presos por 100 mil habitantes. A média brasileira é de 108 presos por 100 mil habitantes - disse Cavallaro, que hoje visitou autoridades paulis-

tas para entregar o relatório, que também está na Internet.

- A questão prisional no Brasil foi abandonada por 20 anos - rebateu Gregori.

A primeira-dama, Ruth Cardoso, durante a homenagem a Gregori, admitiu que os direitos humanos ainda não são respeitados no Brasil. O país ainda convive, segundo ela, com

muita discriminação e violência, embora exista legislação para combater essa situação.

- É claro que o Brasil ainda não respeita todos os direitos humanos. Mas em nenhum país eles são integralmente respeitados. Nossa luta para que sejam. Avançamos, mas temos muitos problemas a resolver - reconheceu dona Ruth Cardoso. (A3)





Cliente	ANUBRA		
Veículo	DIÁRIO DO COMÉRCIO - SP		
Data	17.12.98		
Seção	CIDADES & ENTIDADES	Página	18
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048			

Secretário José Gregori premiado pela ONU

Ontem ele foi agraciado com o prêmio "Direitos Humanos", que será concedido anualmente pela ANU-BR

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori – que recebeu, recentemente, nos Estados Unidos, o prêmio “Nações Unidas de Direitos Humanos”, concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) – foi homenageado, ontem, no Memorial da América Latina, com a primeira edição do prêmio “Direitos Humanos”, que será anualmente oferecido pela Associação das Nações Unidas-Brasil às pessoas físicas e jurídicas que mais se destacarem na promoção dos direitos humanos.

O empresário Mário Garnero, presidente da associação – fundada em 14 de julho deste ano com o objetivo de estreitar os laços entre os brasileiros e a ONU –, informou que o prêmio da organização só é concedido a cada cinco anos. Já foram agraciadas pela ONU personalidades como Eleanor Roosevelt, Martin Luther King e Nelson Mandela.

O presidente da Fapesp – Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo e da ACSP – Associação Comercial de São Paulo, Elvio Aliprandi, que também é conselheiro nacional e fundador da Associação das Na-

ções Unidas-Brasil, participou da premiação e ficou muito satisfeito. “É um grande orgulho para o Brasil o fato de Gregori ter sido homenageado pela ONU. É um exemplo que deveria ser seguido por todos os brasileiros”, disse.

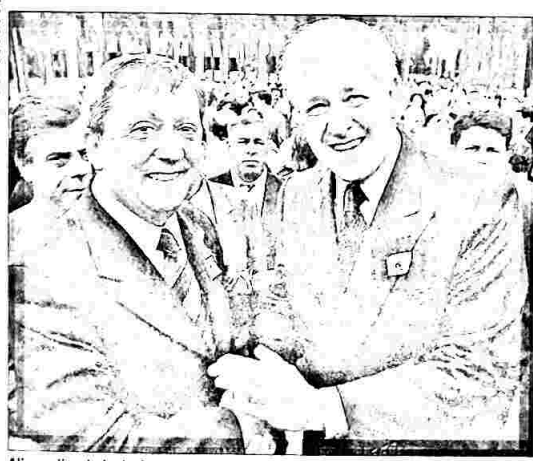
A homenagem – realizada em conjunto com a Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais – também teve o objetivo de comemorar o cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Autoridades e entidades de diversos setores estiveram presentes, lotando o auditório do Memorial. Entre eles, a presidente do Conselho da Comunidade Solidária, a antropóloga Ruth Cardoso; o vice-governador, Geraldo Alckmin (acompanhado por oito secretários de Estado); o rabino Henry Sobel, da Comunidade Israelita; e o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo emérito de São Paulo.

Diálogo e tolerância – Garnero destacou, em seu pronunciamento que, na sua atividade de empresário, tentou abrir canais de diálogo e tolerância entre o governo e a sociedade. “Eram outros tempos, tempos duros, de monólogo e intolerância”, disse, referindo-se à época da ditadura militar. “Temos aqui a oportunidade de saudar Gregori, um amigo, cujo trabalho e trajetória de vida experimenta neste momento um instante extraordinário de reconhecimento no Brasil e no mundo”, acrescentou Garnero.

Ruth Cardoso afirmou que o trabalho realizado por Gregori era



Elvio Aliprandi, presidente da Fapesp, da ACSP e conselheiro da nova entidade, se encontra com dona Ruth Cardoso no Parlamento.



Aliprandi ao lado de Garnero, o presidente e fundador da ANU-BR

visto como uma ameaça, na época da ditadura. “Isso felizmente já não ocorre. Gregori, através de um espaço governamental, abriu o diálogo com a sociedade. O prêmio recebido por ele tem relevância e importância na América Latina, pois nunca tivemos acesso a ele. Abrimos um espaço, estamos realizando uma caminhada pela melhoria dos direitos humanos”, concluiu a antropóloga.

Geraldo Alckmin falou sobre a contribuição do governo Mário Covas na área de direitos humanos, lembrando ações de segurança pública, como o estabelecimento de penas alternativas. “Apagamos a imagem do massacre do Carandiru”, disse. José Gregori, ao agradecer a homenagem recebida, ressaltou que cada um dos presentes fez parte de sua luta pelos direitos

humanos, além de destacar o empenho político do presidente Fernando Henrique Cardoso pela causa. “Se algum mérito tive, foi aglutinar vontades muitas vezes dispares. Fui um instrumento ecumênico dessa luta e assim pretendo continuar apenas coordenando a política de direitos humanos”, concluiu.

Vera Gomes



MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Um jogo estranho

• Um dos poucos encargos que o ministro da Justiça pode assumir com liberdade é o de regular a circulação de veículos no país. A defesa dos direitos humanos é a seara de José Gregori e a coordenação das polícias é do general Serra. Natural que Renan Calheiros colocasse no Denatran um velho amigo do Governo Collor, o ex-deputado Gidel Dantas. Não fácil, hoje, encontrar gente afinada com o caráter daqueles tempos.

Uma das atribuições do Denatran é propor ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a regulamentação da inspeção técnica de veículos. A proposta que fez foi aprovada e tornou-se a Resolução 84 de 1998. Por esta resolução divide-se o país em dez lotes de três milhões de veículos cada um, a serem inspecionados anualmente por consórcios onde empresas internacionais, as únicas capazes de comprovar já terem feito 700 mil inspeções, teriam uma participação decisiva. O preço das inspeções obrigatórias seria de R\$ 50 para veículos leves e de R\$ 80 ou R\$ 90 para os pesados. Ou seja: cria-se um mercado cativo de cerca de R\$ 2 bilhões por ano, fora o que se pode lucrar com a venda de autopeças e o pagamento de oficinas. Uma parcela desse dinheiro seria destinada a uma ONG, a ABDetran, constituída pelos diretores dos Detrans e por pessoas do ramo, geralmente antigos policiais rodoviários. Por ser não governamental, a ABDetran não precisa prestar contas aos tribunais de contas. A organização já recebe 2%, cerca de 14 milhões por ano, do seguro obrigatório sobre veículos.

A ABDetran já estuda há anos a maneira de explorar a inspeção de veículos. Estabeleceu contatos com as empresas internacionais, especialmente com a alemã Dekra, de Stuttgart, e até organizou uma viagem dos diretores de Detrans e de suas esposas à Alemanha, com tudo pago.

Em 1995 o Contran aprovou a Resolução 809 sobre inspeções, depois modificada pela 821. A diferença entre as duas é que a primeira contemplava a participação do Inmetro nas inspeções e a segunda o excluía. O Inmetro é considerado um órgão bem estruturado, com excelentes laboratórios e pessoal técnico.

A maioria dos artigos do Código de Trânsito cuja aplicação dependia de regulamentação foi regulamentada dentro do prazo previsto, ou seja, até 22 de maio de 1998. A inspeção veicular foi exceção. Alegou-se que precisava ser mais debatida e que era inconveniente fazê-lo em período eleitoral.

Em julho, o ministro Renan Calheiros nomeou Gidel Dantas, ex-deputado pelo PDC do Ceará e seu colaborador quando líder do Governo Collor na Câmara, chefe do Denatran. Gidel é pastor evangélico e trabalhou na coordenação de Detrans de diversos estados

do Nordeste. O resultado da sua ação foi a Resolução 84, em vigor. Ela garante, através de um modelo de inspeção centralizado que exige grandes investimentos, às grandes empresas européias o domínio do mercado brasileiro e, por intermédio do Brasil, do mercado latino-americano. Essa entrada é estratégica num momento em que a frota de veículos européia está estagnada e a da Ásia diminui em virtude da crise.

A inspeção de veículos acidentados já é realizada há vários anos por organizações certificadas pelo Inmetro. As universidades e os institutos brasileiros de engenharia mecânica dominam toda a tecnologia automobilística, mas não têm capital para implantar as grandes instalações exigidas pela resolução do Denatran. Existem, no mundo, modelos de inspeção centralizados, pulverizados e intermediários. O pulverizado é difícil de fiscalizar; o centralizado gera cartéis e cartórios, logo, corrupção; no intermediário, a inspeção pode ser feita dentro de padrões técnicos satisfatórios, controlados por um organismo público como o Inmetro, e gera empregos e concorrência.

Não se discute a necessidade de inspeções. Cerca de 6% dos acidentes no Brasil são causados por falhas mecânicas. A questão é o cartel. Os funcionários que a Casa Civil deslocou para o Ministério da Justiça para tratar dos assuntos de trânsito foram devolvidos e as decisões estão centralizadas.

O senhor Gidel Dantas parece ser adepto do automobilismo, além de ter bom gosto e ser bastante próspero. O seu CPF o dá como proprietário de um Gol importado, uma camionete Blaser e dois Vectras, um cinza e outro prata, modelos de 1998. Há um pequeno detalhe, que talvez interesse à Receita Federal. O Vectra cinza está também registrado no CPF de uma funcionária do Denatran, Cristina, e no de Renato Araújo Júnior, que também aparece como dono do Vectra prata e da Blaser. A Blaser surge ainda no CPF de Eduardo Faria, também dono dos dois Vectras. Os mesmos carros estão registrados no CPF de Cleverson Cruz, funcionário do Denatran de 23 anos. Finalmente, o Vectra cinza está registrado no CPF de Cláudio Drummond. É muito dono para os carros de quem deveria controlar um negócio de bilhões.

Brasil contesta dados sobre direitos humanos

► *Secretário José Gregori diz que governo pune a tortura com rigor*

SÃO PAULO - O governo brasileiro reagiu ontem à divulgação do relatório da Human Rights Watch, entidade internacional de direitos humanos, que apontou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos. Ele criticou a forma como a entidade di-

vulga seus documentos. "Não conheço o teor do relatório, porque a Human Rights Watch não prima pela elegância. Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades" - declarou Gregori, ao comentar o relatório da entidade divulgado terça-feira em São Paulo.

Segundo o secretário, a situação apontada no relatório nunca foi sonhada por parte do governo. Ele lembrou que em São Paulo foram construídos nove novos presídios para desativar o Caran-

diru, penitenciária que simboliza, segundo Gregori, uma época que precisa ser superada em termos de política prisional. Disse ainda que o governo está construindo, com verbas do BNDES, um novo presídio por Estado. "Isso porque sem um local diferente desses que são depósitos de presos não há como implantar um sistema de laborterapia e acompanhamento disciplinar nas prisões".

Em relação à tortura, Gregori afirmou que essa prática é um crime punido severamente desde a

implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos há 10 anos. "Qualquer denúncia de violência será objeto de investigação do governo federal. Seja apurada e os responsáveis serão punidos" - prometeu ele. A homenagem que recebeu em São Paulo, Gregori tem a intenção de reforçar a ação segundo mandato do presidente Fernando Henrique, para acabar com a violência policial e a lei da Justiça. (AG)



Cliente	ANUBRA
Veículo	CORREIO DA BAHIA-SALVADOR
Data	17.12.98
Seção	BRASIL
Página	05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori critica Human Rights W

Ministro reconhece deficiência do sistema penal, mas diz que há c

SÃO PAULO - O governo brasileiro reagiu ontem à divulgação do relatório da Human Rights Watch, entidade internacional de direitos humanos, que apontou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos. Ele criticou a forma como a entidade divulga seus documentos. "Não conheço o teor do relatório, porque a Human Rights Watch não prima pela elegância. Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades", declarou Gregori, ao comentar o relatório da entidade divulgado antontem em São Paulo.

Segundo o secretário, a situação apontada no relatório nunca foi sonhada por parte do governo. Ele lembrou que em São Paulo foram construídos nove novos presídios para desativar o Carandiru, penitenciária que simboliza, segundo Gregori, uma época que precisa ser superada em termos de política prisional. Disse ainda que o governo está construindo, com verbas do BNDES, um novo presídio por estado.

"Isso porque sem um local diferente desses, que são depósitos de presos, não há como implantar um sistema de laborterapia e acompanhamento disciplinar nas prisões".

Em relação à tortura, Gregori afirmou que essa prática é um crime punido severamente desde a implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos há dois anos. "Qualquer denúncia procedente de violência será objeto de pressão do governo federal para que seja apurada e os responsáveis punidos", prometeu ele, durante a homenagem que recebeu ontem no Memorial da América Latina, em São Paulo. Gregori manifestou intenção de reforçar ações, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique, para reduzir a violência policial e a lentidão da Justiça.

James Cavallaro, diretor no Brasil da Human Rights Watch, disse que prefere não polemizar com Gre-



José Gregori e a primeira-dama Ruth Cardoso conversam em cerimônia no Parlatino, em S

gori. Segundo Cavallaro, o relatório admite que o governo brasileiro tem tido uma política aberta de reconhecer as violações e aponta o esforço feito em São Paulo. Mas lembrou que a construção de presídios ocorre em ritmo inferior ao crescimento da população carcerária. "Em São Paulo, por exemplo, há 199 presos por cem mil habitantes. A média brasileira é de 108 presos por 100 mil habitantes", disse Cavallaro, que ontem visitou autoridades paulistas para entregar o relatório, que também está na Internet. "A questão prisional no Brasil foi abandonada por 20 anos", rebateu Gregori.

A primeira-dama, Ruth Cardoso, durante a homenagem a Gregori, admitiu que os direitos humanos ainda não são respeitados no Brasil. O país ainda convive, segundo ela, com muita discriminação e violência, embora exista legislação para combater essa situação.

"É claro que o Brasil ainda não respeita todos os direitos humanos. Mas em nenhum país eles são integralmente respeitados. Nossa luta é para que sejam. Avançamos, mas temos muitos problemas a resolver", reconheceu dona Ruth Cardoso.



Ciente	ANUBRA	Página	04
Veículo	O GLOBO - RJ		
Data	17.12.98		
Seção	O PAÍS		

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

Um jogo estranho

Um dos poucos encargos que o ministro da Justiça pode assumir com liberdade é o de regular a circulação de veículos no país. A defesa dos direitos humanos é a seara de José Gregori e a coordenação das polícias é do general Serra. Natural que Renan Calheiros colocasse no Denatran um velho amigo do Governo Collor, o ex-deputado Gidel Dantas. Não fácil, hoje, encontrar gente afinada com o caráter daqueles tempos.

Uma das atribuições do Denatran é propor ao Conselho Nacional de Trânsito (Contran), a regulamentação da inspeção técnica de veículos. A proposta que fez foi aprovada e tornou-se a Resolução 84 de 1998. Por esta resolução divide-se o país em dez lotes de três milhões de veículos cada um, a serem inspecionados anualmente por consórcios onde empresas internacionais, as únicas capazes de comprovar já terem feito 700 mil inspeções, teriam uma participação decisiva. O preço das inspeções obrigatórias seria de R\$ 50 para veículos leves e de R\$ 80 ou R\$ 90 para os pesados. Ou seja: cria-se um mercado cativo de cerca de R\$ 2 bilhões por ano, fora o que se pode lucrar com a venda de autopeças e o pagamento de oficinas. Uma parcela desse dinheiro seria destinada a uma ONG, a ABDetran, constituída pelos diretores dos Detrans e por pessoas do ramo, geralmente antigos policiais rodoviários. Por ser não governamental, a ABDetran não precisa prestar contas aos tribunais de contas. A organização já recebe 2%, cerca de 14 milhões por ano, do seguro obrigatório sobre veículos.

A ABDetran já estuda há anos a maneira de explorar a inspeção de veículos. Estabeleceu contatos com as empresas internacionais, especialmente com a alemã Dekra, de Stuttgart, e até organizou uma viagem dos diretores de Detrans e de suas esposas à Alemanha, com tudo pago.

Em 1995 o Contran aprovou a Resolução 809 sobre inspeções, depois modificada pela 821. A diferença entre as duas é que a primeira contemplava a participação do Inmetro nas inspeções e a segunda o excluía. O Inmetro é considerado um órgão bem estruturado, com excelentes laboratórios e pessoal técnico.

A maioria dos artigos do Código de Trânsito cuja aplicação dependia de regulamentação foi regulamentada dentro do prazo previsto, ou seja, até 22 de maio de 1998. A inspeção veicular foi exceção. Alegou-se que precisava ser mais debatida e que era inconveniente fazê-lo em período eleitoral.

Em julho, o ministro Renan Calheiros nomeou Gidel Dantas, ex-deputado pelo PDC do Ceará e seu colaborador quando líder do Governo Collor na Câmara, chefe do Denatran. Gidel é pastor evangélico e trabalhou na coordenação de Detrans de diversos estados

do Nordeste. O resultado da sua ação foi a Resolução 84, em vigor. Ela garante, através de um modelo de inspeção centralizado que exige grandes investimentos, às grandes empresas européias o domínio do mercado brasileiro e, por intermédio do Brasil, do mercado latino-americano. Essa entrada é estratégica num momento em que a frota de veículos europeia está estagnada e a da Ásia diminui em virtude da crise.

A inspeção de veículos acidentados já é realizada há vários anos por organizações certificadas pelo Inmetro. As universidades e os institutos brasileiros de engenharia mecânica dominam toda a tecnologia automobilística, mas não têm capital para implantar as grandes instalações exigidas pela resolução do Denatran. Existem, no mundo, modelos de inspeção centralizados, pulverizados e intermediários. O pulverizado é difícil de fiscalizar; o centralizado gera cartéis e cartórios, logo, corrupção; no intermediário, a inspeção pode ser feita dentro de padrões técnicos satisfatórios, controlados por um organismo público como o Inmetro, e gera empregos e concorrência.

Não se discute a necessidade de inspeções. Cerca de 6% dos acidentes no Brasil são causados por falhas mecânicas. A questão é o cartel. Os funcionários que a Casa Civil deslocou para o Ministério da Justiça para tratar dos assuntos de trânsito foram devolvidos e as decisões estão centralizadas.

O senhor Gidel Dantas parece ser adepto do automobilismo, além de ter bom gosto e ser bastante próspero. O seu CPF o dá como proprietário de um Gol importado, uma caminhonete Blaser e dois Vectras, um cinza e outro prata, modelos de 1998. Há um pequeno detalhe, que talvez interesse à Receita Federal. O Vectra cinza está também registrado no CPF de uma funcionária do Denatran, Cristina, e no de Renato Araújo Júnior, que também aparece como dono do Vectra prata e da Blaser. A Blaser surge ainda no CPF de Eduardo Faria, também dono dos dois Vectras. Os mesmos carros estão registrados no CPF de Cleverton Cruz, funcionário do Denatran de 23 anos. Finalmente, o Vectra cinza está registrado no CPF de Cláudio Drumond. É muito dono para os carros de quem deverá controlar um negócio de bilhões.



Ciente ANUBRA

Ciente	ANUBRA
Veículo	CORREIO DA BAHIA-SALVADOR
Data	17.12.98
Seção	BRASIL
Página 05	

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori critica Human Rights Watch

Ministro reconhece deficiência do sistema penal, mas diz que há avanços

SÃO PAULO - O governo brasileiro reagiu ontem à divulgação do relatório da Human Rights Watch, entidade internacional de direitos humanos, que apontou a prática de tortura e execuções sumárias em presídios brasileiros. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse que o governo reconhece que a situação nas prisões é difícil, mas não esteve de braços cruzados nos últimos dois anos. Ele criticou a forma como a entidade divulga seus documentos. "Não conheço o teor do relatório, porque a Human Rights Watch não prima pela elegância. Primeiro, ela faz barulho na imprensa e depois manda o relatório para as autoridades", declarou Gregori, ao comentar o relatório da entidade divulgado anteriormente em São Paulo.

Segundo o secretário, a situação apontada no relatório nunca foi sonhada por parte do governo. Ele lembrou que em São Paulo foram construídos nove novos presídios para desativar o Carandiru, penitenciária que simboliza, segundo Gregori, uma época que precisa ser superada em termos de política prisional. Disse ainda que o governo está construindo, com verbas do BNDES, um novo presídio por estado.

"Isso porque sem um local diferente desses, que são depósitos de presos, não há como implantar um sistema de laborterapia e acompanhamento disciplinar nas prisões".

Em relação à tortura, Gregori afirmou que essa prática é um crime punido severamente desde a implantação do Plano Nacional de Direitos Humanos há dois anos. "Qualquer denúncia procedente de violência será objeto de pressão do governo federal para que seja apurada e os responsáveis punidos", prometeu ele, durante a homenagem que recebeu ontem no Memorial da América Latina, em São Paulo. Gregori manifestou intenção de reforçar ações, no segundo mandato do presidente Fernando Henrique, para reduzir a violência policial e a lentidão da Justiça.

James Cavallaro, diretor no Brasil da Human Rights Watch, disse que prefere não polemizar com Gre-



José Gregori e a primeira-dama Ruth Cardoso conversam em cerimônia no Parlatino, em São Paulo

gori. Segundo Cavallaro, o relatório admite que o governo brasileiro tem tido uma política aberta de reconhecer as violações e aponta o esforço feito em São Paulo. Mas lembrou que a construção de presídios ocorre em ritmo inferior ao crescimento da população carcerária. "Em São Paulo, por exemplo, há 199 presos por cem mil habitantes. A média brasileira é de 108 presos por 100 mil habitantes", disse Cavallaro, que ontem visitou autoridades paulistas para entregar o relatório, que também está na Internet. "A questão prisional no Brasil foi abandonada por 20 anos", rebateu Gregori.

A primeira-dama, Ruth Cardoso, durante a homenagem a Gregori, admitiu que os direitos humanos ainda não são respeitados no Brasil. O país ainda convive, segundo ela, com muita discriminação e violência, embora exista legislação para combater essa situação.

"É claro que o Brasil ainda não respeita todos os direitos humanos. Mas em nenhum país eles são integralmente respeitados. Nossa luta é para que sejam. Avançamos, mas temos muitos problemas a resolver", reconheceu dona Ruth Cardoso.



Cliente	ANUBRA	Página	...
Veículo	REVISTA CARAS - SP		
Data	18.12.98		
Seção	CITAÇÕES		

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

“*Espera-se que o tempo mostre o mal da radicalização. Se o tempo não ensina ao homem, a redenção não chegou.*”

José Gregori (68), secretário nacional de Direitos Humanos, criticando o deputado Delfim Netto (PPB-SP), que defendeu o AI-5, de 1968, início do período mais nefasto do século no Brasil.

“*A mitologia da mineiridade, do político hábil e enigmático, tenta esconder falta de consistência, indigência intelectual.*”

Fábio Wanderley Reis (60), cientista político mineiro.



Cliente	ANUBRA
Veículo	JORNAL DO BRASIL - RJ
Data	18.12.98
Seção	BRASIL
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048	
Página 06	

LANCE-LIVRE

- A estrela de Fábio Júnior, do Cruzeiro, não pára de subir. Ontem o jogador passou horas posando para fotos em diversos locais de BH. Será atração do próximo número da revista Caras.
- Prêmio de direitos humanos da ONU, o secretário executivo do Ministério da Justiça, José Gregori, recebe homenagem hoje, às 15h, na sede do Jockey Club Brasileiro, no Centro do Rio.
- Bezerra da Silva e os grupos Farofa Carioca e Acorda Bamba fazem show amanhã no Malagueta, em São Cristóvão, no Rio. A partir das 22h.
- Hoje, a partir das 16h30, na Casa de Cultura Laura Alvim, em Ipanema, Maria Lúcia Amaral lança O rapto do menino, pela Razão Cultural. Livro dedicado a Joana, avó da autora e mãe de Barbosa Lima Sobrinho.
- O ministro da Cultura, Francisco Weffort, toma posse hoje no Pen Club, no Rio. A cerimônia contará com jantar no Consulado de Portugal e discurso da presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rosiska Darcy de Oliveira.
- Anthony Garotinho viaja hoje para São Paulo. Vai visitar o governador Mário Covas no Incor.
- Todo mundo dá como descartada sua ida para o Ministério do Meio Ambiente, mas Gilberto Gil ainda conversará com FH semana que vem em Brasília.
- Edição especial do Projeto Seis e Meia, hoje no Teatro João Caetano. A renda do show de Luiz Vieira será destinada à Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação.
- Avante, Central do Brasil.

com Fátima Sá

e-mails para esta coluna: informejb@jb.com.br



Cliente	ANUBRA	
Veículo	O ESTADO DE S.PAULO - SP	
Data	18.12.98	
Seção	CADERNO 2/CESAR GIOBBI	Página D5

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Brilho apagado

Faltou luz no Parlatino, quarta-feira, bem na hora em que o ministro José Gregori ia ser homenageado por ter recebido da ONU a comenda dos Direitos Humanos. A cerimônia teve uma rápida mudança de endereço: foi para o Memorial da América Latina, no mesmo conjunto de prédios de Oscar Niemeyer.



Cliente	ANUBRA
Veículo	DIÁRIO DA BORBOREMA - CAMPINA GRANDE
Data	18.12.98
Seção	NACIONAL
	Página 05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

GREGORI PEDE FIM DA GREVE DE FOME DE SEQUESTRADORES

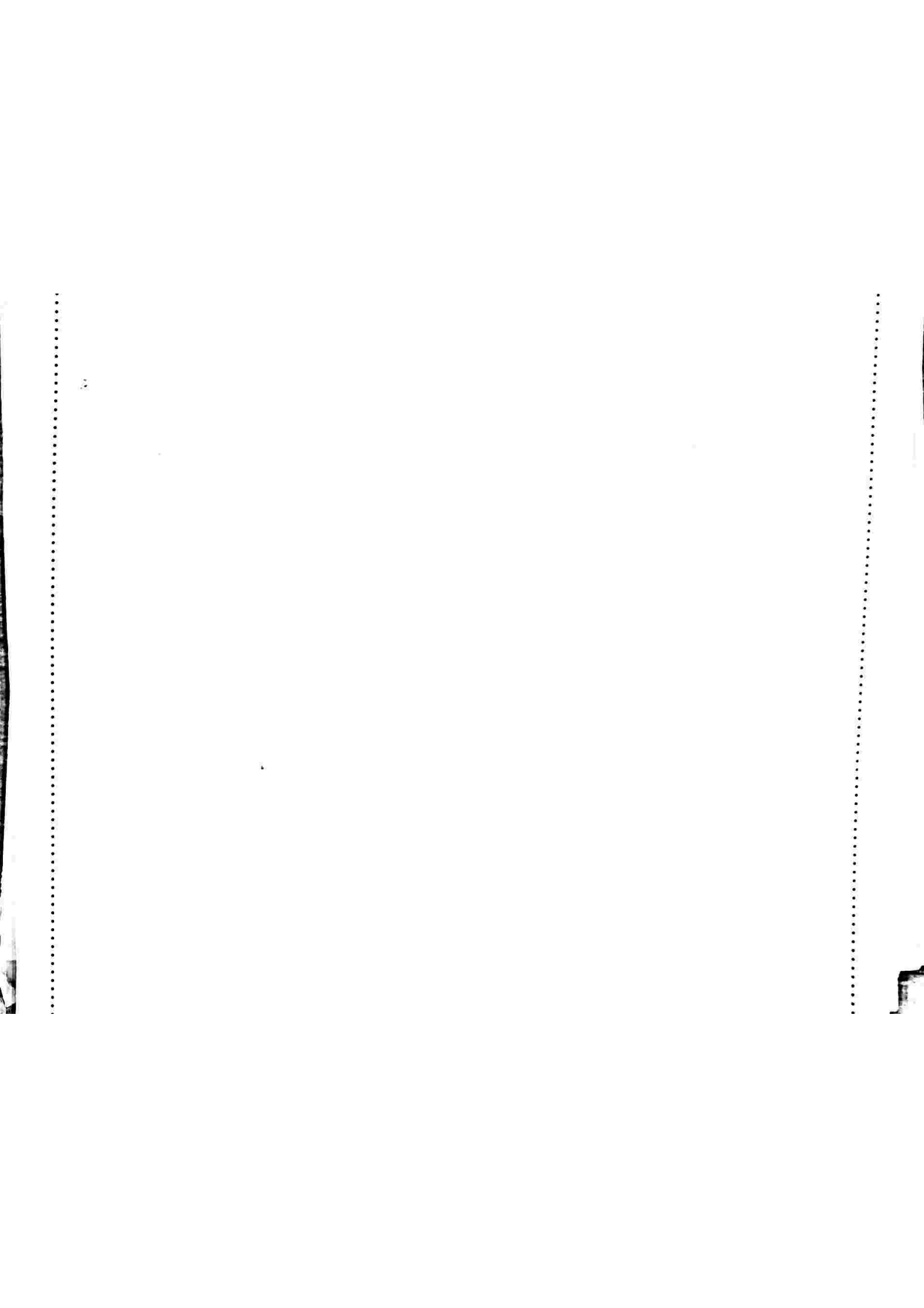
São Paulo, (AE) - O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, considera "sem propósito" a greve de fome dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz que já dura um mês. "Não vejo sentido em levar o processo a este extremo, colocando em risco a própria vida", disse. Ele reiterou o apelo para que os presos interrompam a greve.

Para o secretário, a situação neste momento é favorável aos dois argentinos, cinco chilenos e ao brasileiro. Gregori argumenta que o Tribunal de Justiça de São Paulo aprovou a redução das penas, os acordos com a Argentina e o Chile serão apreciados pelo Congresso em sessão extraordinária e ainda os dois seqüestradores canadenses já fo-

ram transferidos para o seu país.

Ele considera, entretanto, o caso "difícil", pois envolve uma questão jurídica complexa e ainda a força da opinião pública dos países envolvidos. O secretário acrescentou que a expectativa do governo com relação à solução do caso é de que os acordos sejam aprovados.

Gregori esteve no início da tarde no Instituto do Coração (Incor) para visitar o governador de São Paulo, Mário Covas, operado na segunda-feira. Estiveram no local também o deputado federal Almino Afonso (PSB-SP) e o senador Francelino Pereira (PFL-MG). O livro de registros do governador já conta com mais de 1.080 assinaturas.





Cliente ANUBRA

Veículo JORNAL DE BRASÍLIA - BRASÍLIA

Data 18.12.98

Seção RAPIDÍSSIMAS

Página 07

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

SEQÜESTRADORES I

Gregori pede fim da greve de fome

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, considera "sem propósito" a greve de fome dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz (foto) que já dura um mês. "Não vejo sentido em levar o processo a este extremo, colocando em risco a própria vida", disse. Ele reiterou o apelo para que os presos interrompam a greve. Para o secretário, a situação neste momento é favorável aos dois argentinos, cinco chilenos e ao brasileiro. Gregori argumenta que o Tribunal de Justiça de São Paulo



aprovou a redução das penas, os acordos com a Argentina e o Chile serão apreciados pelo Congresso em sessão extraordinária e ainda os dois seqüestradores canadenses já foram transferidos para o seu país. Ele considera, entretanto, o caso "difícil", pois envolve uma questão jurídica complexa e ainda a opinião pública dos países envolvidos. O secretário acrescentou que a expectativa do governo com relação à solução do caso é de que os acordos sejam aprovados.



Cliente	ANUBRA	
Veículo	TRIBUNA DE SANTO AMARO - SP	
Data	18 a 24.12.98	
Seção	PESSOAS E FATOS	Página 02

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

HOMENAGEM DA ONU

A Marco-Múltipla Ação Regional Comunitária presidida por João Uchôa Borges, enviou um voto de congratulações ao secretário dos Direitos Humanos José Gregori, pela homenagem prestada a ele pela ONU.



Cliente	ANUBRA
Veículo	CORREIO DA BAHIA-SALVADOR
Data	19.12.98
Seção	PODER
Página	05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Direito

Premiado pela ONU, o secretário executivo do Ministério da Justiça, José Gregori, entregou ontem a Maria da Glória Archer, viúva de Renato Archer, a moeda de R\$1 com o símbolo dos direitos humanos.

Foi durante cerimônia em sua homenagem no Jockey Club Brasileiro, no Centro do Rio, onde o discurso de Evandro Lins e Silva o emocionou.

A moeda tem valor e em breve estará em circulação.

à tentativa de soltura do assassino do seringueiro Chico Mendes, morto a tiros na cidade de Xapuri, na região

Vai suspender indultos de N

BRASÍLIA, (AE)

O governo modificou ontem o decreto nº 2.838 de novembro deste ano, para impedir que o fazendeiro Darly Alves da Silva, condenado a 19 anos de prisão como mandante da morte do sindicalista Chico Mendes, tenha direito ao indulto natalino. O Ministério da Justiça acrescentou um parágrafo onde proíbe a concessão dos benefícios aos presos que tenham fugido durante o cumprimento da pena, como é o caso do fazendeiro e seu filho Darci Alves Pereira, também condenado a 19 anos por ter assassinado o sindicalista. Na noite de anteontem (17), o Conselho Penitenciário do Distrito Federal negou, por unanimidade, o pedido de indulto feito por Darly Silva. Os conselheiros concluíram que o crime praticado pelo fazendeiro é considerado hediondo, e negaram que tivessem agido sob pressão. "Ninguém nos procurou para pedir qualquer coisa", disse o advogado Pedro Arruda, presidente do conselho. "Jamais decidimos por pressão", acrescentou.

Na quinta-feira, após saber que Darly Silva teria direito ao indulto natalino, o ministro da Justiça, Renan Calheiros, conversou com o presidente Fernando Henrique Cardoso e ameaçou revogar o decreto presidencial que concedia o benefício ao fazendeiro. No final da tarde, o porta-voz do Palácio do Planalto, embaixador Sérgio Amaral, confirmou que Fernando Henrique pedira à sua assessoria jurídica que modificasse o decreto para evitar a saída do fazendeiro, o que aconteceu ontem.

A alteração feita por determinação do presidente tira o direito de indulto aos presos que tiveram fatos desabonadores durante o cumprimento da pena. No decreto foram acrescentadas proibições aos detentos que provocaram rebeliões, tentativa de fuga ou fuga consumada. Darly e Darci estão enquadrados nos dois últimos casos.

Juiz - O caso agora está nas mãos do juiz da Vara de Execuções Penais, Everardo Alves Ribeiro, que ainda vai ouvir o Ministério Público do DF e depois deci-

Foto: Arquivo JMN



CALHEIROS / Contra medida para beneficiar assassino

Ministro diz que mantém indulto

RIO, (AE)

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, garantiu que a alteração no texto sobre o indulto natalino não prejudicará presos que tenham direito ao benefício. "É perfeitamente possível pinçar os casos que não merecem", disse. Segundo Gregori, não houve falha de avaliação do governo quando, inicialmente, anunciou que concederia o indulto a todos. "Isso é assim mesmo, tomamos medidas coleti-

vas, pensadas de forma genérica, para depois particularizar".

Prêmio - Ontem, Gregori foi homenageado por amigos que o parabenizaram pelo prêmio de direitos humanos concedido a ele pela Organização das Nações Unidas (ONU), no último dia 10. "O prêmio foi dado como um incentivo ao governo federal e à sociedade, para que continuem o esforço para superar os problemas de direitos humanos que ainda existem no País", disse.

dir sobre o destino do fazendeiro. Depois disso, Ribeiro ainda analisará os relatórios sobre a conduta do preso e depois concluirá se Darly Silva tem direito ou não ao indulto. "Normalmente o juiz acata o que o conselho decidir", observa o procurador da República no DF, José Elaeeres Marques Teixeira, um dos conselheiros.

Se não conseguir o indulto, o fazendeiro deverá requerer progressão de pena, assim como seu filho, Darci Alves Pereira, condenado a 19 anos como autor do assassinato de Chico Mendes. Por ter cumprido um terço da pena - eles foram presos em janeiro de 1989, ficaram foragidos três anos

e foram recapturados em agosto de 1996 - poderiam adquirir o regime semi-aberto. "Já existe recurso neste sentido para beneficiar o Darci", confirma o juiz da Vara de Execuções.

Presos na Penitenciária da Papuda, em Brasília, Darci e Darly são considerados hoje os detentos mais importantes do País, já que a morte de Chico Mendes causou uma das maiores repercussões no exterior. A movimentação do governo para impedir o indulto foi uma forma de evitar que o caso ganhasse exploração internacional, já que no dia 22 deste mês completa dez anos que o sindicalista foi assassinado em Xapuri, no Acre.



Cliente	ANUBRA
Veículo	O TEMPO-BELO HORIZONTE
Data	19.12.98
Seção	POLÍTICA
Página	06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori prega fim do "cangacerismo"

MIKE SEGAR/REUTERS - 10.12.98

RIO DE JANEIRO/MACEIÓ – O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, afirmou ontem que o assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL) deve servir de "basta ao cangacerismo político que prossegue no país". Gregori considerou o assassinato uma "barbaridade" e disse que os representantes de todos os poderes estão indignados com o crime. "A política não pode mais açoitá-los bandidos selvagens", disse.

Em Maceió, a Polícia Federal começou ontem a procurar o deputado Talvane Albuquerque (PFL-AL), apontado como principal suspeito de ter encomendado a chacina na qual morreu a deputada federal Ceci Cunha (PSDB-AL), na última quarta-feira, em Maceió (AL), após a cerimônia de diplomação dos políticos eleitos no Estado.

"Estamos querendo saber para onde o deputado Talvane viajou. Procuramos ele em Arapiraca e Maceió e nessas cidades ele não está. Como quem não deve não teme ele já deveria ter se apresentado", afirmou o coordenador de operações da Superintendência da Polícia Federal de Alagoas, delegado Cláudio Lima.

O governador Manoel Gomes de Barros (PTB) disse ontem que o governo alagoano dará garantia de vida a todas as pessoas procuradas pelas polícias Civil, Militar e Federal no caso.

"As pessoas que estão sendo procuradas para esclarecer a chacina, inclusive o deputado (Talvane), podem se apresentar porque o Estado lhes dará garantia de vida. Eles podem escolher a quem se apresentar, inclusive, a mim", afirmou Barros.

O deputado Talvane Albuquerque, que é primeiro suplente da

deputada assassinada, manifestou, por meio de sua mulher, Nireide, que teria deixado o Estado por ter sido condenado publicamente e que teme uma represália.

Ontem, a mulher do deputado disse à reportagem que ele se encontrava em Brasília, onde convocaria uma entrevista coletiva que, segundo ela, ainda não tem data para acontecer. "Estão caluniando o meu marido. Ele vai convocar a imprensa quando se sentir seguro", afirmou.

A Polícia Federal, que trabalha em conjunto com a Polícia Civil no caso, não revela oficialmente os "fortes indícios" que o governador diz possuir para suspeitar do deputado.

Na última eleição, após Ceci ter renunciado à condição de vice na chapa do governador Barros, que tentou a reeleição, ela voltou a postular a vaga para deputada federal. Com isso, ela tirou apoios políticos de Albuquerque, já que os dois possuem base política em Arapiraca, no interior do Estado.

Ontem, a polícia começou a procurar também Maurício Gomes Novaes, 58, conhecido como "Chapéu de Couro", que teria sido reconhecido como um dos três pistoleiros que invadiram a casa da irmã da deputada. Na chacina, morreram a deputada Ceci Cunha, seu marido, Juvenal Cunha, seu cunhado Iran Carlos Maranhão e a mãe dele, Itala Maranhão.

Apesar de já ter morado em Arapiraca, base política de Albuquerque e Ceci Cunha, "Chapéu de Couro" e os outros dois pistoleiros teriam sido contratados na Bahia, segundo o delegado do 4º Distrito Policial de Maceió, Arnaldo Soares, presidente do inquérito. (AE/AF)



José Gregori, secretário nacional de Direitos Humanos, que quer punição para crime

Crime desafia país, diz governador

BRASÍLIA – O governador eleito de Alagoas, Ronaldo Lessa (PSB) disse ontem, ao deixar o Ministério da Fazenda, que o assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL) "foi ordenado por inimigos políticos da deputada. Foi uma desmoralização. O crime atingiu todos os poderes. Os assassinos deviam estar na solenidade de diplomação, acompanharam a deputada e a mataram. Foi um desafio ao Estado brasileiro", disse o governador.

Ronaldo Lessa acredita que não precisará da ajuda do Exército para investigar o caso, mas afirmou que quer contar com a colaboração da Polícia Federal. Esse pedido foi feito pelo governador eleito de Alagoas ao próprio presidente Fernando Henrique Cardoso.

O governador eleito convidou para a Secretaria de Segurança

Pública o ex-agente da Polícia Federal Edmilson Miranda, que trabalhou no caso Chico Mendes Georgina de Freitas e no Escândalo da Mandioca (fato ocorrido em Pernambuco, no início do anos 80).

Comentando a prisão de dois seguranças do deputado Talvane Albuquerque (PFL-AL), que teria contratado os pistoleiros que assassinaram Ceci Cunha, o governador eleito disse que se "tem que atrás de todas as pistas. Só há bandido bem sucedido porque tem proteção política. Isso tem que acabar", disse o governador eleito de Alagoas.

Na conversa com o ministro da fazenda, Pedro Malan, Ronaldo Lessa pediu para que o Estado seja retirado do Cadastro (Cadastro de Inadimplentes) do governo federal. (AG)



Informe JB

Maurício Dias
COM SINCERIDADE

Vai ser transferida para a esfera federal a responsabilidade de castigar os violadores dos direitos humanos. Hoje este castigo é atribuição da Justiça nos estados, mas muitas vezes ela não leva os acusados para o banco dos réus. As informações são do secretário de Direitos Humanos, José Gregori, chocado com a chacina, em Alagoas, da deputada eleita Ceci Cunha, do marido, do cunhado e da sogra.

O "cangaceirismo" político não pode seguir manchando a honra nacional. É uma tragédia cultural, social e econômica. Constitui a base de uma realidade que precisa ser modificada. É por este e outros casos, como o de Carajás, que o crime de direitos humanos precisa ser federalizado.

Prêmio de Direitos Humanos da ONU, Gregori acha que é preciso dar ao governo federal, imediatamente, algum instrumento legal de ação. Em fevereiro, um grupo de especialistas de São Paulo lhe entregará as propostas para ampliar o projeto de lei que trata do tema e já tramita na Câmara Federal:

Quando viajo para o exterior, especialmente à França, as entidades de direitos humanos querem comer o meu fígado. Não adianta explicar que nem eu nem o presidente temos condições legais de agir nesses casos. Hoje, o governo federal paga a conta desses crimes. Mas nós não temos, rigorosamente, nenhum parágrafo único que nos dê possibilidade de ação. Temos que dar um basta a esses crimes.

Passos

José Gregori, que na reposse assumirá uma secretaria com mais independência e diretamente ligada ao Palácio do Planalto, acha que a questão dos direitos humanos teve avanços nas seguintes áreas: lei de tortura, porte de arma e desativação do presídio de Carandiru (SP).

Mas permanecem os seguintes dramas: violência da polícia, falta de velocidade da Justiça e aqueles crimes que parecem intocáveis.

É o caso dos assassinos de Eldorado de Carajás, onde até hoje a Justiça local não levou nenhum dos 155 acusados para o banco dos réus.

Safari

A atmosfera ecológica do Búzios Golf Club & Resort, no balneário fluminense, foi perturbada por um feito inusitado.

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampraia, matou a facadas uma jibóia que descansava sobre a grama, na terça passada.

Orgulhoso, contou a aventura a colegas no bar do clube.

Em compasso

Os quatro ministros militares vão continuar ministros, apesar da entrega dos cargos antes da posse do titular da pasta da Defesa, que passará a representá-los.

É tão complicada a legislação que trata dos fardados, que elas manterão o título enquanto não forem aprovadas as regras

que os destituem. Depois nem título e nem assento nas reuniões ministeriais.

Pisando em ovos

Não é só FH que faz mistério sobre seu novo Ministério, que prefere anunciar completo e de uma só vez. Caciques do PSDB se recusam a revelar a estratégia do partido de agora em diante. Temem físgadas - ainda maiores - do PFL, no momento em que o presidente definir os últimos nomes da sua nova equipe.

"Reposse"

Vai ser assim a agenda da posse do reeleito FH e seu vice Marco Maciel, na tarde do dia 1º de janeiro.

Maciel sairá do Palácio do Jaburu, a residência do vice, em direção ao Palácio da Alvorada, a residência do presidente.

Dali sairão num comboio de cinco carros, com as mulheres e seguranças. O comboio seguirá a cavalaria até o Congresso.

Depois, faixa presidencial e posse dos ministros no Planalto.

Exemplo

O governador reeleito de Mato Grosso, Dante de Oliveira, reúne-se esta semana com assessores para definir quem lhe passará a faixa.

Bom tucano que é, estava aguardando FH decidir primeiro.

Por elas

As sociedades Viva Cazusa e Viva Rachid assinam acordo de cooperação amanhã, na capital pernambucana.

Elas vão trocar experiências e, juntas, tentar ampliar o atendimento às crianças portadoras de Aids ou filhas de vítimas da doença.

O resultado desta união será um guia prático para o intercâmbio das Organizações Não-Governamentais.

Agenda

Está marcado o primeiro compromisso de FH depois da reposse.

Depois de 30 anos, sai do papel, no dia 29 de janeiro, o primeiro trecho do Gasoduto Brasil-Bolívia. Na fronteira entre os dois países, FH e o presidente Hugo Banzer cortam a fita do percurso até Campinas. No fim do ano, estará concluído o trecho Campinas-Porto Alegre.

Teto seguro

Está nas mãos do prefeito Luiz Paulo Conde projeto de lei que cria casas-abrigo para atender mulheres e seus filhos vítimas de violência doméstica no Rio.

A exemplo de Belo Horizonte e Porto Alegre.

A proposta é do atual vereador e futuro secretário de Planejamento do Estado, Jorge Bittar, do PT.



Cliente ANUBRA

Veículo ZERO HORA - PORTO ALEGRE

Data 20.12.98

Seção

Página 29

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori pede "basta" à violência

Rio - O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, afirmou sexta-feira que o assassinato da deputada Ceci Cunha (PSDB-AL) deve servir de "basta ao cangaceirismo político que prossegue no país". Gregori considerou o assassinato "uma barbaridade".



Cliente	ANUBRA		
Veículo	ZERO HORA - PORTO ALEGRE		
Data	20.12.98		
Seção	INFORME ESPECIAL	Página	03

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048



**“O assassinato da deputada
Ceci Cunha (PSDB-AL) deve
servir de basta ao cangacerismo
político que prossegue no país”**

JOSÉ GREGORI,
*secretário nacional de
Direitos Humanos*



Cliente ANUBRA

Veículo MEIO NORTE-TERESINA

Data 19.12.98

Seção GERAL/RICARDO BOECHAT

Página 08

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

ZONA FRANCA

* Fernando Gasparian reúne convidados para um jantar logo mais, no Rio, homenageando o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori.

* No Garcia e Rodrigues, hoje, a astróloga Dulce Montes faz palestra sobre o Caminho de Santiago de Compostela.

* Hoje à tarde, em Niterói, será realizada a tradicional partida de futebol Casados x Solteiros na Praia de São Francisco, em frente à Rua Tapuias. É a mais antiga pelada de areia da cidade, disputada há 25 anos.



Cliente	ANUBRA	
Veículo	DIÁRIO CATARINENSE - FLORIANÓPOLIS	
Data	19.12.98	
Seção	POLICIA	Página 29

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Gregori diz que alteração não vai prejudicar presos

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, garantiu que a alteração no texto sobre o indulto natalino não prejudicará presos que tenham direito ao benefício. "É perfeitamente possível pinçar os casos que não merecem", disse. Segundo Gregori, não houve falha de avaliação do governo quando, inicialmente, anunciou que concederia o indulto a todos. "Isso é assim mesmo, tomamos medidas coletivas, pensadas de forma genérica, para depois particularizar." Ontem, Gregori foi homenageado por amigos que o parabenizaram pelo prêmio de direitos humanos concedido a ele pela Organização das Nações Unidas (ONU), no último dia 10.



Ciente	ANUBRA
Veículo	ZERO HORA - PORTO ALEGRE
Data	19.12.98
Seção	POLÍCIA
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048	
Página	55

CASO DINIZ

Presos mantêm greve

□ São Paulo – Os seqüestradores do empresário Abílio Diniz recusaram ontem a oferta e o apelo feitos pelo secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, de suspender a greve de fome e esperar pela inclusão na pauta do Congresso dos acordos de transferência de presos.

Hoje, o grupo entra no 34º dia de greve. A convocação do Congresso será em 4 de janeiro. Os tratados são iguais aos que permitiram a transferência dos canadenses Christine Lamont e David Spencer.



Sejus
Rua Traipu, 221 - Cer...

ZONA FR...

• Fernando Gasparian reúne convidados para um jantar logo mais, no Rio, homenageando o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori.



Cliente	ANUBRA	
Veículo	ESTADO DE MINAS-BELO HORIZONTE	
Data	19.12.98	
Seção	NACIONAL	Página 06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

■ PRÊMIO

Amigos prestam homenagem a Gregori

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, foi homenageado ontem por amigos que o parabenizaram pelo prêmio de direitos humanos concedido a ele pela Organização das Nações Unidas (ONU), no último dia 10. "O prêmio foi dado como um incentivo ao governo federal e à sociedade, para que continuem o esforço para superar os problemas de direitos humanos que ainda existem no País", disse.



Cliente	ANUBRA
Veículo	A GAZETA-CUIABÁ
Data	19.12.98
Seção	POLÍTICA
	Página 5A

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Direito

Premiado pela ONU, o secretário-executivo do Ministério da Justiça, José Gregori, entregou ontem a Maria da Glória Archer, viúva de Renato Archer, a moeda de R\$ 1 com o símbolo dos direitos humanos.

Foi durante cerimônia em sua homenagem no Jockey Club Brasileiro, no Centro do Rio, onde o discurso de Evandro Lins e Silva o emocionou.

A moeda tem valor e em breve estará em circulação.

Direitos humanos: avanço não apaga contradição

► *Brasil é premiado, mas apóia Pinochet e dá abrigo a Stroessner*

MAURÍCIO CARDOSO
SUCURSAL DE BRÁSILIA

Trinta anos após a edição do AI-5, que jogou o País numa longa noite de trevas na área dos direitos humanos, o Brasil hoje é reconhecido internacionalmente pelos avanços conseguidos na política de respeito ao cidadão.

Mesmo ainda engatinhando na solução dos graves problemas sociais - prostituição, miséria, trabalho infantil, superlotação carcerária e distribuição de renda -, o Prêmio Mundial de Direitos Humanos, concedido pela Organização das Nações Unidas (ONU) ao secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, comprova que o País vem tentando superar suas mazelas.

Na área jurídica, os avanços conquistados pelo governo nos últimos quatro anos são inegáveis: transferiu para a justiça comum os crimes praticados pelos militares; tipificou o crime de tortura; transformou o porte ilegal de armas em crime e ainda lançou um programa de indenização aos parentes de desaparecidos durante o regime militar.

Mesmo sobre a d...
manos no...
sunto ext...
tório, tra...
ainda nã...
aparente...
vêm re...
completa...
parte de...
mentare...
das à ár...



Ditadores "embolam" a discussão

Se a defesa dos direitos humanos ainda provoca tanta polêmica entre políticos, juristas e autoridades ligadas à área, para o cidadão comum é uma fonte permanente de perplexidade: o conceito de direitos humanos aceito universalmente vale para todos igualmente ou pode variar de acordo com a ótica política e diplomática em que é tratado?

A discussão que envolve vários países sobre o destino do ditador Augusto Pinochet, responsável pela morte de milhares de desafetos políticos durante sua longa permanência no poder, é um exemplo típico de que a questão dos direitos humanos muitas vezes pode ser encarada como uma questão essencialmente diplomática.

O presidente Fernando Henrique Cardoso, testemunha ocular das atrocidades cometidas duran-

te o regime de Pinochet, preferiu optar pela saída diplomática ao defender a soberania chilena - em nome da coesão dos países da América Latina - e evitar uma condenação explícita.

Pelas mesmas razões diplomáticas, o governo brasileiro já transferiu o cumprimento das penas de dois seqüestradores canadenses para seu país de origem, utilizando um acordo de extradição feito por encomenda para resolver o que poderia se transformar num incidente diplomático com o rico Canadá, um dos nossos principais parceiros comerciais.

A diplomacia

Enquanto o Executivo mantém-se "em cima do muro" no episódio Pinochet, o Legislativo federal e a

Câmara Distrital de Brasília exigem uma tomada de posição mais enérgica do Brasil, defendendo o julgamento internacional do ex-ditador chileno.

E, contradição das contradições, o mesmo Legislativo que pressiona a opinião pública em defesa da punição de Pinochet aceita passivamente a presença na Capital da República do ex-ditador do Paraguai Alfredo Stroessner, que vive exilado numa mansão no bairro mais nobre da cidade, a poucos quilômetros da residência do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Stroessner governou o Paraguai por décadas, abrigou nazistas fugitivos da Justiça e cometeu tantas atrocidades quanto Pinochet e outros ditadores que transformaram seus países em território sem lei.

Governo não escapa da incoerência

O secretário de Direitos Humanos, José Gregori, engalanado pela comenda internacional, não consegue desatar o nó das contradições sobre o tratamento diferenciado para crimes semelhantes em sua violência contra o cidadão: é a favor da tipificação de crime político para os seqüestradores de Abílio Diniz e prefere esperar uma análise da Procuradoria da República sobre a confissão do ex-tenente Marcelo Paixão Araújo, se ela fere ou não a lei da anistia, para desencadear as providências cabíveis.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara foi mais ágil. O deputado Luiz Eduardo Greenhalg (PT-SP), membro da comissão e especialista em questões de direitos humanos, requereu o enquadramento do ex-tenente no código penal "por apologia de fato criminoso". Segundo ele, a Lei da Anistia, de agosto de 1979, anistiou os que cometeram crimes conexos com os crimes políticos e isso anistiou também os torturadores. Buscar enquadrar Marcelo Araújo na lei de apologia ao crime seria uma saída viável para o acerto de contas.

Enquanto isto, José Gregori ainda espera que, na convocação extraordinária do Congresso, em ja-



JOSE GREGORI espera a aprovação de tratados pelo Congresso

neiro, os tratados de transferência de presos com Argentina e Chile sejam finalmente aprovados. O que, em última instância, liberaria os sete últimos estrangeiros envolvidos no seqüestro, abrindo caminho para que se encontrasse uma solução para o único brasileiro da quadrilha, que poderia ser indultado pelo presidente da República.

No meio de tanta violência, o que chega ao conhecimento da maioria da população está sempre restrito

ao que a imprensa divulga. Mas, no cotidiano, o desrespeito aos direitos humanos continua sendo uma prática usual, como reconhece o próprio secretário José Gregori. A solução para esta questão também pode ser corriqueira, basta que as leis em vigor valham igualmente para todos. Até que isto aconteça, os direitos humanos, no Brasil, avançarão na mesma proporção que avançar o conceito de cidadania entre a população.



Cliente	ANUBRA
Veículo	JORNAL TUDO BEM - SP
Data	16 22.12.98
Seção	BRASIL
Página	A4

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Direitos Humanos premiam dois brasileiros na França

Dois brasileiros foram premiados semana passada, na França, durante a comemoração dos 50 anos da Declaração dos Direitos Humanos. A professora Luzia Canuto Pereira e o secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, foram homenageados por obras que defendem os direitos humanos no mundo.

A professora Luzia, que já teve três familiares mortos na luta pela posse da terra no sul do Pará, recebeu o prêmio comemorativo dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituído pelo governo francês.

Ela foi a única brasileira a receber a premiação pela batalha que vem travando contra a impunidade dos assassinos e mandantes da morte de seu pai, o sindicalista João Canuto, morto com 18 tiros em 1985, e de seus irmãos, Paulo e José, em 1990, executados por

pistoleiros após serem presos e algemados.

Em entrevista a jornais e tevês da Europa e Estados Unidos, Luiza afirmou que vem sofrendo ameaças de morte. "Telefonam sempre para a escola dizendo que devo tomar cuidado", contou.

Gregori foi um dos homenageados da 53ª Assembléia-Geral das Nações Unidas. Também receberam o Prêmio de Direitos Humanos de 1998 o ex-presidente dos EUA Jimmy Carter, a checa Anna Sabatova, a ugandesa Angelina Acheng e a cingalesa Sunila Abeysekera. O sexto foi concedido a "todos os defensores dos direitos humanos do mundo".

Os prêmios foram entregues pelo secretário-geral da ONU, Kofi Annan. "Este é o dia de renovar nosso compromisso com uma justiça globalizada na era da globalização", disse Annan.



Gregori (dir.): prêmio por defesa aos direitos humanos



HILDEGARD ANGEL

O FILHO DO Lupicínio Rodrigues, músico residente nos EUA, está no Brasil acompanhando tratamento médico da mãe. Para segurar as despesas, por tempo indeterminado, ele comprou um táxi e roda por aí como chofer de praça. Prefere isso a tentar a própria profissão. Diz que músico no Brasil mal ganha pra pagar as contas. Que vergonha! Com todo respeito aos taxistas, claro!... A Letras e Expressões de Ipanema oferece viagens pela Internet aos clientes. Paga-se por hora, mas o provedor não andou contribuindo esses dias. Uma pena, porque a casa é uma delícia, embora exagere um pouco nos preços das comidinhas...

Confirmado: Zveiter será Secretário de Justiça!

• **É NATAL, É NATAL!** E tem Papai Noel de montão por aí. Na minha chaminé acaba de descer um. Com novidades fresquíssimas e confirmadíssimas sobre o Governo Garotinho! Ai vai a equipe da Cultura do próximo Governo, completinha: secretário de Cultura será Adriano de Aquino; subsecretário do Interior, José Leon Zylberstajn; subsecretário da Região Metropolitana, Stepan Nercessian; presidente da Funarj, a atriz Beth Mendes, enquanto o MIS será de Francisco Milani. Além disso, haverá, no primeiro escalão da Cultura, os nomes de Tônico Pereira e Antonio Grassi. Deles todos, o único já convidado e confirmado é Aquino, os outros, se os convites não foram feitos ontem, talvez estejam sabendo agora, lendo a coluna...

• **MAS MEU PAPAÍ** Noel é bem falante. Contou muito mais. Contou que o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, em conversa com Garotinho, disse que era inadmissível que o Rio não tivesse também sua Secretaria da Cidadania. O governador gostou da sugestão. E vai criar a Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Cidadania. O senador Abdias Nascimento vai ser o secretário...

• **ESSE MESMO PAPAÍ** Noel, meu amigo e de Garotinho, disse que conhece muito o governador e que este sabe separar lealdade de submissão. Por isso, confirmará como secretário de Justiça, o Sergio Zveiter! O que desagrada a outro bom velhinho: Brizola...

O Noel do Country

• **O PAPAÍ NOEL** do Country também é muito bonzinho. Ele foi à festa de Natal do clube no sábado e distribuiu muitos prêmios. O nome dele é Carlos Lohman, da Rio de Janeiro Retrescos, que patrocinou a noite. A festa foi um grande merchandising do guaraná Kwat, febre do momento. Ele ofereceu as passagens aéreas internacionais sorteadas. Paulinho Thomáz Lopes ganhou uma. Tóia Brand Barbará ganhou outra. Loreta Badaró ganhou dois mil reais em compras no BarraShopping, pois José Isaac Perez era o Papai Noel adjunto da festa, que também distribuiu aparelhos de TV. A Orquestra Celebrare foi um acerto. Todo mundo dançou, foi uma alegria! Até Alex e Sandra Haegler, que conseguiram se localizar melhor e foram, sem precisar ficar na frigideira: a sala de jogos. Havia mulheres e mulheres. Quantas viúvas! Nem Papai Noel pra dar conta...

• **ASSIM COMO MEU** Papai Noel estava de saco cheio, há outros que nem tanto. Vejam só o que aconteceu com o Papai Noel de Vigário Geral, na sexta de manhã. Saiu de casa com o saco vazio e foi surpreendido na rua por crianças que, como não encontraram brinquedos, deram uma surra no bom velhinho, rasgaram o saco, a roupa vermelha, arrancaram a barba e o encheram de bolacha. Isso é Vigário Geral!...

• **O DESPREVENIDO** Papai Noel havia sido contratado para entregar às crianças da creche Comitê Pour la Vie 80 presentinhos levados pela santa Gisella Amaral. Que, na falta dele, entregou ela mesma os presentes, dizendo que o trenó tinha ficado preso no trânsito! ...

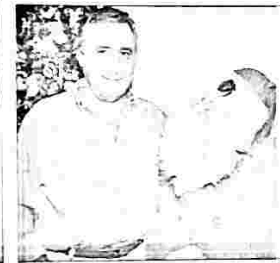
• **MAS GISELLA** tem outro Papai Noel, e este está de saco sempre cheio — no bom sentido é claro! : o Ricardo Amaral, sempre cheio de novidades, com histórias e mais histórias pra contar. Por isso, os convidados da festa de aniversário de Leleco Barbosa só saíram de lá às 4h da manhã. Era uma festa micro: 60 pessoas, o que se tratando de Leleco e Maninha é ninguém. Além do Ricardo, havia mais dois Papais Noéis na casa. Um mecânico, que só mexia a cabeça, e um em forma de bolo, imenso, presenteado pela Glorinha Pires Rebello... Os Amaral embarcaram para os States. Estuqiam em Aspen e depois Miami...



BETH PINTO Guimarães e Lala Guimarães na festa de aniversário de Leleco Barbosa



MANINHA BARBOSA, no river do marido, com Lilliana Rodrigues (que decote!)



LELECO ganhou de presente os parabéns do Papai Noel. E para quem pode e merece!

BORBULHANTES

• **LUIZ FELIPE** Lampreia acaba de encaminhar o pedido de aposentadoria! Ele ainda teria 12 anos de carreira — fez 58 anos em outubro e ingressou na carreira em 63, há 35 anos. O que não o impede de permanecer chanceler. Quer ir para a iniciativa privada, daqui a quatro anos, ao concluir seu segundo período no Governo FH... • **ROSINHA** e Garotinho passam Natal em Campos e réveillon talvez na Atlântica, no apartamento do ex-deputado estadual Pereira Pinto, do partido e amigo de longa data... • **A ILHA FISCAL** vai abrir para visitação, a partir de hoje, toda reformada. O submarino "Riachuelo", em reformas, também vai virar museu. Ficará ancorado no Museu da Marinha, na Praça XV, aberto aos visitantes... • **O NATAL DO** Baixo Bebê será temático, décor inspirado em Zuzu Angel: máquinas de costuras enormes, carreteis, tesouras e alfinetes. Anjinhos e es-

calistas ajudarão Papai Noel a receber os bebês , dia 24, das 9h às 13h, nas áreas atrás do Quiosque Baixo Bebê, em frente à Venâncio... • **QUEREM UM** retrato do Brasil em crise? Os funcionários do TRF tiveram seu auxílio alimentação cortado, dizem que temporariamente. E no Fundão falta tudo, até lâmpadas! As dos corredores são usadas para substituir as das salas de aula. Só não falta dedicação aos professores, apesar dos salários ridículos!... • **CHEGARAM** de Paris: Sílvia Amélia de Waldner, sábado, e vai hoje para Brasília; Angela e Benjo Arbib, domingo, e já recebem esta semana para jantar no Jockey... • **SUSANA WERNER** traíu o R-9! Foi ao DaDo Bier! Comeu pizza, tomou cerveja... até aí tudo bem, mas colocar o boné da casa, aí já foi demais. Deixa só Ronaldinho saber! Mesmo assim, o fenômeno, depois do Natal aqui, leva Suzy para 31 na Itália...

Noel no Municipal!

• **PAPAÍ NOEL** também desceu ontem pela chaminé no Teatro Municipal: o governador Marcelo Alencar inaugurou o anexo do Teatro: prédio com 12 andares, uma belíssima. Projeto idealizado pelo Glauco Campello. No interior, há palco para ensaios, sala para orquestra, coro, dança etc. Poderá preparar um espetáculo enquanto outro estiver em cartaz no teatro, o que antes era impossível. O diretor Emilio Khalil falou e foi freneticamente aplaudido — estavam presentes, além das autoridades, os funcionários do teatro! O ex-secretário Leonel Kaz disse que, com o prédio, nos Municipal se equipara, em termos de facilidades, ao Lincoln Center. A atual secretária, Lelia Fraga, cumprimentadíssima, acha a gestão com chave de ouro. E Cook Richers assinou o lindo paisagismo!...

E-mail para esta coluna: hilde@ngbho.com.br



Cliente	ANUBRA
Veículo	REVISTA ISTOÉ - SP
Data	23.12.98
Seção	DATAS
Página 26	

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Direitos Humanos



O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori (à dir.), recebeu na quarta-feira 16 uma homenagem da Associação das Nações Unidas Brasil, presidida pelo empresário Mário Garnero (à esq.). O prêmio *Direitos Humanos 98* foi entregue pela primeira-dama Ruth Cardoso no Memorial da América Latina, em São Paulo. Em seu discurso, Gregori afirmou que os Direitos Humanos vão ser a âncora do século XXI.



Cliente	ANUBRA	
Veículo	FOLHA DE S. PAULO - SP	
Data	23.12.98	
Seção	BRASIL/PAINEL	Página 1-4

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Linha ocupada

Retrato do poder: assim que circulou que Lafer seria o titular do Desenvolvimento choveram telefonemas para José Gregori (Direitos Humanos), amigo do escolhido. Todos para elogiar.

A volta dos que não foram

Ministro das Relações Exteriores de Collor, Celso Lafer (Desenvolvimento) é o quinto colido de destaque a chegar ao ministério de FHC. Junta-se a Calheiros (Justiça), Jatene (ex-Saúde), Stephanes (ex-Previdência) e Kandir (ex-Planejamento).

Equipe com Lafer no Desenvolvimento

Novo Ministério será anunciado hoje às 11 horas com transmissão ao vivo pela TV

GERSON CAMAROTI
e ROSA COSTA

BRASÍLIA - Com mudanças provocadas em cima da hora, o presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia hoje, a partir das 11 horas o Ministério para o segundo governo, numa entrevista coletiva transmitida ao vivo pela TV. Ontem à noite, ele antecipou o nome do ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio: o ex-chanceler Celso Lafer. "Ele é um homem da minha confiança pessoal, que tem um diálogo amplo com o setor produtivo e conta com o respeito da área econômica do governo", justificou.

Fernando Henrique lembrou que Lafer tem experiência na área empresarial, industrial e no comércio internacional, numa referência ao cargo de representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) que ocupa atualmente. E fez questão de informar aos jornalistas que o convite a Lafer foi feito na presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Compromisso - O presidente aproveitou também o pronunciamento para dizer que os partidos que terão representação no novo Ministério precisam comprometer-se com a aprovação do ajuste fiscal. "Os ministros que forem expressão de apoio partidário serão ministros cuja permanência naturalmente estará ligada também ao bom desempenho dos partidos em apoiar as teses do Brasil", disse.

A surpresa do novo Ministério será a ausência do coordenador político da campanha da reeleição e presidente da Itaipu Binacional, Euclides Scalco, que preferiu não aceitar a futura Secretaria de Governo. Com isso, vai para a pasta o deputado eleito Pimenta da Veiga (PSDB-MG). Avaliado pelo Palácio do Planalto como de excelente

desempenho durante a campanha, a participação de Scalco era aguardada pelo presidente. Até porque, o antigo secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas, homem de confiança do presidente, não deve permanecer no governo.

Outro nome confirmado é o de Paulo Paiva, do PTB, que continuará no Planejamento. A pasta deverá ser transformada em secretaria, mas com status de ministério. Para o Ministério do Trabalho irá o deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ), que chegou a ser cotado para o Ministério das Comunicações. A notícia foi bem recebida dentro do PPB, que há uma semana iniciou a articulação para comandar o Trabalho. O outro ministério do PPB será o da Agricultura, com a permanência de Francisco Turra.

Já o Ministério das Comunicações deverá ficar com o PSDB. Anteriormente, o nome cotado era o de Pimenta da Veiga, mas com sua ida para a Secretaria de Governo,

o presidente deverá pôr na pasta um paulista. O nome ainda não havia sido definido até o fim da tarde.

Mas o presidente não deverá escolher um político. A pasta será de sua cota pessoal. O PSDB também manterá o comando da Casa Civil, com Clóvis Carvalho, da Educação, com Paulo Renato, e da Saúde, com José Serra. Já o Ministério da Administração será transformado em secretaria, cuja titular será Cláudia Costin.

Na reta final da composição da reforma ministerial, o PFL acabou saindo enfraquecido. Cotado para assumir até sete ministérios, o partido deve ficar com cinco pastas. Ou seja, apenas uma a mais do que já tinha. A única permanência será a do ministro da Previdência, Waldeck Ornêlas. Para o posto de Raimundo Brito no Ministério de Minas e Energia já há sucessor. Ontem o senador Antonio Carlos Magalhães, que descansava em Pernambuco, já anunciava para correligionários que havia optado

por Rodolfo Tourinho, ex-secretário da Fazenda da Bahia.

O ex-prefeito de Curitiba e deputado eleito do Paraná Rafael Greccato deverá ir para a nova pasta de Esportes e Turismo, enquanto o deputado Sarney Filho (PFL-MA) será o titular do Ministério do Meio Ambiente, no lugar de Gustavo Krause. O único ministério de peso que o partido acabou ganhando foi o da Defesa, que ficará com o líder do governo no Senado, Elcio Alvaro do governo no Senado, Elcio Alvaro (PFL-ES). Já Pernambuco, Escriel, deverá ficar com uma estatal, possivelmente a presidência da Caixa Econômica Federal. Antes, o nome mais cotado era o do senador eleito de Pernambuco, José Jorge, para assumir o Ministério de Ciência e Tecnologia. Mas os pefelistas de Pernambuco não quiseram a pasta, considerada esvaziada.

O PFL esperava ficar com a pasta de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano. Mas acabou perdendo o novo ministério, depois que o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), cobrou do presidente a manutenção do espaço para os partidos da base, como noticiou o Estado. Ao saber à noite da escolha de Pimenta da Veiga, Jader disse a interlocutores que não ficou nada satisfeito, até porque o deputado mineiro é tucano. O PMDB ficará com o mesmo espaço e mesmos ministros: Renan Calheiros, na Justiça; Eliseu Padilha, nos Transportes; Ovidio D'Angelis, na Secretaria de Política Regionais.

PIMENTA DA VEIGA SERÁ O SECRETÁRIO DE GOVERNO

ber à noite da escolha de Pimenta da Veiga, Jader disse a interlocutores que não ficou nada satisfeito, até porque o deputado mineiro é tucano. O PMDB ficará com o mesmo espaço e mesmos ministros: Renan Calheiros, na Justiça; Eliseu Padilha, nos Transportes; Ovidio D'Angelis, na Secretaria de Política Regionais.

Colaborou Isabel Braga



Celso Lafer: capacidade de afinar-se com equipe econômica e experiência em questões de comércio internacional favoreceram escolha

José Gregori articulou nome do ex-chanceler

Idéia surgiu pela primeira vez na véspera da demissão de Mendonça de Barros

PEDRO LUIZ RODRIGUES

O primeiro passo da articulação que culminaria com a indicação do embaixador Celso Lafer para o Ministério do Desenvolvimento foi dado no dia 21 de novembro, um sábado, durante um almoço no Palácio da Alvorada, em Brasília. Participaram o presidente Fernando Henrique, o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e o assessor especial Vilmar Farias.

O clima no governo era, então, de muita expectativa. O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, haviam marcado com o presidente um encontro para o dia seguinte. Fernando Henrique já previa o que iria ocorrer: por conta do episódio das gravações de conversas relacionadas ao processo de privatização de estatais, telefonemas

do Ministério do Desenvolvimento (que então ainda era referido como Ministério da Produção), concluiu-se pela necessidade de pensar em alternativas ao nome de Luiz Carlos Mendonça de Barros, o nome preferido do presidente para assumir a nova pasta. José Gregori, então, sugeriu o nome de Celso Lafer.

Fernando Henrique, que ainda pensava ser possível contornar as dificuldades e manter a indicação de Mendonça de Barros, apenas registrou a sugestão apresentada. Mas ouviu com atenção tudo o que Gregori falou sobre a atuação do embaixador junto aos organismos internacionais, em Genebra.

Primo de Piva - Amigo de Lafer e co-responsável, com o ex-minis-

no Collor, Gregori fez um verdadeiro discurso a favor do ex-chanceler. "Ele tem a indústria nas veias, conhece todo mundo do setor e é primo do presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Horácio Lafer Piva". Aquela última expressão empessada, Piva dava as primeiras indicações um governo contra os juros elevados.

EMBAIXADOR É PRIMO DO PRESIDENTE DA FIESP

Gregori também lembrou ao presidente que Lafer vinha tendo uma experiência muito rica em Genebra e estava totalmente envolvido com as questões do comércio internacional. Além disso, disse

o secretário ao presidente, Lafer conhece os principais integrantes da equipe econômica e saberia afinar-se com eles.

Na segunda-feira, dia 23, de-

Comércio Exterior, decidiu afastar-se também) e de Lara Resende, Gregori recebeu luz verde para fazer uma sondagem informal com Lafer. O secretário nacional de Direitos Humanos ligou para Genebra e conversou com o embaixador. Perguntou se aceitaria assumir o novo ministério, se fosse convidado por Fernando Henrique, e teve uma resposta positiva.

Novo passo foi dado no dia 8 de dezembro, pouco antes de José Gregori partir para os Estados Unidos, onde seria homenageado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Fernando Henrique, que nessas alturas acreditava a apenas remotamente na possibilidade da reabilitação de Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse a Gregori que passaria a considerar mais concretamente a hipótese do convite a Lafer. Trabalhou simultaneamente os nomes de Mendonça de Barros e de Lafer até a ante-véspera do anúncio do novo Ministério, quando enfim, por presis-

GERSON CAMAROTI
e ROSA COSTA

BRASÍLIA - Com mudanças provocadas em cima da hora, o presidente Fernando Henrique Cardoso anuncia hoje, a partir das 11 horas o Ministério para o segundo governo, numa entrevista coletiva transmitida ao vivo pela TV. Ontem à noite, ele antecipou o nome do ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio: o ex-chanceler Celso Lafer. "Ele é um homem da minha confiança pessoal, que tem um diálogo amplo com o setor produtivo e conta com o respeito da área econômica do governo", justificou.

Fernando Henrique lembrou que Lafer tem experiência na área empresarial, industrial e no comércio internacional, numa referência ao cargo de representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) que ocupa atualmente. E fez questão de informar aos jornalistas que o convite a Lafer foi feito na presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

Compromisso - O presidente aproveitou também o pronunciamento para dizer que os partidos que terão representação no novo Ministério precisam comprometer-se com a aprovação do ajuste fiscal. "Os ministros que forem expressão de apoio partidário serão ministros cuja permanência naturalmente estará ligada também ao bom desempenho dos partidos em apoiar as teses do Brasil", disse.

A surpresa do novo Ministério será a ausência do coordenador político da campanha da reeleição e presidente da Itaipu Binacional, Euclides Scalco, que preferiu não aceitar a futura Secretaria de Governo. Com isso, vai para a pasta o deputado eleito Pimenta da Veiga (PSDB-MG). Avaliado pelo Palácio do Planalto como de excelente

José Gregori articulou nome do ex-chanceler

Idéia surgiu pela primeira vez na véspera da demissão de Mendonça de Barros

PEDRO LUIZ RODRIGUES

O primeiro passo da articulação que culminaria com a indicação do embaixador Celso Lafer para o Ministério do Desenvolvimento foi dado no dia 21 de novembro, um sábado, durante um almoço no Palácio da Alvorada do qual participaram o presidente Fernando Henrique, o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e o assessor especial Vilmar Farias.

O clima no governo era, então, de muita expectativa. O ministro das Comunicações, Luiz Carlos Mendonça de Barros, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), André Lara Resende, haviam marcado com o presidente um encontro para o dia seguinte. Fernando Henrique já previa o que iria ocorrer: por conta do episódio das gravações de conversas relacionadas ao processo de privatização do setor de telecomunicações, os dois iriam pedir demissão. O que de fato ocorreu no dia seguinte.

Das conversas do sábado sobre

o secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas, homem de confiança do presidente, não deve permanecer no governo.

Outro nome confirmado é o de Paulo Paiva, do PTB, que continuará no Planejamento. A pasta deverá ser transformada em secretaria, mas com status de ministério. Para o Ministério do Trabalho irá o deputado Francisco Dornelles (PPB-RJ), que chegou a ser cotado para o Ministério das Comunicações. A notícia foi bem recebida dentro do PPB,

que há uma semana iniciou a articulação para comandar o Trabalho. O outro ministério do PPB será o da Agricultura, com a permanência de Francisco Turra.

Já o Ministério das Comunicações deverá ficar com o PSDB. Anteriormente, o nome cotado era o de Pimenta da Veiga, mas com sua ida para a Secretaria de Governo,

PIMENTA DA VEIGA SERÁ O SECRETÁRIO DE GOVERNO

deve ficar com cinco pastas. Ou seja, apenas uma a mais do que já tinha. A única permanência será a do ministro da Previdência, Waldeck Ornêlas. Para o posto de Raimundo Brito no Ministério de Minas e Energia já há sucessor. Ontem o senador Antonio Carlos Magalhães, que descansava em Pernambuco, já anunciava para correligionários que havia optado

colher um político. A pasta será de sua cota pessoal. O PSDB também manterá o comando da Casa Civil, com Clóvis Carvalho, da Educação, com Paulo Renato, e da Saúde, com José Serra. Já o Ministério da Administração será transformado em secretaria, cuja titular será Cláudia Costin.

Na reta final da composição da reforma ministerial, o PFL acabou saindo enfraquecido. Cotado para assumir até sete ministérios, o partido deve ficar com cinco

do ex-prefeito de Pernambuco. O ex-prefeito de Pernambuco, tido eleito do Paraná, Rinaldo Azevedo, deverá ir para a nova pasta de Esportes e Turismo, enquanto o deputado Sarney Filho (PFL-MA) será o titular do Ministério do Meio Ambiente, no lugar de Gustavo Krause. O único ministério de peso que o partido acabou ganhando foi o da Defesa, que ficará com o líder do governo no Senado, Elício Alva (PFL-ES). Já Pernambuco, Estado do vice-presidente Marco Maciel, deverá ficar com uma estatal possivelmente a presidência da Caixa Econômica Federal. Antes, o nome mais cotado era o do senador eleito de Pernambuco, José Jorge de Cienfuegos, mas os pefelistas de Pernambuco não quiseram a pasta, considerada esvaziada.

O PFL esperava ficar com a pasta de Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Urbano. Mas acabou perdendo o novo ministério depois que o presidente do PMDB senador Jader Barbalho (PA), cobrou do presidente a manutenção do espaço para os partidos da base, como noticiou o Estado. Ao sa-

ber à noite da escolha de Pimenta da Veiga, Jader disse a interlocutores que não ficou nada satisfeito, até porque o deputado mineiro é tucano. O PMDB ficará com o mesmo espaço e mesmos ministros: Renan Calheiros, na Justiça; Eliseu Padilha, nos Transportes; e Ovídio D'Angelis, na Secretaria de Políticas Regionais.

Colaborou Isabel Braga



Celso Lafer: capacidade de afinar-se com equipe econômica e experiência em questões de comércio internacional favoreceram escolha

o Ministério do Desenvolvimento (que então ainda era referido como Ministério da Produção), concluiu-se pela necessidade de pensar em alternativas ao nome de Luiz Carlos Mendonça de Barros, o nome preferido do presidente para assumir a nova pasta. José Gregori, então, sugeriu o nome de Celso Lafer.

Fernando Henrique, que ainda pensava ser possível contornar as dificuldades e manter a indicação de Mendonça de Barros, apenas registrou a sugestão apresentada. Mas ouviu com atenção tudo o que Gregori falou sobre a atuação do embaixador junto aos organismos internacionais, em Genebra.

Primo de Piva - Amigo de Lafer e co-responsável, com o ex-ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, por sua indicação para ministro das Relações Exteriores na segunda etapa do gover-

no Collor, Gregori fez um verdadeiro discurso a favor do ex-chanceler. "Ele tem a indústria nas veias, conhece todo mundo do setor e é primo do presidente da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), Horácio Lafer Piva." Aquela altura, recém-empossado, Piva dava as primeiras estocadas no governo contra os juros elevados.

EMBAIXADOR É PRIMO DO PRESIDENTE DA FIESP

Gregori também lembrou ao presidente que Lafer vinha tendo uma experiência muito rica em Genebra e estava totalmente envolvido com as questões do comércio internacional. Além disso, disse o secretário ao presidente, Lafer conhece os principais integrantes da equipe econômica e saberia afinar-se com eles.

Na segunda-feira, dia 23, depois de Fernando Henrique ter aceito a demissão dos irmãos Mendonça de Barros (José Roberto, secretário-executivo da Câmara de

Comércio Exterior, decidiu afastar-se também) e de Lara Resende, Gregori recebeu luz verde para fazer uma sondagem informal com Lafer. O secretário nacional de Direitos Humanos ligou para Genebra e conversou com o embaixador. Perguntou se aceitaria assumir o novo ministério, se fosse formalizado um convite. Gregori teve uma resposta positiva.

Novo passo foi dado no dia 8 de dezembro, pouco antes de José Gregori partir para os Estados Unidos, onde seria homenageado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Fernando Henrique, que nessas alturas acreditava apenas remotamente na possibilidade de a reabilitação de Luiz Carlos Mendonça de Barros, disse a Gregori que passaria a considerar mais concretamente a hipótese do convite a Lafer. Trabalhou simultaneamente os nomes de Mendonça de Barros e de Lafer até a antevéspera do anúncio do novo Ministério, quando, enfim, por resistência da base aliada e do próprio ex-ministro das Comunicações, tornou o ex-chanceler ministro do Desenvolvimento.



Waldeck Ornelas, que coordenou o final da votação da reforma previdenciária, fica no ministério

do futuro... do desenvolvimento, da ex-chanceler Celso Lafer. "Ele é um homem da minha confiança pessoal, que tem um diálogo amplo com o setor produtivo e conta com o respeito da área econômica do governo", informou o presidente. Fernando Henrique lembrou que Lafer tem experiência na área empresarial, industrial e no comércio internacional, numa referência ao cargo de representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) que o futuro ministro ocupa atualmente. "Ele tem experiência na defesa dos interesses brasileiros, do setor produtivo, nas novas condições de globalização", acrescentou. Ele informou, no rápido pronunciamento de ontem, que o convite a Lafer foi feito na presença do ministro da Fazenda, Pedro Malan.

O presidente disse que os partidos que terão representação no novo Ministério precisam se comprometer com a aprovação do ajuste fiscal. "Os ministros que foram expressão de apoio partidária serão ministros cuja permanência natural estará ligada também ao bom desempenho dos partidos em apoiar as teses do Brasil", disse. "Espero que os partidos votem com a rapidez necessária o ajuste fiscal".

A surpresa do novo Ministério será a ausência do coordenador político da campanha da reeleição e presidente da Itaipu-Binaçional, Euclides Scalco, que preferiu não aceitar ficar na futura Secretaria de Governo.

Com isso, vai para a pasta o deputado eleito de Minas Gerais, Pimenta da Veiga (PSDB). Avalia-

do pelo Palácio do Planalto como tendo um excelente desempenho durante a campanha, a participação de Scalco era aguardada pelo presidente. Até porque o antigo secretário geral da Presidência, Eduardo Jorge Caldas, homem de confiança do presidente, não deve permanecer no governo.

Outro nome confirmado é o de Paulo Paiva, do PTB, no Planejamento. A pasta deverá ser transferida ao secretário, mantendo o status de ministério. Para o secretário geral da Presidência, Francisco Dornelles (PPB-RJ), que chegou a ser cotado para o Ministério das Comunicações. A notícia foi bem recebida dentro do PPB, que há uma semana iniciou a articulação para comandar o Trabalho. Ontem à tarde, o próprio Dornelles, apesar de não confirmar a presença no ministério, demonstrava interesse sobre assuntos trabalhistas para alguns interlocutores. O outro ministério do PPB será o da Agricultura, com a permanência de Francisco Turra.

MINISTÉRIO DE FHC

- FAZENDA
 - ↳ Pedro Malan
- PLANEJAMENTO
 - ↳ Paulo Paiva
- DESENVOLVIMENTO
 - ↳ Celso Lafer
- TRABALHO
 - ↳ Francisco Dornelles
- PREVIDENCIA
 - ↳ Waldeck Ornelas
- SAUDE
 - ↳ Jose Serra
- EDUCAÇÃO
 - ↳ Paulo Renato Souza
- CIENTIA E TECNOLOGIA
 - ↳ Indefinido
- CULTURA
 - ↳ Francisco Welfort
- AGRICULTURA
 - ↳ Francisco Turra
- REFORMA AGRARIA
 - ↳ Raul Jungmann
- COMUNICAÇÕES
 - ↳ Indefinido
- TRANSPORTES
 - ↳ Eliseu Padilha
- MINAS E ENERGIA
 - ↳ Rodolpho Tourinho
- POLITICAS REGIONAIS
 - ↳ Ovidio D'Angelis
- MEIO AMBIENTE
 - ↳ Sarney Filho
- TURISMO E ESPORTES
 - ↳ Rafael Grecca
- CASA CIVIL
 - ↳ Clóvis Carvalho
- SECRETARIA DE GOVERNO
 - ↳ Pimenta da Veiga
- ADMINISTRAÇÃO
 - ↳ Cláudia Costin
- DEFESA
 - ↳ Elcio Alvares
- JUSTIÇA
 - ↳ Renan Calheiros
- CASA MILITAR
 - ↳ Alberto Cardoso

PFL vai ocupar cinco pastas

BRASÍLIA - Já o Ministério das Comunicações deverá ficar com o PSDB. Anteriormente, o nome cotado era o de Veiga, mas, com a ida dele para a Secretaria de Governo, o presidente deverá colocar na pasta um paulista. O nome ainda não havia sido definido até o fim da tarde de ontem.

Mas o presidente não deverá escolher um político e avisou para alguns correligionários que a pasta será da cota pessoal dele. O PSDB também irá manter os ministérios da Casa Civil, com Clóvis Carvalho, da Educação, com Paulo Renato Souza, e da Saúde, com José Serra. Já o Ministério da Administração será transformado em secretaria, cuja titular será Cláudia Costin.

O PFL acabou ficando com cinco pastas - uma a mais do que tem no atual mandato. A única permanência será do ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas. Para a substituição do ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, foi escolhido o sucessor. Ontem, o presidente do Congresso, senador Antonio Carlos Magalhães, que

descansava na Fria de Porto de Galinhas, em Pernambuco, anunciou para correligionários que havia optado por Rodolpho Tourinho, ex-secretário da Fazenda da Bahia, para ocupar o ministério.

O ex-prefeito de Curitiba e deputado eleito do Paraná, Rafael Grecca, deverá ir para a nova pasta dos Esportes e Turismo, enquanto que o deputado Sarney Filho (PFL-MA) será o titular do Ministério do Meio Ambiente, no lugar de Gustavo Krause. Um ministério de peso que o partido vai ocupar é o da Defesa, que ficará com o atual líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES).

Já Pernambuco, estado do vice-presidente Marco Maciel, deverá ficar com uma estatal, possivelmente a presidência da Caixa Econômica Federal (CEF). O PMDB ficará com o mesmo espaço e ministros: Renan Calheiros, na Justiça; Eliseu Padilha, nos Transportes; e Ovidio D'Angelis, na Secretaria de Políticas Regionais. Também permanece o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann.

Mantida a mesma estrutura

BRASÍLIA - Fernando Henrique Cardoso vai manter praticamente a mesma estrutura administrativa dos ministérios em seu segundo mandato. As novidades são a criação dos ministérios da Defesa, que irá comandar os três ministérios militares, do Desenvolvimento Industrial, que substituirá o da Indústria e Comércio, e do Ministério do Turismo e Esportes. Em um primeiro momento, enquanto os ministérios militares não forem extintos formalmente, o segundo governo de Fernando Henrique permanecerá com 27 ministérios.

A extinção dos ministérios da Marinha, do Exército e da Aeronáutica depende da aprovação de lei complementar pelo Congresso Nacional. A lei já está em tramitação no Congresso e deverá demorar, pelo menos, um mês para ser aprovada pelos parlamentares. O Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa) também tem status de ministério e será incorporado imediatamente pelo Ministério da Defesa. Quando forem extintos os ministérios militares, o organograma do segundo governo de Fernando Henrique terá 24 ministérios.

Assim que começou a compor o quebra-cabeça de seu novo Ministério, o presidente Fernando Henrique cogitou extinguir os ministérios da Administração e do

Planejamento, que seriam transformados em secretarias. Mas voltou atrás depois das pressões dos partidos aliados, principalmente o PTB, que não quer perder o ministério do Planejamento. O presidente também pretendia incorporar ao Ministério da Ciência e Tecnologia a área de ensino superior, mas acabou desistindo da ideia.

Outra mudança estudada por Fernando Henrique foi a criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano, que reuniria as diversas políticas para habitação e saneamento. Revindicada pelo PFL, a pasta de Desenvolvimento Urbano ficará com o status de secretaria. Com essa decisão, o Ministério do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos não deverá mais ser desmembrado.

Além dos ministérios da Defesa, do Desenvolvimento Industrial, do Turismo e Esportes, Fernando Henrique também irá criar a Secretaria de Governo, que ficará encarregada de fazer as articulações políticas entre o Planalto e o Congresso. A Secretaria Geral da Presidência, que tem status de ministério, será extinta. Além de meter pouco na estrutura administrativa da Esplanada dos Ministérios, o presidente também deverá manter no cargo dos atuais ministros



Cliente ANUBRA

Veículo CORREIO BRAZILIENSE - BRASÍLIA

Data 23.12.98

Seção DOIS/GILBERTO AMARAL

Página 05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Prestígio

Condecorado pelas Nações Unidas com o Prêmio Mundial dos Direitos Humanos, cuja honra ele dividiu com o Governo e com a sociedade brasileira, José Gregori alimenta a esperança de que a Secretaria Nacional dos Direitos Humanos seja muito mais forte no segundo mandato do presidente FHC. Aliás, em gabinetes da Esplanada e do Congresso, dizem que a Secretaria poderá virar até um Ministério Extraordinário.



Cliente **ANUBRA**
 Veículo **O GLOBO-RIO DE JANEIRO**
 Data **24 12 98**
 Seção **O PAIS** Página **05**
 Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

AVISO IMPORTANTE
 Para obter informações e fazer pedidos, consulte o Guia de Segurança e conforto.
www.ati.com.br



SEGUNDO MANDATO: Algumas assessorias diretas da Presidência mudaram de nome ou receberam atribuições de ministérios

FH tentou mas não conseguiu enxugar a máquina

Fernando Henrique extinguiu e fundiu pastas, mas criou três secretarias e elevou três ao status de secretaria de Estado

Eliane Oliveira

• **BRÁSILIA** O presidente Fernando Henrique Cardoso tentou enxugar o Ministério, extinguindo pastas como Administração e Indústria e Comércio, além da fusão dos ministérios militares na Defesa. Mas acabou sem conseguir reduzir a máquina administrativa, já que criou os ministérios de Desenvolvimento; de Turismo e Esportes; e de Projetos Especiais. Também criou três secretarias de Estado, Ação Social, Planejamento e Administração; e elevou a secretaria de Estado mais três: Comunicação de Governo (antiga Comunicação Social), Relações Institucionais (antiga Secretaria-Geral) e Direitos Humanos.

Para a Secretaria de Planejamento e Avaliação foi nomeado o ministro do Trabalho, Edward Amadeu. A secretaria administrativa o Ipea e o IBGE, antes vinculados ao Ministério do Planejamento. Segundo o presidente, essas instituições são instrumentos fundamentais para o planejamento das políticas de governo.

A Secretaria de Relações Institucionais será comandada por Eduardo Graeff, secretário-geral da Presidência. Já a Secretaria de Comunicação de Governo, antes ocupada por Sérgio Amaral, terá à frente Andrea Matarazzo.

Presidente diz que quer captar ansiosos da sociedade

— Será, também, um observatório meu, pessoal, do que ocorre na sociedade, e um instrumento de captação desses movimentos na sociedade — disse o presidente sobre a Secretaria de Comunicação, que também será encarregada de unificar a linguagem de publicidade do Governo.

Para a Secretaria de Ação Social, ligada ao Ministério do Planejamento, foi convidada Wanda Engel, secretária de Ação Social do Rio. Terá como finalidade cumprir a determinação de dar maior ênfase a questões sociais no segundo mandato.

Ligada ao Ministério da Justiça, a Secretaria de Direitos Humanos continua com José Gregori.

As áreas de administração e de patrimônio, antes ligadas aos ministérios da Administração e da Fazenda, serão coordenadas pela Secretaria de Administração e Patrimônio, vinculada ao Ministério do Orçamento e Gestão. O órgão terá à frente Cláudia Costin, secretária-executiva do extinto Ministério da Administração.

— O ministro da Fazenda tem muitas responsabilidades e dificilmente pode cuidar do patrimônio — explicou o presidente.

Casa Civil sai fortalecida com novas secretarias

A criação dos órgãos permite, de certa forma, o fortalecimento da Casa Civil, especialmente em se tratando das secretarias de Estado não vinculadas a ministérios. Na avaliação de uma graduada da fonte do Governo, os secretários terão poderes de ministro.

— A diferença é que serão ministros sem o kit-ministério, que são a plaquinha de bronze e o avião — brincou a fonte.

A EQUIPE DE FH PARA O SEGUNDO GOVERNO

<p>JUSTIÇA</p>  <p>RENAN CALHEIROS • Senador pelo PMDB de Alagoas, ex-deputado e líder do Governo Collor, está no cargo desde 7 de abril</p>	<p>RELAÇÕES EXTERIORES</p>  <p>LUIZ FELIPE LAMPREIA • Diplomata, foi secretário-executivo quando FH era ministro e está no cargo desde 1º de janeiro de 95</p>	<p>FAZENDA</p>  <p>PEDRO MALAN • Primeiro a ser confirmado no novo Ministério, também está no cargo desde 1º de janeiro de 95</p>	<p>TRANSPORTES</p>  <p>ELISEU PADILHA • Primeiro a ser indicado não oficialmente, pois FH lhe pediu que não disputasse a reeleição de deputado</p>	<p>AGRICULTURA</p>  <p>FRANCISCO TURRA • Indicado pelo PPB, continua no cargo que assumiu em abril, na "reforma pré-eleitoral"</p>	<p>EDUCAÇÃO</p>  <p>PAULO RENATO SOUZA • Como Malan e Lampreia está no cargo desde o início do primeiro mandato de Fernando Henrique</p>
<p>CULTURA</p>  <p>FRANCISCO WEFFORT • Ex-petista mas amigo de FH, também está na equipe desde o primeiro mandato. Ninguém disputou o cargo</p>	<p>TRABALHO</p>  <p>FRANCISCO DORNELLES • Indicado pelo PPB, era ministro de Indústria e Comércio até sair para disputar a reeleição</p>	<p>PREVIDÊNCIA</p>  <p>WALDECK ORNELAS • Senador pelo PFL baiano, entrou em abril no lugar de Reinhold Stephanes e vai disputar o cargo</p>	<p>SAÚDE</p>  <p>JOSE SERRA • Ministro do Planejamento no início do primeiro mandato, voltou ao Ministério em abril</p>	<p>DESENVOLVIMENTO</p>  <p>CELSO LAFER • Diplomata, assume o antigo Indústria e Comércio reforçado pelo BNDES e orçamento de R\$ 20 bilhões</p>	<p>MINAS E ENERGIA</p>  <p>RODOLFO TOURINHO • Sai o petista baiano Raimundo Brito e entra o petelista baiano ex-secretário de Fazenda do estado</p>
<p>COMUNICAÇÕES</p>  <p>PIMENTA DA VEIGA • No ministério esvaziado pela criação da Anatel, o deputado eleito deverá ser coordenador político</p>	<p>CIÊNCIA E TECNOLOGIA</p>  <p>BRESSER PEREIRA • Coordenador financeiro da campanha da reeleição, deixa Administração, transformado em secretário</p>	<p>MEIO AMBIENTE</p>  <p>SARNEY FILHO • Indicação pessoal do senador José Sarney (PMDB-AP), não representa o PFL, embora seja do partido</p>	<p>ESPORTES E TURISMO</p>  <p>RAFAEL GRECCA • O ex-prefeito de Curitiba representa o PFL do Sul, que perdeu a Previdência com a saída de Reinhold Stephanes</p>	<p>DEFESA</p>  <p>ELCIO ALVARES • O líder do Governo no Senado comandará as antigas pastas de Exército, Marinha e Aeronáutica</p>	<p>ORÇAMENTO</p>  <p>PAULO PAIVA • Petebista é mantido mas setor de planejamento do ministério foi transformado em secretaria de Estado</p>
<p>POLÍTICAS REGIONAIS</p>  <p>OVIDIO DE ANGELIS • O secretário vira ministro, pois a secretaria se tornou ministério, incorporando Recursos Hídricos</p>	<p>PROJETOS ESPECIAIS</p>  <p>RONALDO SARDENBERG • Acabou a Secretaria de Ações Estratégicas, e criado o ministério extraordinário e Sardenberg vira ministro</p>	<p>POLÍTICA FUNDIÁRIA</p>  <p>RAUL JUNGSMANN • Ministro extraordinário desde 96, continua no ministério, mais conhecido como da Reforma Agrária</p>	<p>SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL</p>  <p>WANDA ENGEL • Nova secretaria, será ocupada pela secretária de Desenvolvimento Social da Prefeitura do Rio de Janeiro</p>	<p>SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS</p>  <p>JOSE GREGORI • Continua chefiando a secretaria, criada em '97, um ano depois do lançamento do programa nacional do setor</p>	<p>SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO</p>  <p>CLÁUDIA COSTIN • A secretária executiva do antigo ministério e ministra interna na campanha chefiará a nova secretaria</p>
<p>SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO</p>  <p>ANDREA MATARAZZO • Ex-secretário de Energia do governador Maro Covas e presidente da Companhia Energética de São Paulo</p>	<p>SECRETARIA DE PLANEJAMENTO</p>  <p>EDWARD AMADEU • O ministro do Trabalho será deslocado para a nova secretaria, desmembrada do ministério de Paulo Parva</p>	<p>RELACIONES INSTITUCIONAIS</p>  <p>EDUARDO GRAEFF • Ex-inta a Secretaria-Geral da Presidência, o secretário passa para a nova Secretaria de Relações Institucionais, ligada ao presidente</p>	<p>CASA CIVIL</p>  <p>CLOVIS CARVALHO • Permanece o "gerente do Governo", outro colaborador de Fernando Henrique desde o início do primeiro mandato</p>	<p>CASA MILITAR</p>  <p>ALBERTO CARROOSO • O general passa a ser o único responsável pela área de informações do Governo, com a extinção da SAE</p>	<p>CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR</p>  <p>JOSE BOTAFOGO GONCALVES • Diplomata e ministro de Indústria e Comércio passa para o cargo que era de José Roberto Mendonça de Barros</p>
<p>ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO</p> <p>GERALDO QUINTÃO • Permanece o advogado-geral, antigo consultor-geral da República, encarregado de defender a União em processos judiciais</p>					

AVISO IMPORTANTE
 Para obter o melhor preço, compare os preços em nosso site: www.fox.com.br



Segundo governo terá seis Secretarias de Estado

São elas: Ação Social, Planejamento, Direitos Humanos, Administração, Comunicação e Relações Institucionais. Outras novidades são as pastas de Desenvolvimento e dos Esportes e Turismo

Apesar de estar a poucos dias da posse para o segundo mandato, Fernando Henrique Cardoso demonstra que resolveu mudar os objetivos estratégicos imediatos dessa pasta, que passa a ser mais de interlocução com o setor produtivo do que de implementação de políticas destinadas a reativar a atividade econômica.

A principal tarefa de Lafer depois da posse será acalmar os empresários da Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), que selaram um pacto contra a política econômica vigente.

Após lembrar que o Brasil precisa de mudanças e tem pressa, o presidente se queixou do regimento interno da Câmara e do Senado que impõem a tramitação lenta das matérias. Para ele, as mudanças no regimento só podem ser feitas na próxima legislatura, que será iniciada em fevereiro.

Os entendimentos para as mudanças no regimento interno da Câmara, disse o líder do governo, deputado Arnaldo Madeira (PSDB-SP), deverão ser retomados em janeiro. Segundo ele, esta é uma decisão a ser tomada em conjunto pelos líderes dos partidos aliados ao governo no Congresso. "Este é um assunto que se discute há quatro anos", disse Madeira, para quem ainda é imprevisível o resultado das discussões.



Jose Gregori na Secretaria de Direitos Humanos



Wanda Engel na Secretaria de Ação Social



Edward Amadeo na Secretaria de Planejamento e Avaliação



Andrea Matarazzo na Secretaria de Comunicação

Para o segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso foram criadas seis novas Secretarias de Estado, que não terão status de ministério. A Secretaria de Ação Social, que funcionará de maneira integrada com o Ministério da Previdência, ficará com Wanda Engel, ex-secretária do Rio. Devido ao reconhecimento do trabalho do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, o presidente informou que o órgão ganhará status de secretaria de Estado.

Edward Amadeo, que era o ministro do Trabalho, vai assumir a Secretaria de Planejamento e Avaliação, que contará com o apoio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa e Estatística Aplicada (Ipea).

A Secretaria da Administração e Patrimônio será ocupada por Claudia Costin, que foi secretária-executiva do Ministério da Administração. A Secretaria de Comunicação ficará com Andrea Matarazzo (leia matéria ao lado). E a sexta secretaria é a de Relações Institucionais, que ficará sob o comando de Eduardo Graef.

As três novas pastas idealizadas por Fernando Henrique são a da Defesa, a dos Esportes e Desenvolvimento e a do Desenvolvimento. O Ministério dos Esportes e Turismo terá como titular o ex-prefeito de Curitiba e deputado eleito pelo Paraná, Rafael Greca (PFL). Com a nomeação do embaixador

Defesa

Apesar de estar a poucos dias da posse para o segundo mandato, Fernando Henrique tem uma incerteza quanto à pretendida criação do Ministério da Defesa, que substituirá as pastas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Estado Maior das Forças Armadas. O presidente já escolheu o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), para ser o ministro da Defesa, mas a criação da pasta depende de aprovação pelo Congresso.

Fernando Henrique adiantou que Alvares terá de se desfiliar do PFL para assumir o cargo. Para compatibilizar a perda do status de ministro pelos atuais dirigentes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Estado Maior das Forças Armadas, que passarão a ser comandantes, o chefe da Casa Militar, Alberto Cardoso, também deixará de ser ministro.

Também haverá o Ministério Extraordinário para Projetos Especiais, pasta que será responsável pelo acompanhamento de projetos aeroespaciais e programas atômicos, por exemplo. Quem assume o atual secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Sardenberg, que ganhará status de ministro.

Fernando Henrique admitiu que poderia ocorrer alterações no organograma, citando como exemplo o Ministério da Agricultura e o da Reforma Agrária, cujos minis-

Regimento

Fernando Henrique também reconheceu as dificuldades para cumprir as metas fiscais acertadas pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI). "A gente faz o que pode, não por causa do FMI, mas porque o Brasil precisa."

Antes de encerrar a era dos jurros escorchantes, Fernando Henrique disse que o seu compromisso é com o ajuste fiscal e o superávit primário. Ele lembrou que, afinal, foi reeleito com esse programa e que, gostem ou não os seus críticos e adversários, todos terão de conviver com ele pelos próximos quatro anos. Mas suavizou essa perspectiva: "O governo não se prepara para os próximos três ou seis meses, mas para um trabalho de quatro anos".

Da metalurgia para a comunicação

Andrea Matarazzo assume a Secretaria de Comunicação com a missão de transmitir o que o governo faz e relatar ao presidente o que a sociedade pensa

De um lado, transmitir o que o governo faz, usando para isso a linguagem mais compreensível e uniforme que for possível usar, transmitindo, ao mesmo tempo, a Nação uma imagem de unidade. De outro, funcionar como uma espécie de ombudsman, ou seja, relatar ao presidente da República, sem negações nem subterfúgios, tudo o que setores significativos da sociedade brasileira pensarem ou disserem a respeito das ações do governo por ele chefiado. Estas são as duas principais missões que Fernando Henrique entregou ao empresário paulista Andrea Matarazzo para cumprir na chefia da nova Secretaria de Comunicação de Governo.

O atual porta-voz Sérgio Amaral, que deverá ser o próximo embaixador do Brasil em Londres, terá um substituto, a ser escolhido pelo presidente, e pelo novo secretário. Pois este não fará o que o atual chefe da secretaria fez até agora: reunir a imprensa em briefings diários para informar sobre as reações do presidente aos fatos noticiados no dia.

Em vez de fazer isso, Andrea Matarazzo terá de visitar frequentemente os principais empresários e profissionais dos órgãos de comunicação de massa do País, transmitindo-lhes as convicções e preocupações do presidente e também levando de volta a este as impressões desses chamados formadores de opinião sobre o País e o governo.

O novo órgão, vinculado à Presidência da República, também será responsável pela uniformização da linguagem publicitária de ministérios, autarquias e empresas estatais, evitando a dispersão de esforços da administração pública federal. Cuidará ainda da divulgação da boa imagem do Brasil no exterior.

Para isso, contará com a ajuda dos publicitários. "Conforme comprovam os prêmios ganhos em praticamente todos os festivais internacionais de publicidade, trabalham no Brasil alguns dos melhores profissionais de propaganda do mundo inteiro. Conheço a maioria deles e me dou com eles. Tentarei capitalizar essa vantagem que temos em favor do País", disse Andrea Matarazzo ontem ao *Jornal da Tarde*.

Mensagem
 A ideia é reunir os publicitários de maior talento e conseguir produzir campanhas nas quais as mensagens do presidente e de seu governo sejam retransmitidas da forma mais clara e simples à população para fazer com que a maioria enxergue o quadro e entenda por que o governo acha necessário mudá-lo.

O fato de ele conhecer jornalistas e publicitários principalmente em São Paulo, onde nasceu e vive, ajudou a firmar o nome de Andrea Matarazzo para o cargo. Mas o que mais pesou na escolha pessoal de Fernando Henrique foi sua relação de amizade com o presidente e a franqueza com que sempre lhe transmitiu as reações da chamada sociedade civil às atitudes e providências do chefe do governo.

Os dois são amigos há muito tempo e a relação se estreitou mais na última campanha eleitoral, quando o empresário paulista, cujo sobrenome é uma espécie de símbolo da industrialização no Brasil, chefiou o escritório de campanha de Fernando Henrique no Estado mais populoso e mais rico da Federação.

Alem de dirigir a Metalúrgica Matarazzo, que herdou do pai, Andrea tem experiência em cargos públicos: foi secretário de política industrial no Ministério da Indústria e Comércio no governo Itamar Franco (do qual Fernando Henrique foi chanceler e ministro da Fazenda) e presidente da CESP e secretário de energia (substituindo David Zylberstajn, genro do presidente) do primeiro governo de Mario Covas.

Com a nomeação do embaixador

Gabinete do 2º Governo de FHC

Continuidade

- Clóvis Carvalho (PSDB)** Casa Civil
- Elizângela Padilha (PMDB)** Transportes
- Francisco Turrá (PPB)** Agricultura
- Francisco Weffort** Cultura
- José Serra (PSDB)** Saúde
- Luiz Fialho Tinoco** Relações Exteriores
- Paulo Roberto (PSDB)** Educação
- Paulo Malan** Fazenda
- Raul Jungmann (PPB)** Política Fundiária
- Ronaldo Sardenberg (PFL)** Justiça
- Waldemar Ornelas (PFL)** Previdência

Novas pastas

- Celso Lafer (PSDB)** Desenvolvimento
- Elcio Alvares (PFL)** Defesa
- Rafael Greca (PFL)** Esporte e Turismo



Mudanças

- Alberto Cardoso**, chefe da Casa Militar, deixa de ser ministro, com a criação da pasta de Defesa
- Bresser Pereira (PSDB)** sai do Ministério da Administração e vai para o de Ciência e Tecnologia
- Francisco Dornelles (PPB)** assume a pasta do Trabalho, em substituição a Edward Amadeo
- Jose Sarney Filho (PFL)** está no Ministério do Meio Ambiente, no lugar de Gustavo Krause
- Paulo Piva (PTB)** já era o ministro do Planejamento, com o novo nome: Orçamento e Gestão
- Rodolfo Tourinho (PFL)** comanda o Ministério das Minas e Energia, em lugar de Raimundo de Brito
- Ronaldo Sardenberg** deixa a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) para assumir o Ministério Extraordinário de Projetos Especiais

Secretarias

- Andrea Matarazzo (PSDB)** assume a Secretaria de Comunicação do Governo
- Botafogo Gonçalves (PPB)** deixa o Ministério da Indústria e Comércio e vira secretário-executivo de Comércio Exterior
- Claudia Costin (PSDB)** é a secretaria de Administração e Patrimônio
- Eduardo Graef** comanda a Secretaria de Relações Institucionais
- Edward Amadeo** deixa o Ministério do Trabalho para assumir a Secretaria de Planejamento e Avaliação
- Jose Gregori (PFL)** passa a ser o secretário de Estado de Direitos Humanos
- Ondine de Argêis (PMDB)** permanece no comando de Políticas Regionais
- Wanda Engel** assume a Secretaria de Ação Social



Cliente ANUBRA

Veículo JORNAL DO COMMERCIO-RECIFE

Data 24.12.98

Seção BRASIL

Página 07

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

SAÚDE *Grupo vai deixar de tomar sais minerais*

Seqüestradores vão parar de tomar água

SÃO PAULO — Os seqüestradores do empresário Abílio Diniz, que entraram ontem no 38º dia da greve de fome, anunciaram que vão parar de tomar água a partir da 0h de hoje. Eles também prometem suspender a medicação que vinham recebendo para repor sais minerais no organismo. Desde o início da greve de fome, os presos vinham tomando apenas água mineral. Nos últimos dias, tomavam também remédios para reposição de cálcio, sódio, potássio e magnésio, que evitavam arritmia ou parada cardíaca.

A decisão dos seqüestradores foi tomada, segundo comunicado divulgado por eles mesmos, devido à "indefinição presidencial". Eles reivindicam a expulsão dos cinco chilenos e dois argentinos e o indulto ao brasileiro, medidas que só podem ser tomadas pelo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Até anteontem, o Governo vinha dizendo que esperava uma decisão judicial favorável ao grupo, referindo-se ao julgamento no Tribunal de Justiça de São Paulo, que reduziu as penas dos presos. "Um dia depois do julgamento, não houve nenhum sinal de boa vontade do Governo. Para quem está há nove anos na prisão, vendo ser negados todos os benefícios, não resta muito mais coisa", diz Begoña Ojeda, que é filha da chilena Maria Emília Marchi.

Gregori considera decisão como uma intransigência

SÃO PAULO — O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, considerou a decisão dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, uma demonstração de intransigência. "A esta altura da situação, não há por que fazerem isso. O Governo tem feito tudo o que está ao alcance e não é verdade que estejamos em silêncio", disse.

Segundo o secretário, a prova disso seria o fato de o Governo ter conseguido incluir os tratados de transferência de presos com o Chile e a Argentina na pauta da sessão extraordinária do Congresso, no próximo dia 4 de janeiro. Para vigorar, cada tratado precisa ser aprovado pelos parlamentos dos dois países que estiverem dispostos a fazer o acordo.

José Gregori disse ainda que o Governo Federal não cogita da possibilidade de expulsar os estrangeiros e indultar o brasileiro. "Isso representaria uma crise institucional com o Judiciário paulista, que é contra a expulsão", disse o secretário nacional dos Direitos Humanos, para quem as ações do Governo em favor dos presos já representam um "enorme custo político".

FHC exige fidelidade ao nomear ministério

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou a composição do ministério para o seu segundo mandato com algumas novidades — como a criação de seis secretarias de Estado — e um aviso: o ministro cujo partido não apoiar o Governo no Congresso, com votos, nas medidas consideradas fundamentais, como o ajuste fiscal, será demitido. O alerta foi feito durante entrevista coletiva, na qual FHC fez questão de declarar que cansou das insinuações de que troca votos no Congresso por nomeações para cargos políticos. **PÁGINA C-4**

CONFIRA A NOVA EQUIPE

Desenvolvimento	Celso Lafer
Orçamento e Gestão	Paulo Paiva
Agricultura	Francisco Turra
Casa Civil	Clóvis Carvalho
Cultura	Francisco Weffort
Educação	Paulo Renato Souza
Saúde	José Serra
Ciência e Tecnologia	Bresser Pereira
Minas e Energia	Rodolfo Tourinho
Previdência Social	Waldeck Ornéllas
Trabalho	Francisco Dornelles
Meio Ambiente	José Sarney Filho
Esportes e Turismo	Rafael Grecca
Defesa	Élcio Álvares
Justiça	Renan Calheiros
Transportes	Eliseu Padilha
Reforma Agrária	Raul Jungmann
Fazenda	Pedro Malan
Relações Exteriores	Luiz Felipe Lampreia
Casa Militar	general Alberto Cardoso
Comunicações	Pimenta da Veiga
Secretaria da Ação Social	Vanda Angel
Secretaria da Administração	Cláudia Costin
Secretaria de Políticas Regionais	Ovidio D'Ángelis
Câmara do Comércio Exterior	José Botafogo Gonçalves
Relações Institucionais	Eduardo Graff
Secretaria da Comunicação	Andrea Matarazzo
Secretaria dos Direitos Humanos	José Gregori
Secretaria de Planejamento	Edward Amadeo
Projetos Especiais	Ronaldo Sadernberg



Cliente **ANUBRA**

Veículo **DCI - SP**

Data **24 a 28.12.98**

Seção **POLÍTICA**

Página **03**

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

NOVOS MINISTÉRIOS

Presidente cria 6 secretarias e superestrutura de governo

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou quarta-feira a composição do novo ministério para o segundo mandato de governo. A novidade foi a criação de seis Secretarias de Estado, que não terão status de ministério, e de uma superestrutura de administração de governo, centralizando as decisões no Palácio do Planalto.

Fernando Henrique admitiu ainda que novas mudanças nesse organograma poderão acontecer. Ele citou como exemplo alterações que ele está pretendendo fazer no Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária, cujos ministros, a princípio, foram mantidos nos cargos. A estrutura do segundo governo do presidente deverá ser definida numa medida provisória (MP) a ser editada no dia 30.

Indagado se este era o ministério dos sonhos dele ou o possível, o presidente respondeu, ironizando: "Político sonha de olhos abertos." Embora tenha recebido, nos últimos dias, líderes de diversos partidos políticos, Fernando Henrique disse que foi o responsável pela decisão sobre os nomes dos escolhidos.

O presidente afirmou ter trabalhado "quase no isolamento" para formar a futura equipe. "Ninguém foi indicado diretamente por um partido sem que eu tivesse pedido alternativas e analisasse", disse Fernando Henrique. Ele completou: "São pessoas de minha confiança." Uma surpresa foi a desistência da criação da Secretaria de Governo, para a qual seria nomeado o ex-coordenador de campanha do presidente à reeleição, Euclides Scalco, ou o deputado eleito Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Scalco não aceitou participar do primeiro escalão e Veiga foi deslocado para ocupar o esvaziado Ministério das Comunicações.

Fernando Henrique anunciou, em primeiro lugar, a permanência do ministro Pedro Malan na Fazenda. Em seguida, o presidente confirmou a escolha do ex-chanceler e atual representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Celso Lafer, para ser o titular do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

O presidente elogiou o desempenho dos ministros da Saúde, José Serra, e da Educação, Paulo Renato Souza, que serão mantidos nos cargos. "Não teria nenhum sentido que eu agora fizesse transformações nessas áreas que já estão implementando políticas que têm de continuar", disse. Quanto às relações externas do Brasil, Fernando Henrique afirmou não pensar em modificá-las por esse motivo, confirmou a per-

nando Henrique tem uma incerteza quanto à pretendida criação do Ministério da Defesa, que substituirá as pastas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa).

O presidente escolheu o líder do governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), para ser o ministro da Defesa, mas a criação da pasta depende de prévia aprovação pelo Congresso. Fernando Henrique adiantou que Álvares terá de se desfiliar do PFL para assumir o cargo. Para compatibilizar a perda do status de ministro pelos atuais dirigentes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Emfa, que passarão a ser comandantes, o chefe da Casa Militar, Alberto Cardoso, também deixará de ser ministro.

Outra novidade é a criação do Ministério dos Esportes e Turismo, cujo titular será o ex-prefeito de Curitiba e deputado eleito pelo Paraná, Rafael Grecca. O atual ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, será substituído pelo deputado José Sarney Filho (PFL-MA). A parte relativa aos recursos hídricos será transferida para a Secretaria de Políticas Regionais, que continua nas mãos do secretário Ovídio de Angelis, do PMDB goiano.

Fernando Henrique disse que o Ministério das Comunicações, que será ocupado por Veiga, levará adiante as privatizações e permitirá que o governo tenha uma ampla interlocução com a sociedade.

O atual secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Sardenberg, ganhará status de ministro no segundo governo de Fernando Henrique. Ele comandará o Ministério Extraordinário para Projetos Especiais. Essa pasta será responsável pelo acompanhamento de projetos aeroespaciais e programas atômicos, por exemplo.

O presidente anunciou quarta-feira a criação da Secretaria da Ação Social, que funcionará junto ao Ministério da Previdência Social. A escolhida para ocupar o cargo é a ex-secretária de Ação Social do Rio Wanda Engel que, segundo Fernando Henrique, "é uma pessoa de grande descortino na área".

Por causa do reconhecimento do trabalho do secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, o presidente informou que o órgão ganhará status de secretaria de Estado.

Outra novidade é o remanejamento na atual estrutura a partir do qual os Institutos Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e de Pesquisa e Estatística Aplicada (Ipea) passarão para a Secretaria de Planejamento e Avaliação, a ser ocupada pelo atual ministro do Trabalho, Edward Amadeo.

Amadeo avisou que os cargos

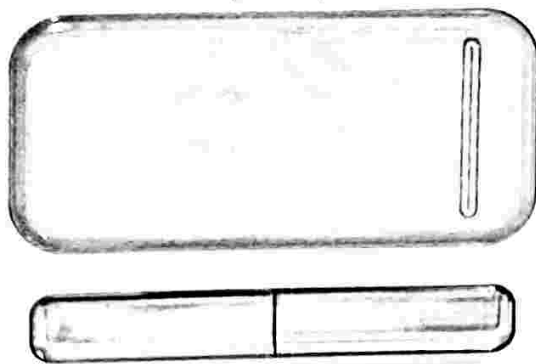
lário funcionários n°

Proteção do disco rígido HP Protect Smart tecnologia para proteção contra golpes de queda

ATI Mobility Radeon™ HD 4550 Graphics com memória de vídeo dedicada de 512MB que proporciona melhor desempenho em jogos, vídeos e gráficos com imagens nítidas

Windows® Professional - Tudo que você precisa para o trabalho e para o lar

Ver as condições de responsabilidade no verso



AVISO IMPORTANTE

Para um melhor conforto e segurança, use o cinto de segurança à bordo
 www.hp.com.br/go



Ciente	ANUBRA		
Veículo	CORREIO DA BAHIA - SALVADOR		
Data	24.12.98	Página	03
Seção	PODER		
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048			

HC anuncia Ministério e cria seis secretarias de

composição da equipe do segundo mandato mantém alianças partidárias e a continuidade administrativa

BRASILIA - O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou nesta entrevista coletiva no Palácio do Planalto, a composição do Ministério para o segundo mandato de governo, confirmando seis ministros baianos, liderado pelo presidente do Congresso Nacional, senador Antonio Carlos Galdino. Além das escolhas de Waldeck Ornelas para o Ministério da Previdência e de Rodolpho Taurino para a Minas e Energia, novidade foi a criação de seis secretarias de Estado, que não teriam status de ministério, e de uma estrutura de administração do governo, centralizando os departamentos no Palácio do Planalto.

calção e Veiga foi deslocado para ocupar o Ministério das Comunicações.

Fernando Henrique anunciou, em primeiro lugar, a permanência do ministro Pedro Malan na Fazenda. Em seguida, o presidente confirmou a escolha do ex-chanceler e atual representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Celso Lafer, para ser o titular do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

O presidente elogiou o desempenho dos ministros da Saúde, José Serra, e da Educação, Paulo Renato Souza, que serão mantidos nos cargos. "Não teria nenhum sentido que eu agora fizesse transformações nessas áreas que já estão implementando políticas que têm de continuar", disse. Quanto às relações externas com o Brasil, Fernando Henrique afirmou não pensar em modificá-las e, por esse motivo, confirmou a permanência do chanceler Luiz Felipe Lampreia no Itamaraty.

Outro ministro que permanecerá no cargo é Paulo Paiva, do Planejamento e Orçamento. Mas haverá uma modificação no nome da pasta, que passará a se chamar Ministério do Orçamento e Gestão. Apesar de estar a poucos dias da posse para o segundo mandato, Fernando Henrique do mandato, Fernando Henrique de uma incerteza quanto à pretendida criação do Ministério da Defesa, que substituirá as pastas de Defesa, da Marinha, da Aeronáutica e do Estado-Maior das Forças Armadas (Emfa).

O presidente escolheu o líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), para ser o ministro da Defesa, mas a criação da pasta depende de prévia aprovação pelo Congresso. Fernando Henrique anunciou que Alvares terá de se desfilial do PFL para assumir o cargo. Para compatibilizar a perda do status de ministro pelos atuais dirigentes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Emfa, que passarão a ser comandantes, o chefe da Casa Militar, Alberto Cardoso, também deixará de ser ministro.



Fernando Henrique advertiu que vai demitir o ministro cujo partido não for leal ao seu governo

COMPOSIÇÃO DO MINISTÉRIO

- JUSTIÇA**
- ↳ Renan Calheiros (PMDB)
- RELAÇÕES EXTERIORES**
- ↳ Luiz Felipe Lampreia
- FAZENDA**
- ↳ Pedro Malan
- TRANSPORTES**
- ↳ Eliseu Padilha (PMDB)
- AGRICULTURA**
- ↳ Francisco Turra (PPB)
- EDUCAÇÃO**
- ↳ Paulo Renato
- CULTURA**
- ↳ Francisco Weffort
- TRABALHO E EMPREGO**
- ↳ Francisco Dornelles (PPB)
- PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL**
- ↳ Waldeck Ornelas (PFL)
- SAÚDE**
- ↳ José Serra (PSDB)
- DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO**
- ↳ Celso Lafer
- MINAS E ENERGIA**

- ↳ Rodolpho Taurino (PFL)
- COMUNICAÇÕES**
- ↳ Pimenta da Veiga (PSDB)
- CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
- ↳ Luis Carlos Bresser Pereira (PSDB)
- MEIO AMBIENTE**
- ↳ José Sarney Filho (PFL)
- ESPORTE E TURISMO**
- ↳ Raphael Grecca (PFL)
- DEFESA**
- ↳ Elcio Alvares
- ORÇAMENTO E GESTÃO**
- ↳ Paulo Paiva (PTB)
- POLÍTICAS REGIONAIS**
- ↳ Ovidio de Angelis (PMDB)
- PROJETOS ESPECIAIS**
- ↳ Ronaldo Sardenberg
- REFORMA AGRÁRIA**
- ↳ Raul Jungmann
- CASA CIVIL**
- ↳ Clóvis Carvalho
- CASA MILITAR**
- ↳ general Alberto Cardoso
- ADVOCACIA GERAL DA**

- UNIÃO**
- ↳ Geraldo Quintão
- CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR**
- ↳ José Botafogo Gonçalves

SECRETARIAS

- SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL**
- ↳ Wanda Engel
- DIREITOS HUMANOS**
- ↳ José Gregori
- ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO**
- ↳ Cláudia Costin
- COMUNICAÇÃO DE GOVERNO**
- ↳ Andrea Matarazzo
- RELAÇÕES INSTITUCIONAIS**
- ↳ Eduardo Graef
- PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**
- ↳ Edward Amadeo

Segundo mandato

Presidente vai demitir ministros

Aviso de Fernando Henrique foi dado ontem, quando foram anunciados

De Brasília

O presidente Fernando Henrique Cardoso anunciou ontem a composição do ministério para o seu segundo mandato com algumas novidades — como a criação de seis secretarias de Estado — e um aviso: o ministro cujo partido não apoiar o Governo no Congresso, com votos, nas medidas consideradas fundamentais, como o ajuste fiscal, será demitido. O aviso foi dado durante entrevista coletiva, na qual fez questão de declarar que cansou das insinuações de que troca votos no Congresso por nomeações para cargos políticos.

“Não espere que exista disposição no Palácio do Planalto de fazer nomeações para que se vote”, disse o presidente, ao salientar: “O Brasil cansou desse estilo. E eu também cansei. Não há o que explique não ter voto estando no Governo. Eu demito”, ameaçou ele, deixando claro que vai cobrar fidelidade dos partidos e que esta vai ser “a condicionante” para o ministro-parlamentar permanecer no cargo.

Para demonstrar a sua disposição de assegurar a aprovação das medidas de ajuste fiscal, o presidente comunicou que vai encaminhar ainda em janeiro ao Congres-

so uma nova medida provisória instituindo contribuição previdenciária para aposentados e pensionistas da União, com modificações, já que a proposta original foi derrubada pelos parlamentares no mês passado, pela segunda vez.

Além da criação das seis secretarias, que não terão status de ministério, outra novidade foi uma superestrutura de administração de governo, centralizando as decisões no Palácio do Planalto. Fernando Henrique admitiu ainda que novas

o presidente respondeu, ironizando: “Político sonha de olhos abertos.” Embora tenha recebido, nos últimos dias, líderes de diversos partidos políticos, Fernando Henrique disse que foi o responsável pela decisão sobre os nomes dos escolhidos. “Ninguém foi indicado diretamente por um partido sem que eu tivesse pedido alternativas e analisasse”, disse Fernando Henrique. Ele completou: “São pessoas de minha confiança.”

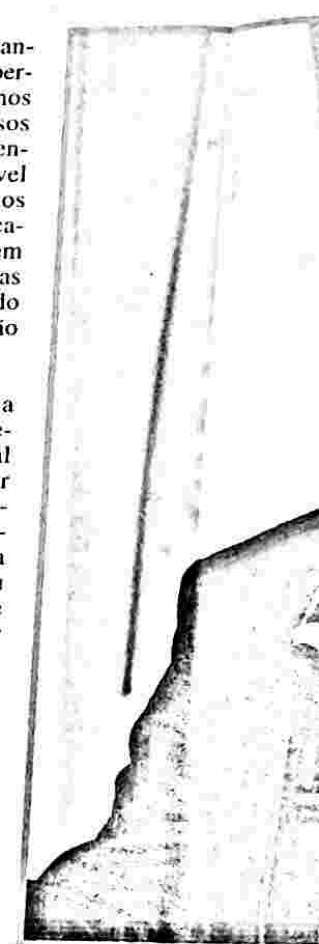
“Ninguém foi indicado diretamente por um partido sem que eu pedisse alternativas”
Fernando Henrique Cardoso

mudanças nesse organograma poderão acontecer. Ele citou como exemplo alterações que ele está pretendendo fazer nos ministérios da Agricultura e da Reforma Agrária, cujos ministros, a princípio, foram mantidos nos cargos. A estrutura do segundo governo do presidente deverá ser definida numa medida provisória (MP) a ser editada no dia 30.

Indagado se este era o ministério dos sonhos dele ou o possível,

Surpresa — Uma surpresa foi a desistência da criação da Secretaria de Governo, para a qual seria nomeado o ex-coordenador de campanha do presidente à reeleição, Euclides Scalco, ou o deputado eleito Pimenta da Veiga (PMDB-MG). Scalco não aceitou participar do primeiro escalão e Veiga foi deslocado para ocupar o esvaziado Ministério das Comunicações.

Fernando Henrique anunciou, em primeiro lugar, a permanência do ministro Pedro Malan na Fazenda. Em seguida, o presidente confirmou a escolha do ex-chanceler e atual representante do Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC), Celso Lafer, para ser o titular do Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.



FHC confirmou a escolha

Serra e Paulo Renato continuam Sardenberg terá status de ministro

De Brasília

Ao anunciar o primeiro escalão de seu segundo mandato, o presidente Fernando Henrique fez questão de elogiar o desempenho dos ministros da Saúde, José Serra, e da Educação, Paulo Renato Souza, que serão mantidos nos cargos. “Não teria nenhum sentido que eu agora tivesse transformações nessas áreas que já estão implementando políticas que têm de continuar”.

Quanto às relações externas do Brasil, Fernando Henrique afirmou não pensar em modificá-las e, por esse motivo, confirmou a permanência do chanceler Luiz Felipe Lampreia no Itamarati. Outro ministro que deverá permanecer no cargo será Paulo Paiva, do Planejamento e Orçamento. Mas haverá uma modificação no nome da pasta, que passará a se chamar Ministério do Orçamento e Gestão.

Apesar de estar a poucos dias da posse para o segundo mandato, Fernando Henrique tem uma incerteza quanto à pretendida criação do Ministério da Defesa, que substituirá as pastas do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Es-

tado-Maior das Forças Armadas (Emfa). O presidente escolheu o líder do Governo no Senado, Elcio Álvares (PFL-ES), para ser o ministro da Defesa, mas a criação da pasta depende de prévia aprovação pelo Congresso.

Desfiliação — Fernando Henrique adiantou que Álvares terá de se desfiliar do PFL para assumir o cargo. Para compatibilizar a perda do status de ministro pelos atuais dirigentes do Exército, da Marinha, da Aeronáutica e do Emfa, que passarão a ser comandantes, o chefe da Casa Militar, Alberto Cardoso, também deixará de ser ministro.

Outra novidade é a criação do Ministério dos Esportes e Turismo, cujo titular será o ex-prefeito de Curitiba e deputado eleito pelo Paraná, Rafael Grecca. O atual ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause, será substituído pelo deputado José Sarney Filho (PFL-MA). A parte relativa aos recursos hídricos será transferida para a Secretaria de Políticas Regionais, que continua nas mãos do secretário Ovídio de Angelis, do PMDB goiano. (Agência Estado)

De Brasília

O Ministério das Comunicações, que será ocupado por Pimenta da Veiga, levará adiante as privatizações e permitirá que o Governo tenha uma ampla interlocução com a sociedade, informou o presidente Fernando Henrique, ao anunciar os componentes do novo ministério. Já o atual secretário de Assuntos Estratégicos, embaixador Ronaldo Sardenberg, ganhará status de ministro no segundo governo. Ele comandará o Ministério Extraordinário para Projetos Especiais. Essa pasta será responsável pelo acompanhamento de projetos aeroespaciais e programas atômicos, por exemplo.

O presidente anunciou ontem a criação da Secretaria da Ação Social, que funcionará junto ao Ministério da Previdência Social. A escolhida para ocupar o cargo é a ex-secretária de Ação Social do Rio Wanda Engel que, segundo Fernando Henrique, “é uma pessoa de grande descortínio na área”.

Remanejamento — Por causa do reconhecimento do trabalho do se-

cretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, o presidente informou que o órgão ganhará status de secretaria de Estado. O novidade é o remanejamento da atual estrutura a partir do qual os institutos brasileiro de Geografia Estatística (IBGE) e de Pesquisa Estatística Aplicada (Ipea) passarão para a Secretaria de Planejamento e Avaliação, a ser ocupada pelo atual ministro do Trabalho, Edward Amadeo.

O presidente avisou ontem que os cargos de direção de bancos e estatais ainda não estão definidos. Fernando Henrique afirmou que ao escolher, não levará em conta se a pessoa é ou não filiada a um partido político.

“Tenho de ter gente técnica e competente nos bancos”. Ele completou: “Se tiver gente boa de um partido, não é porque ele é de um partido que não vai entrar”. Fernando Henrique afirmou nunca ter perguntado ao presidente da Petrobras, Joel Rennó, e ao presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Sérgio Cuntolo, de que partido eles são. (Agência Estado)

Congresso deverá votar acordo

Brasília - O Governo conseguiu ontem incluir na pauta da convocação extraordinária do Congresso os projetos dos acordos internacionais com Chile e Argentina que, se aprovados, poderão permitir a transferência dos chilenos e argentinos que seqüestraram o empresário Abílio Diniz. "Com os acordos aprovados, eles poderão voltar a seus países

no dia seguinte", afirmou ontem o secretário de Direitos Humanos, José Gregori.

A convocação extraordinária começa apenas em 4 de janeiro e estende-se até o dia 29. Mesmo assim, o secretário espera que os seqüestradores compreendam que a situação está bem melhor para eles desde terça-feira, quando a Justiça reduziu as penas, e agora

com a perspectiva de aprovação dos acordos internacionais. "A situação deles não está mais fechada; é o momento de eles não continuarem pondo em risco a saúde", observou Gregori.

Ele ainda disse que o Governo "não está indiferente" ao problema dos seqüestradores, mas a "hipótese extrema" da expulsão não está nos planos.

Militantes fazem greve de fome

Fortaleza - Os nove militantes do movimento da Revolução dos Trabalhadores pela Emancipação Humana, que estão desde terça-feira em greve de fome, no salão subterrâneo da Catedral Metropolitana de Fortaleza, em solidariedade aos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, receberam ontem pela manhã a visita do representante da Anistia Internacional, Arimar Rocha e da ex-prefeita Maria Lui-

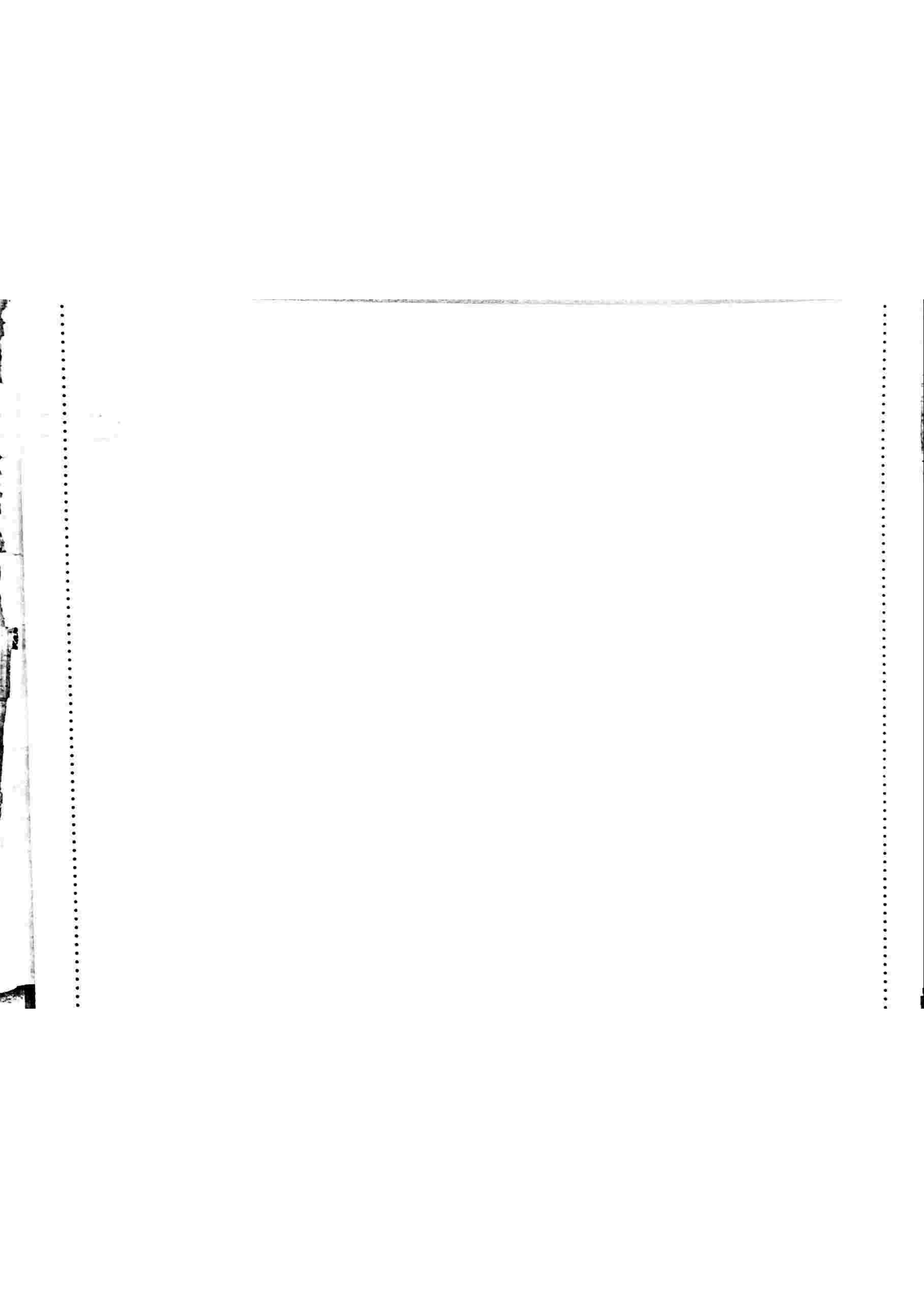
za Fontenele. O grupo foi visitado também pelo deputado federal Inácio Arruda e representantes de entidades sindicais.

Os grevistas, em nota distribuída, dizem que querem que "o presidente Fernando Henrique expulse os seqüestradores estrangeiros e conceda um indulto ao único brasileiro do grupo, o cearense Raimundo Rosélio Costa Freire".

Participam da greve de

fome em Fortaleza: Rosa da Fonseca, Regina Célia Zanetti, José Cádio Monteiro, Geraldo Maciel, Natércia de Almeida, Marcos André da Costa Dionísio, Paulo Ricardo da Costa Dionísio, César Carlos Mota e Sílvio Carlos Mota.

O professor Daniel Lins, da Universidade Federal do Ceará, fez contatos na terça-feira com diversas entidades de Direitos Humanos da Europa.





Cliente ANUBRA
 Veículo JORNAL DO TOCANTINS-PALMAS
 Data 24.12.98
 Seção POLITICA
 Página 05
 Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Estrutura de governo fica pronta até dia 30

Brasília (AE) - A nova estrutura do ministério será definida em Medida Provisória que será divulgada até o dia 30. O Presidente Fernando Henrique informou ontem que a secretaria de Assuntos Estratégicos será transformada em um ministério extraordinário para projetos especiais e ficará a cargo do embaixador Ronaldo Sardenberg. Fernando Henrique informou também que na estrutura do Palácio do Planalto serão criadas novas secretarias ligadas diretamente ao presidente da República. A primeira delas é a secretaria de Ação Social, que será dirigida por Vanda Hengel. A secretaria de Estado de Diretos Humanos ficará com José Gregori e secretaria de Administração e Patrimônio com Claudia Costin. A secretaria de Planejamento e Avaliação, que incorporará o Ipea e IBGE ficará com Eduardo Amadeo e a de Relações Institucionais com Eduardo Graeff. A secretaria de Comunicação do Governo será comandada por Andrea Matarazzo. Segundo Fernando Henrique, a secretaria de Comunicação do governo funcionará como um posto de observação e de captação de movimento da sociedade. Na estrutura

do novo governo o presidente anunciou também que o embaixador José Botafogo Gonçalves será o secretário executivo da Câmara do Comércio Exterior. Serão mantidos ainda os ministros Waldeck Ornéllas, do Previdência, e Eleizeu Padilha, nos Transportes.

PERSPECTIVAS

(AJB) - O presidente Fernando Henrique não quis arriscar ontem uma previsão de quando o país retomará o crescimento econômico, já que ele mesmo previu para 99 um ano de dificuldades. Ressaltou, porém, o quanto o Brasil consegue surpreender as estimativas. "Agora mesmo estava vendo dados sobre as vendas deste Natal e me parece que foi o segundo melhor resultado do Real. Espero que este crescimento venha o quanto antes. Não me cabe fazer prognósticos pessimistas", ponderou. Sobre o desmembramento do Ministério da Administração, que cede espaço para a pasta de Orçamento e Gestão e a Secretaria de Patrimônio de Administração, o presidente negou que essa decisão tenha sido estimulada por falhas na administração do país. Segundo Fernando

Henrique, é preciso aperfeiçoar sempre, cuidar da burocracia e ter uma visão de governo de longo prazo. "Estamos tentando fazer com que a administração tenha foco", explicou.

VEJA A COMPOSIÇÃO DO NOVO MINISTÉRIO DE FHC

MINISTÉRIOS

- Justiça:
- Relações Exteriores:
- Fazenda:
- Transportes:
- Agricultura:
- Educação:
- Cultura:
- Trabalho e Emprego:
- Previdência e Assistência Social:
- Saúde:
- Desenvolvimento, Indústria e Comércio:
- Minas e Energia:
- Comunicações:
- Ciência e Tecnologia:
- Meio Ambiente:
- Esportes e Turismo:
- Defesa:
- Orçamento e Gestão:
- Políticas Regionais:
- Extraordinário para Projetos Especiais:
- Extraordinário de Política Fundiária:

- Renan Calheiros
- Luis Felipe Lampreia
- Pedro Malan
- Eliseu Padilha
- Francisco Turra
- Paulo Renato de Souza
- Francisco Weffort
- Francisco Dornelles
- Waldeck Ornéllas
- José Serra
- Celso Lafer
- Rodolfo Tourinho
- Pimenta da Veiga
- Luiz Carlos Bresser Pereira
- José Sarney Filho
- Raphael Grecca
- Élcio Alvarez
- Paulo Paiva
- Ovidio de Angelis
- Ronaldo Sardenberg
- Raul Jungmann

SECRETARIAS DE ESTADO

- Ação Social (Previdência):
- Direitos Humanos (Justiça):
- Administração e Patrimônio (Orçamento e Gestão):
- Comunicação de Governo (Presidência):
- Relações Institucionais (Presidência):
- Planejamento e Avaliação (Presidência):

- Wanda Hengel
- José Gregori
- Claudia Costin
- Andrea Matarazzo
- Eduardo Graeff
- Edward Amadeo

ÓRGÃOS DA PRESIDÊNCIA

- Casa Civil:
- Casa Militar:
- Advocacia Geral da União:
- Câmara de Comércio Exterior:

- Clóvis Carvalho
- general Alberto Cardoso
- Geraldo Quintá
- José Botafogo Gonçalves



Cliente	ANUBRA		
Veículo	REVISTA CARAS - SP		
Data	25.12.98		
Seção	CARAS	Página	...

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

JOSÉ GREGORI HOMENAGEM EM SP

Foi em torno dos 50 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem e de José Gregori (67), ganhador do prêmio das Nações Unidas para Direitos Humanos, a comemoração pilotada pelo empresário Mario Gamero (60) no Memorial da América Latina. Amiga de longa data de Gregori, Ruth Cardoso (68) prestigiou o advogado.





Cliente	ANUBRA
Veículo	MEIO NORTE-TERESINA
Data	25.12.98
Seção	POLÍCIA
Página	10

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

■ CASO DINIZ

Gregori diz que governo tem 'custo político'



SECRETÁRIO / Gregori achou intransigente decisão intransigente

BRASÍLIA (AE)

O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, disse ontem que o governo está tendo "custo político" por achar que os seqüestradores do empresário Abílio Diniz têm direito à progressão da pena. Ele justifica que essa posição não é unanimidade nacional. "A forma politicamente exequível e juridicamente adequada é essa dos tratados", insistiu o secretário referindo-se à inclusão dos acordos internacionais na pauta de convocação extraordinária do Congresso.

Gregori, ganhador do Prêmio de Direitos Humanos das Nações Unidas, considerou como uma "medida intransigente" a decisão dos seqüestradores de começar a greve seca a partir da meia-noite de ontem. O anúncio da radicalização da greve complicou a situação do governo. Internamente, enfrenta críticas por trabalhar a favor dos condenados. Ao mesmo tempo, corre o risco de ser excedido pela opinião pública

internacional. se caso algum grevistas morrer

Mas Gregori disse que "o maior hospital de Brasília", onde os seqüestrados internados, vão morrer. Para ele, no momento, não observar risco iminente de morte, os médicos devem continuar ministrando, mesmo que a vida de dos pacientes não seja para os nutrir. "Uma medida foi abolida", disse Gregori afirmando ser "obrigado" de hospital não deixar morrer quem que desistiram de viver

"O dever é do médico e até do presidente", afirmou Gregori afirmando Henrique Cardoso, o ministro da Justiça, Rosário, de analisar a situação paulista de greve a partir dos seqüestradores. A assessoria de Diniz não falará sobre o caso de Diniz.

ATI Mobility Radeon™ HD
4550 Graphics com memória
de vídeo dedicada de 512MB
que proporciona melhor ex-
periência em jogos, vídeos
e gráficos com imagens nítidas

Professional - Tudo que
para o trabalho e para o lar
no ou qualquer de responsabilidade no caso



ATI
MOBILITY
RADEON™
HD 4550
PREMIUM
GRAPHICS

Cliente	ANUBRA		
Veículo	JORNAL DO COMMERCIO-RECIFE		
Data	25.12.98		
Seção	BRASIL	Página	06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

DINIZ Lula diz que a única esperança agora é a vontade política do presidente

seqüestrador só depende de FHC

SAULO — O presi-
de honra do PT
nacio Lula da Silva,
há pouco, após
stradores em greve
que a solução para
ende agora da von-
do presidente Fer-
que Cardoso. Ele
e as condições para
presidente de expul-
os presos já foram
cisão judicial que
nas de 28 anos para
e com o reconheci-

mento de que o julgamento foi
político. "O caso depende muito
mais agora da vontade política do
Governo do que de setores da
sociedade e até do Poder Judiciá-
rio", avaliou.

Lula admite que a situação do
presidente é delicada, mas não
considera saudável politicamente
para um presidente da República
"carregar nas costas a responsabi-
lidade pela morte de algumas pes-
soas". Ele disse ter comunicado
aos presos da posição que obteve
de FHC, em telefonema pela

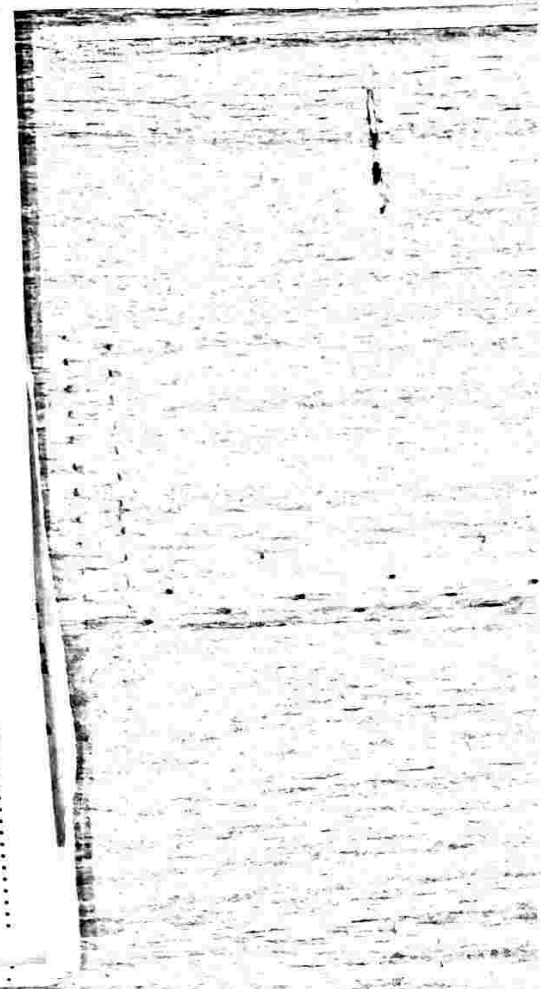
manhã, de que o presidente con-
versaria com o ministro da Justiça
Renan Calheiros e o secretário
Nacional de Direitos Humanos José
Gregório.

INTERVENÇÃO — Começou às
13h de ontem a intervenção de
médicos e enfermeiros do Hospital
das Clínicas na greve de fome dos
seqüestradores do empresário
Abílio Diniz, que já dura quase 40
dias. A decisão é em cumprimento
à liminar solicitada pela Procura-
doria do Estado, pela qual o hospi-

tal deve garantir a alimentação dos
presos, mesmo que seja pelo uso
da força. De acordo com o relato
do porta-voz do grupo (um brasi-
leiro, cinco argentinos e dois chile-
nos), Breno Altman, os seqüestra-
dores estão de braços dados e
resistem fortemente à administra-
ção de qualquer medicação. Ele
alertou para o risco de vida que os
seqüestradores correm, caso haja
algum entretamento físico. "Esta
decisão é mais arriscada para os
presos do que a própria greve de
fome", afirmou.



SEQÜESTRO Lula visitou os grevistas e disse esper





Cliente	ANUBRA
Veículo	O GLOBO - RJ
Data	26.12.98
Seção	...
Página	06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

TEMA EM DISCUSSÃO: *Direitos humanos*

NOSSA OPINIÃO

Questão federal

Os esforços do Brasil para melhorar a sua reputação na área de direitos humanos começam a ser recompensados. No último dia 10, o titular da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, recebeu em Nova York o Prêmio de Direitos Humanos da ONU. É uma conquista inédita para o país, que nesta questão costuma freqüentar o noticiário internacional na condição de réu.

O reconhecimento das Nações Unidas deveria servir de estímulo para avanços ainda maiores e para uma ofensiva diplomática que capitalize essas conquistas. Internamente, há uma atitude sábia da parte das autoridades federais. Em vez de usar o prêmio para camuflar a realidade e comportar-se como se tudo estivesse perfeito, o presidente Fernando Henrique reconhece, em suas declarações, a gravidade do problema.

Ao comentar a atribuição do prêmio a José Gregori, ele admitiu que muito ainda precisa ser feito e que não é fácil progredir no campo dos direitos humanos num país com enor-

mes diferenças sociais e econômicas.

Uma prova clara do empenho do seu Governo é a insistência de Gregori em transferir da Justiça estadual para a Justiça federal o julgamento de crimes contra os direitos humanos. Tudo indica que esse é o melhor caminho. Frequentemente, a investigação das violações esbarra em laços de família, apadrinhamento, brigas políticas, tráfico de influência — barreiras locais que dificultam, quando não impossibilitam, o esclarecimento dos crimes e a punição dos culpados.

No exterior, a cobrança invariavelmente recai sobre o Governo federal e sobre a sociedade brasileira. E todos os brasileiros acabam sendo responsabilizados pela prática de atos brutais que o país, majoritariamente, repudia — como os massacres de Carajás, do Carandiru, da Candelária e de Vigário Geral.

O Governo federal, mais distante dos fatos e dos personagens, é menos vulnerável à pressão dos interesses regionais, estando, portanto, mais qualificado para conduzir uma investigação imparcial e expedita.

OUTRA OPINIÃO

Federal, em termos

JAMES LOUIS CAVALLARO

Como instituição internacional de defesa dos Direitos Humanos, a Human Rights Watch tem como norte as obrigações internacionais em matéria de Direitos Humanos assumidas pelos vários países, entre eles o Brasil. Infelizmente, em numerosos fóruns e encontros internacionais, observamos que os representantes do Governo brasileiro tendem a defender que este ou aquele caso de violação dos Direitos Humanos só pode ser resolvido pelos mecanismos internos dos Estados respectivos onde se deu o crime.

Dada a estrutura federativa da República do Brasil, essa resposta tem validade no ordenamento jurídico do país, mesmo que seja totalmente sem valor em nível internacional. Desta forma, a federalização de certos crimes contra os Direitos Humanos seria medida vital para que o Brasil possa cumprir com as suas obrigações internacionais. Além disso, outros fatores também pesam a favor da federalização desses crimes. Ressaltamos, por exemplo, o maior grau de independência e profissionalismo demonstrado pelas autoridades e polícias federais nos últimos anos.

Todavia, não podemos apoiar a federalização dos crimes contra os Direitos Humanos sem fazer algumas ressalvas. Primeiro, precisa-se entender que, dependendo da definição e interpretação, são inúmeros os crimes que podem ser vistos como um atentado aos Direitos Humanos. Sendo assim, o trabalho de definir quais os crimes serão federais é de extrema importância, com matizes sutis que pre-

cisam ser discutidos e avaliados.

Além disso, é necessário que qualquer expansão da competência das autoridades federais seja acompanhada por um aumento correspondente dos quadros federais, que atualmente são insuficientes para cumprir todas as tarefas que lhes são designadas.

Nesse contexto, a Human Rights Watch recomenda a adoção de um modelo de federalização através do qual todos os crimes contra os Direitos Humanos possam tornar-se crimes de competência federal desde que as autoridades estaduais fracassem na apuração e julgamento dos responsáveis, ou se um órgão federal (provavelmente o Conselho de Defesa da Pessoa Humana — CDDPH) determinar que, num caso específico, o Governo federal deva intervir. Esse tipo de competência assegura às autoridades federais a oportunidade para atuar nos crimes mais graves sem que sejam inundadas com casos além de suas possibilidades.

A Human Rights Watch apóia a federalização desde que esta se verifique através de um projeto bem elaborado, com os recursos correspondentes exigidos pela nova competência, pois sabe-se que a resolução do problema dos Direitos Humanos não depende unicamente da troca das autoridades encarregadas pela apuração e julgamento das violações, mas também do compromisso político e financeiro que garanta aos policiais, promotores e juízes federais as condições necessárias para acabar com a impunidade.

JAMES LOUIS CAVALLARO é diretor no Brasil da Human Rights Watch



Cliente ANUBRA
Veículo TRIBUNA DA IMPRENSA - RIO DE JANEIRO
Data 26 a 27.12.98
Seção NACIONAL
Página 02
Rua Traipu, 221 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

FHC promove o loteamento das estatais entre os aliados

BRASÍLIA - A declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso de que irá alterar as diretorias das principais estatais e autarquias já abriu uma disputa entre as legendas aliadas para que estes cargos também entrem no rateio partidário. "No preenchimento destes cargos, o presidente pode conciliar a competência profissional do indicado com a filiação política. Isto seria ótimo para a democracia", disse o presidente do PMDB, senador Jader Barbalho (PA).

O presidente do PSDB, senador Teotônio Vilella Filho (AL), não só espera o aproveitamento de quadros do partido no segundo escalão do governo como também acredita que Fernando Henrique poderá, a médio prazo, abrir novas vagas no ministério. "O ministério do Desenvolvimento Urbano não saiu agora, mas talvez mais adiante possa ser criado. É uma idéia que conta com o apoio total do PSDB", afirmou.

Fora do primeiro escalão, Teotônio disse esperar que o governador mineiro Eduardo Azeredo, em fim de mandato, consiga um posto no governo. O líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG), está trabalhando para que Azeredo assumira a Presidência da Petrobras. "Nós gostaríamos muito de vê-lo contribuindo com o governo", disse Teotônio.

A Presidência da Petrobras também é cobiçada pelo PMDB, e um dos candidatos ao cargo é o deputado Moreira Franco (RJ), que perdeu a disputa para o Senado no Rio e ficará sem mandato a partir de fevereiro. O partido ain-

da quer manter o DNER nas mãos de Maurício Hasenclever, da seção mineira do PMDB.

O PFL, por sua vez, está pleiteando a Presidência da Caixa Econômica Federal, como uma maneira de compensar a seção pernambucana do partido, que não ficou representada no primeiro escalão. Há dois nomes ligados ao vice-presidente Marco Maciel que estão sendo citados para o cargo: Emílio Carrazai e Aloísio Sotero. A Presidência da Caixa também é pretendida pelo PSDB. O nome cotado é um híbrido de técnico e político: o atual secretário-executivo do Ministério da Saúde, Barjas Negri.

O PSDB também almeja a Presidência do Banco do Brasil, para a qual o candidato mais forte é o atual presidente do Banco do Nordeste, Byron Queiroz, ligado ao governador cearense Tasso Jereissati. O braço operacional do novo Ministério do Desenvolvimento, o BNDES, também é alvo de disputa. Os nomes mais fortes para a Presidência do banco são a diretora da CSN, Maria Sílvia Bastos Marques, e o ex-secretário-executivo do Ministério do Planejamento, Andrea Calabi.

Devido a atritos com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, o presidente do Incra, Milton Seligman, deverá deixar o cargo. Seligman está sendo citado como o provável substituto de Ana Peliano na Secretaria-Executiva do Comunidade Solidária. O coordenador do programa de governo, o professor Carlos Pacheco, poderá assumir a Presidência do IBGE ou do IPEA.



Eduardo Azeredo pode levar a Petrobras como prêmio de consolação

PTB que ter mais prestígio no segundo escalão

BRASÍLIA - O PTB também espera ser contemplado com cargos no segundo escalão. O partido não se sente prestigiado com um único representante no primeiro escalão do governo, o ministro Paulo Paiva, que irá do Ministério do Planejamento para a esvaziada pasta de Orçamento e Gestão. Além disso, Paiva não tem maiores ligações com a bancada e chegou ao governo por indicação do ex-governador Hélio Garcia, que está em baixa desde que abandonou sua candidatura ao Senado.

Em seu primeiro mandato, Fernando Henrique resistiu ao máximo em entregar as áreas operacionais da administração nas mãos dos aliados. O presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, é um funcionário de carreira, ex-presidente do Banco Central e sem vinculação partidária. O presidente da Caixa Econômica Federal, Sérgio Cutolo, está no cargo por indicação do governador gaúcho Antônio Brito, mas toda a sua equipe foi indicada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan. Nenhum ministro teve poder para dispor livremente dos cargos de sua pasta.

O que está em disputa

■ **BANCO DO BRASIL** - Além de ter a maior rede de varejo do sistema bancário, o Banco do Brasil também é o principal instrumento de política agrícola do País, graças à carteira de crédito rural.

■ **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL** - A importância que o BB tem para a agricultura a Caixa tem para a construção civil. Administrando os recursos do FGTS, a Caixa é o grande agente financeiro na área de habitação que existe no Brasil. Administra ativos da ordem de R\$ 107,7 bilhões e fechou até agosto deste ano 21,4 mil novos contratos habitacionais.

■ **PETROBRAS** - Apesar da quebra do monopólio no setor e da criação da Agência Nacional de Petróleo (ANP), a Petrobras ainda tem uma importância crucial na definição de políticas de energia e abastecimento. Em seu último relatório anual, referente a 1997, a estatal anunciou ter faturado US\$ 24,2 bilhões e realizado investimentos da ordem de US\$ 3 bilhões.

■ **DNER** - Responsável pela manutenção e construção de estradas, o DNER ainda faz licitações para a concessão de linhas de ônibus interestaduais.

■ **INCRA** - É o agente operador

do Ministério da Reforma Agrária, determinando as áreas a serem desapropriadas e os valores a serem pagos. Também atua para propiciar infra-estrutura aos assentados. Este ano, o INCRA contou com um orçamento de R\$ 2,2 bilhões.

■ **BNDES** - É o grande propulsor de investimentos no País, especialmente na área de privatização, sob a sua responsabilidade. Atua principalmente como elo de ligação da iniciativa privada com a esfera pública. Administra ativos de R\$ 59,1 bilhões e aplicou em 1997 R\$ 17,9 bilhões em investimentos.

Durante todo o governo, Fernando Henrique evitou fazer a chamada "verticalização do ministério" permitindo que os partidos detivessem todas as indicações em suas pastas. Des-

ta forma, tanto o atual ministro da Justiça Renan Calheiros como o anterior, Iris Rezende, ambos peemedebistas, tiveram que aceitar a presença do tucano José Gregori na secretaria de

Direitos Humanos. Da mesma maneira, o ministro das Minas e Energia, Raimundo Brito, da cota do PFL baiano, conviveu com Joel Rennó na Presidência da Petrobras.

CASO DINIZ

FH descarta indulto a seqüestrados

Em greve de fome desde 16 de novembro, os prisioneiros foram sedados à força e receberam magnésio, potássio e glicose

São Paulo

O presidente Fernando Henrique Cardoso descartou quinta-feira a hipótese de conceder indulto e expulsar do país os responsáveis pelo seqüestro do empresário Abílio Diniz, em 1989. Em entrevista concedida em São Paulo, antes de embarcar para Brasília, o presidente sustentou que a maneira mais adequada de resolver o problema dos prisioneiros é por meio da aprovação de acordos de transferência para seus países de origem. Um acordo desse tipo já foi feito com o Canadá, beneficiando os seqüestradores David Spencer e Christine Lamont. Quinta-feira, FH fez um apelo para que os demais envolvidos no caso interrompam a greve de fome.

— O Congresso está debatendo uma matéria relativa à transferência de presos, que pode ser aprovada na convocação extraordinária, em janeiro. É a maneira mais adequada de resolver a questão. Essas pessoas estão presas de acordo com a lei, e não houve nenhum arbítrio — argumentou.

Em greve de fome desde o dia 16 de novembro, os seqüestradores querem a expulsão para os estrangeiros (cinco chilenos e dois argentinos) e o indulto para o único brasileiro do grupo. A Justiça já reconheceu que o crime teve motivação política e reduziu as penas para a faixa de 15 a 18 anos de reclusão.

Quarta-feira, os prisioneiros resolveram também parar de beber água. No dia seguinte, a direção do Hospital das Clínicas, em São Paulo, onde os presos estão internados, decidiu sedá-los para aplicar-lhes magnésio, potássio e glicose, em cumprimento a uma ordem judicial. Sem beber

água, os presos podem suportar no máximo cinco dias, segundo os médicos.

Às 13h30min, a UTI do Pronto-Socorro do hospital foi bloqueada e 20 enfermeiros — por ordem do diretor-executivo, André Alexandre Omo — entraram na área onde os presos estão. Os médicos se retiraram. Os seqüestradores ficaram de pé e se abraçaram. Tentaram resistir, mas foram segurados pelos enfermeiros, amarrados às camas e sedados.

O presidente de honra do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, telefonou quinta-feira para Fernando Henrique e apelou em favor da expulsão dos seqüestradores. Depois, foi ao hospital visitar os presos.

— Disse ao presidente que era necessária uma tomada de decisão nesse sentido. Ele ficou de estudar o assunto. Vim comunicar isso aos presos — disse Lula.

O líder petista reconheceu que a posição de FH é delicada, mas disse que não era saudável “um presidente carregar nas costas a responsabilidade pela morte desses presos”. O advogado dos presos, Iberê Bandeira de Mello, também conversou quinta-feira com FH, por telefone. Apelo por uma nova saída: o indulto individual. Juridicamente, o presidente reconheceria as condenações, mas decidiria pelo perdão.

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Luís Eduardo Greenhalgh (PT-SP), garantiu que o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), e o vice-presidente da República, Marco Maciel, concordam com a expulsão dos estrangeiros e o indulto ao brasileiro. A resistência viria, segundo ele, do ministro das Relações Exteriores, Luís Felipe Lampreia, e do secretário de Direitos Humanos, José Gregori.



Protesto: os irmãos argentinos Horacio (E) e Humberto Paz fazem greve de fome



Cliente ANUBRA
Veículo DIÁRIO DO GRANDE ABC - SANTO ANDRÉ
Data 26.12.98
Seção NACIONAL Página 03
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Jesuíta chileno tenta negoci

ACM e Marco Maciel concordam com expulsão e indulto, diz Greenhalgh

Das Agências

■ O sacerdote jesuíta José Aldunate, conhecido pela defesa dos direitos humanos, viajou ontem a São Paulo para convencer os oito presos condenados pelo seqüestro do empresário Abílio Diniz, cinco deles chilenos, a encerrar a greve de fome iniciada há 41 dias. O governo do país está pressionando o Brasil para que expulse

os chilenos, ex-membros do MIR (sigla em espanhol para Movimento Esquerda Revolucionária).

O estado de saúde dos seqüestradores – os chilenos Ulises Gallardo, María Marchi Badilla, Pedro Lembach, Sergio Olivares Urtubia e Héctor Ramón Collante Tapia, os argentinos Humberto e Horacio Paz e o brasileiro Raimundo Freire – agravou-se depois que eles deixaram de ingerir líqui-

dos, na quarta-feira.

O vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, Luís Eduardo Greenhalgh (PT-SP), disse que o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e o vice-presidente Marco Maciel concordam com a expulsão dos estrangeiros e o indulto ao brasileiro. A resistência a essa solução viria, segundo ele, do ministro das Relações Exterio-

res, Luiz Felipe Lampreia, secretário de Direitos Humanos, José Gregori.

O advogado dos seqüestradores, Luiz Felipe Lampreia, concordou com o presidente Fernando Collor e o presidente Fernando Henrique Cardoso anteriormente por uma nova saída individual. Juridicamente, o presidente reconheceria a culpabilidade dos seqüestradores e pediria pelo perdão. □



Cliente	ANUBRA
Veículo	O TEMPO-BELO HORIZONTE
Data	27.12.98
Seção	CIDADES
	Página 13

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048



Sequestradores do empresário Abílio D

Plano ousado ter

Um dos monumentos mais famosos do mundo está ameaçado devido ao aumento anual de sua inclinação

THE TIMES
LONDRES

No último dia 11, engenheiros começaram a ligar cabos de aço gigantescos na torre de Pisa, no início de um plano controverso para salvá-la de um desmoronamento, apesar das acusações de críticos do plano de que ele vai piorar ainda mais a famosa inclinação da torre e pode fazer com que ela caia depois de quase oito séculos como uma das maravilhas do mundo.

A Comissão de Proteção da Torre de Pisa, liderada pela professora Michele Jamiolkowski, disse que o propósito dos cabos não é puxar a torre para a posição horizontal, mas "apenas estabilizá-la". Segundo o plano, cabos cobertos de plástico com cerca de 103 metros de comprimento e dez cm de espessura foram conectados ao segundo andar da torre a uma altura de cerca de 21 metros.

ENDIREITANDO A TORRE

Especialis
estabiliza





Cliente	ANUBRA
Veículo	JORNAL DO TOCANTINS-PALMAS
Data	27.12.98
Seção	BRASIL/MUNDO
Página	05

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Covas ajudará pasta do Desenvolvimento

São Paulo (AE) - O ministro do Desenvolvimento, Celso Lafer, e o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, visitaram ontem o governador Mário Covas, no Instituto do Coração, em São Paulo. "Ele está muito bem, lúcido e energético", disse Lafer. "Nosso governador é um bom corredor de ma-

ratona, é um bom fundista, que sabe chegar lá." Gregori complementou: "Seu estado é excelente. Poucas vezes o vi tão lúcido". Segundo ambos, o governador tem acompanhado de perto o dia-a-dia da política no País.

"Ele está disposto a colaborar com a nova missão", afirmou La-

fer, referindo-se à criação do Ministério do Desenvolvimento. Indagado sobre as divergências que os juros altos causam entre a equipe econômica e empresários, o ministro respondeu: "Como diz o Presidente, o tema da estabilidade econômica é fundamental". O ministro, porém, pondera: "Isso não

significa que não tenhamos de ação".

O governador Mário Covas deve ter alta do Instituto do Coração amanhã conforme previsto pelo seu médico pessoal, Uip e pelo urologista responsável pela decisão final, porém, a análise de alguns exames



Ciente **ANUBRA**
 Veículo **GAZETA MERCANTIL - SP**
 Data **28.12.98**
 Seção **POLITICA** Página **A7**
 Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Novo governo busca gerenciamento integrado

Cardoso mantém núcleo ministerial do primeiro mandato, cria Secretarias de Estado e muda a orientação da administração pública

Ismar Cardona de Brasília

"Cachorro que tem muitos donos acaba morrendo de fome, pois cada um deles espera que o outro tome a iniciativa de alimentar o pobre animal". O secretário de Planejamento e Acompanhamento do Ministério do Programa Brasil em Ação, José Paulo Silveira, cita o ditado popular para ilustrar a decisão anunciada pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a divulgação do novo ministério (veja organograma abaixo) na semana passada, de colocar um gerente à frente cada programa do governo federal.

Atualmente, existem programas, como é o caso da meteorologia, que são tratados por até cinco ministérios diferentes. A estimativa de Silveira é que integrem o novo sistema mais de 300 programas oficiais. Um inventário dos programas existentes no governo começa a ser feito em janeiro.

A mudança de nome do Ministério do Planejamento e Orçamento

para Ministério de Orçamento e Gestão não é apenas uma simples troca de sigla. Na verdade, está amarrada à estratégia de integrar as funções de planejamento, orçamento e finanças. Por quê? Para melhorar a qualidade da gestão pública. Não basta contar com a área de planejamento eficiente, é preciso que ela opere em um sistema integrado.

Por exemplo: o programa de nutrição para crianças e gestantes. Está ligado ao programa de redução da mortalidade. Não depende só do programa do leite, mas sim dos programas de vacinação, saneamento e saúde preventiva, distribuídos em vários ministérios. "Precisamos de profissionais que façam essa interseção. A redução de gastos depende também da melhoria de gestão. A ideia é usar o modelo do Brasil em Ação para administrar outros programas", explicou Silveira.

"A mudança, em sua avaliação, é uma nova maneira de atuar, com medição de resultados e informações gerenciadas em tempo real. É a gestão pública buscando eficácia e

eficiência". O modelo é empregado na administração pública dos Estados Unidos, França e Suécia e vários outros países da OCDE.

Nos Estados Unidos, a mudança do modelo de gestão pública é chefiada pelo próprio vice-presidente, Al Gore. "Não é por acaso que os americanos puderam comemorar a saída de um imenso déficit público para um déficit zero", afirmou.

A implantação do novo Plano Plurianual 2000/2003 e do novo Orçamento Geral da União, que serão elaborados já com o novo modelo de gestão, deverá levar um ano. Os estudos preparatórios começaram dia 1º. A previsão do governo é que o sistema de gerenciamento comece a operar de fato a partir da posse. O PPA terá uma nova estrutura que permitirá a melhoria da qualidade da gestão pública. A partir daí, as atividades de planejamento passarão a ser intensivas em gestão.

Na verdade, o novo modelo já vem sendo trabalhado pelo Ministério do Planejamento desde o início deste ano. Em conjunto com a Es-

cola Nacional de Administração Pública, foi realizado um curso sobre reforma do Estado e gestão em qualidade que teve a participação de 110 alunos selecionados entre engenheiros, economistas e analistas de sistemas. O curso começou no final de março. Dos 110, metade foi para Secretaria de Orçamento e Finanças e outra metade foi para outros ministérios em atividades ligadas a Orçamento e planejamento. Desse, 13 ficaram no Brasil em Ação.

Pelo novo modelo de gestão, cada gerente encarregado de um programa trabalhará com objetivos e indicadores que permitam medir seus resultados. Os recursos serão alocados e avaliados em função da concretização desses objetivos. Se um determinado programa tiver mais de um ministério envolvido, o de Orçamento e Gestão vai indicar a Pasta responsável pelo gerenciamento. Cada ministério manterá sua autonomia em relação ao programa e o gerente indicado cuidará da articulação e integração de ações dispersas nos vários órgãos.

Lafer escolhe notáveis

O ministro indicado do Desenvolvimento, Celso Lafer, trabalha na escolha de uma dezena de notáveis para a formação de um conselho empresarial, segundo orientação do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. A criação do conselho é uma ideia do presidente da Federação das Indústrias do Rio, (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, na tentativa de ampliar a interlocução do setor com o governo.

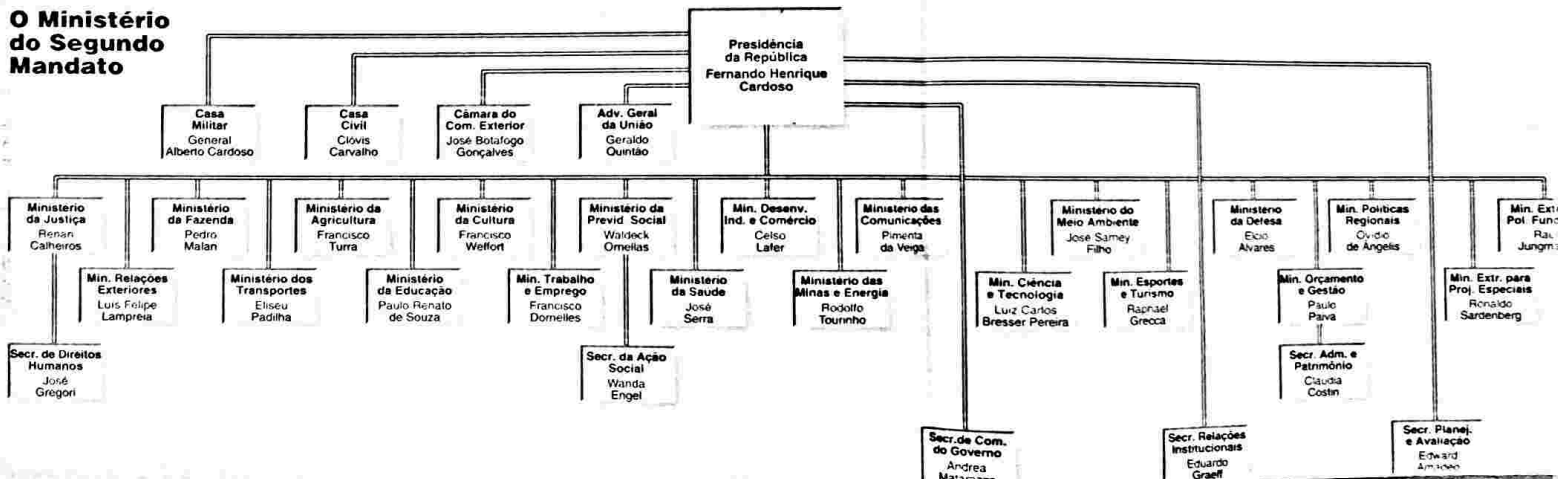
Mas a iniciativa, que não passou pelo crivo da Casa Civil da Presidência da República, está sendo vista dentro do governo como uma proposta "insuficiente, incompleta", segundo fonte ligada ao ministro Clóvis Carvalho. No passado, o Ministério da Indústria e do Comércio constituiu um amplo conselho empresarial, o Concec (Conselho Consultivo Empresarial de

Competitividade), criado agosto de 1993, com a participação de quase 200 empresários (e não 7.111 como na atual proposta), divididos em 18 grupos temáticos. Em outubro de 1993, foi criado o Conselho Consultivo dos Trabalhadores para a Competitividade, com 126 representantes das centrais sindicais, também agrupados para discutir a estrutura e o que faz para melhorar a competitividade.

Para a articulação entre esses dois conselhos, o governo instituiu, em 1994, a Câmara Consultiva Estrutural para a Competitividade, com 11 ministros, mais Banco Central, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES, Conselho de Reitores das Universidades. As contribuições, contudo, acabaram sendo pouco aproveitadas pelo governo.

(Colaboração Cintia Sassi)

O Ministério do Segundo Mandato





Cliente	ANUBRA
Veículo	JORNAL DO COMMERCIO-RECIFE
Data	28.12.98
Seção	BRASIL
Página	06

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

GREVE DE FOME O preso brasileiro Raimundo Rosélio Costa Freire se encontra em estado grave

Deputado chileno quer pedir desculpas a Diniz pelo seqüestro

SÃO PAULO — Os seqüestradores do empresário Abílio Diniz completaram, ontem, o 42º dia de greve de fome e, de acordo com o porta-voz do grupo, Breno Altmann, o brasileiro Raimundo Rosélio Costa Freire, é o que está em pior estado. Ele apresenta um quadro de diarreia, hipotermia controlada e teve uma arritmia cardíaca anteontem.

Os seqüestradores receberam na tarde de ontem a visita do deputado chileno Jaime Naranjo, do Partido Socialista e membro da Comissão dos Direitos Humanos do Parlamento do Chile. De acordo com ele, a saúde dos presos é extremamente grave. Todos teriam perdido mais de 20 quilos e têm dificuldades para conversar.

Naranjo confirmou que o estado do brasileiro Raimundo

Costa Freire é o mais grave. O deputado chileno chegou anteontem ao Brasil e ficará o tempo que for necessário para conseguir a expulsão dos presos chilenos.

Através do embaixador chileno no Brasil, Naranjo tenta agendar um encontro com o secretário dos Direitos Humanos, José Gregori, mas ainda não há nada definido. O deputado quer também encontrar-se com o empresário Abílio Diniz, para pedir desculpas pelo seu seqüestro, em nome do povo chileno.

A aproximação com Diniz será feita por um intermediário cujo nome Naranjo prefere não revelar. Ontem, o chileno teve um encon-

tro com o advogado petista, Eduardo Greenhalgh.

Sobre a proposta feita por Gregori, de que os seqüestradores amenizem a greve de fome para garantir a preservação de sua

saúde até que seja votado o acordo internacional de transferência de presos pelo Congresso Nacional, durante a convocação extraordinária, em

janeiro, Naranjo disse que esta proposta não tem respaldo do ponto de vista do Direito Internacional.

Segundo ele, um acordo como esse precisaria ser votado pelo parlamento dos dois países para que fosse válido. "O tempo cons-

pira contra os presos", ponderou o chileno. O deputado chileno chegou mesmo a lembrar que o Chile recebeu milhares de presos políticos no passado, citando, nominalmente, o presidente Fernando Henrique Cardoso, sem perguntar-lhes se haviam cometido delitos em seus países.

Altmann considera a proposta de Gregori, de aprovação de acordo de transferência, um "blefe", porque depende da aprovação dos dois parlamentos. Segundo ele, a maioria do congresso chileno é formada por representantes de partidos conservadores que não aprovariam uma medida que beneficiasse presos de esquerda, notadamente neste momento em que o ex-presidente Pinochet encontra-se preso em Inglaterra, esperando a decisão sobre extradição para a Espanha.

Proposta de José Gregori sobre transferência de presos é considerada um "blefe" pelo deputado



Cliente ANURRA

Veículo TRIBUNA DA IMPRENSA RIO DE JANEIRO

Data 28 12 98

Seção ECONOMIA

||| Página 07

Rua Traipu, 721 - CEP 01235-000 - São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 3667 7532 3667 1843 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Prêmio foi produto de lobby

O prêmio concedido pela Organização das Nações Unidas ao brasileiro José Gregori, secretário de Direitos Humanos, não foi decorrente de merecimento, mas produto de um dos maiores esforços de lobby da história da honraria instituída pela ONU. Em troca do prêmio e da chance de "limpar" sua reputação na área de Direitos Humanos, o Brasil aderiu, quase às escondidas, a um tratado que os diplomatas consideram "grave renúncia de soberania".



Cliente	ANUBRA		
Veículo	EXTRA-RIO DE JANEIRO		
Data	29.12.98		
Seção	POLÍCIA	Página	08

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Um cientista contra a violência

Antropólogo será o subsecretário de Segurança

WILLIAN MOURA 27/10/98

RENATO HOMEM

O governador eleito Anthony Garotinho anunciou ontem o nome do cientista político Luiz Eduardo Soares para o cargo de subsecretário de Segurança Pública. Luiz Eduardo é antropólogo e coordenador do curso de pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Se não o maior, ele é um dos principais conselheiros do governador eleito quando o tema se refere à segurança pública. Luiz Eduardo fará dobradinha com o general José Siqueira da Silva, escolhido anteriormente para ser o secretário de Segurança Pública.

Aos dois caberá a tarefa de devolver ao estado a tranquilidade reivindicada pela população durante a campanha. O secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregory, elogiou a escolha. Segundo ele, sociólogos e antropólogos se dão bem na vida pública.

Luiz Eduardo Soares ordenou o grupo de pesquisadores que ajudou na elaboração do livro "Violência e Criminalidade no Rio de Janeiro", que o governador eleito Anthony Garotinho distribuiu durante a campanha eleitoral.

O futuro subsecretário de Segurança Pública já deu aulas na Universidade de Campinas (Unicamp) e fundou o núcleo de pesquisas do Instituto de Estudos da Religião (Iser), uma organização não-governamental voltada para os problemas urbanos. Uma de suas prioridades será implantar nova filosofia de trabalho que garanta, ao mesmo tempo, respeito ao cidadão e eficiência policial.



Luiz Eduardo Soares: desafio é fazer uma polícia respeitada

PERFIL

Um intelectual preocupado com os direitos humanos

■ Defensor dos direitos humanos, o homem que será o braço direito do secretário de Segurança Pública do Rio é doutor em ciência política, mestre em antropologia social e professor do IUPERJ e da UERJ. Nomeado subsecretário de Segurança, Luiz Eduardo Soares terá a oportunidade de combater as estatísticas criminais que ele mesmo descreveu em dois de seus sete livros, que tratavam da violência urbana e de políticas para o setor de segurança.

— Foi uma ótima escolha, por tudo o que ele defende e pelo que escreveu sobre violência no estado — disse o General José Siqueira Silva, futuro secretário de Segurança Pública.

Soares sustenta que o respeito aos direitos humanos é condição essencial da eficácia de qualquer política de combate à criminalidade.

Carioca, é casado com a socióloga Bárbara Soares, com quem tem duas filhas. Seu amigo há 20 anos, o sociólogo Rubem Cesar Fernandes, do Viva Rio, o descreve como um homem calmo, extrovertido e trabalhador que gosta de música clássica e popular, além de ser capaz de dissertar horas sobre um mesmo tema.

Renovações de concessões

Como é o processo

De renovação de concessões

- 1** Antes de a concessão vencer, a direção da rádio ou da TV solicita ao Ministério da Comunicação a renovação da permissão. A legislação brasileira autoriza a emissora a funcionar durante o processo de renovação, mesmo com a concessão (prazo de 10 anos para rádio e 15 anos para a TV) já vencida
- 2** O ministério realiza vistoria técnica na emissora. A rádio ou a TV têm de comprovar o pagamento do Fistel (taxa de fiscalização das telecomunicações) e o recolhimento da contribuição sindical
- 3** O ministro submete ao presidente da República a renovação da concessão. O presidente assina decreto de renovação, que tem de ser aprovado pelo Congresso
- 4** A mensagem do presidente chega à Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara, que solicita novos documentos da emissora, como relatório sobre programação e certidões negativas de débito. Depois, a Comissão de Constituição e Justiça precisa aprovar a redação. As comissões têm poder terminativo (não é necessária a apreciação do plenário)
- 5** O pedido de renovação vai então para a Comissão de Educação do Senado, que pode pedir certidões atualizadas. O projeto também passa pela Comissão de Constituição e Justiça da Casa



Carlos Massa, o Ratinho, cujo programa foi considerado de 'baixo nível' por Ar

Processo terá revisão

da Sucursal de Brasília

O processo de renovação de concessões de rádio e televisão será revisado no projeto sobre comunicação de massa que o Ministério das Comunicações elabora e será enviado ao Congresso neste ano, segundo a assessoria de imprensa do órgão.

No início do atual mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, morto no mês de abril, anunciou que a distribuição das concessões de rádio e TV não obedeceria mais a critérios políticos.

Hoje, o governo está realizando licitações para entregar as concessões.

Proprietário de rádio quer parcelar dívidas

da Sucursal de Brasília

Zoelzer Poubel, proprietário há 15 anos da rádio Solimões, que opera em Nova Iguaçu (RJ), quer criar movimento de emissoras inadimplentes para pressionar o governo a parcelar as dívidas.

O processo de renovação da rádio de Poubel está parado há dois anos na Câmara, por causa de suas dívidas com o INSS.

"Pode levantar o telhado das rádios, está todo mundo devendo. O governo dá a concessão e não oferece mais nada. Precisa nos socorrer. Está todo mundo no sufoco", diz Poubel.

Ele afirma que deve R\$ 100 mil à Previdência e tem problemas financeiros. "A concorrência está insuportável. As rádios médias sofrem competição das grandes e das

piratas, que proliferam. Tem emissora sendo arrendada pelas igrejas."

Poubel reclama que não consegue parcelar suas dívidas com o governo em condições que permitam o pagamento. "Queremos pagar, mas em um parcelamento possível."

"O governo é mau pagador e bom cobrador. Tem de haver uma saída."

Sueli Cerqueari, proprietária e diretora da rádio Costa do Sol, em Araruama (RJ), passa por problema diferente. Ela diz que não sabia que o processo de renovação de sua concessão está há seis anos no Congresso.

"Assumi o controle da rádio há dois anos. Para mim, estava tudo bem, tenho de checar. Não sei direito qual o período da concessão."



Cliente ANUBRA
Veículo JORNAL DO COMMERCIO-RECIFE
Data 29.12.98
Seção BRASIL
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048
Página 07

SAÚDE PRECÁRIA O Hospital das Clínicas já considera a situação grave embora nenhum deles e

Piora saúde dos seqüestradores

SÃO PAULO — O estado de saúde dos seqüestradores de Abílio Diniz está piorando progressivamente e pode ser considerado grave, segundo o Hospital das Clínicas. Fontes médicas que têm acesso aos presos ressaltaram, no entanto, que "nenhum chegou ao limite nem a um estado terminal". "Estão querendo criar um fato político que não reflete a verdade", disse uma das fontes, referindo-se ao comitê que apóia os presos e seus familiares.

Ontem, eles chegaram a divulgar que o estado de saúde dos seqüestradores é gravíssimo. O porta-voz dos presos, Breno Altman, afirmou que quatro deles estavam em situação limite. Altman atribuiu a informação aos médicos que cuidam dos presos.

Pelo boletim médico divulgado ontem, o brasileiro Raimundo Costa Freire é o único que o hospital considera em "mau estado geral". O estado de saúde dos outros sete presos é descrito como regular ou mesmo bom, caso do chileno Pedro Lembach e do argentino Horácio Paz.

Os chilenos Ulisses Gallardo, Sérgio Urtubia e Maria Emília Marchi e o argentino Humberto Paz passaram por exames para confirmar infecção. Segundo Altman, Paz estaria com suspeita de enterocolite (infecção na parede do

intestino). O maior risco é que essa infecção ultrapasse o intestino e passe para os outros órgãos. Além de Paz, Gallardo, Urtubia e Costa Freire seriam os que estão em estado limite, disse o comitê.

PREOCUPAÇÃO — Os canadenses Christine Lamont e David Spencer, que participaram do seqüestro do empresário Abílio Diniz e foram transferidos para o Canadá em novembro, podem estar livres da prisão em três meses. No entanto, eles ainda não completaram os testes a que vêm se submetendo desde que chegam

ao Canadá e devem cumprir uma série de procedimentos até terem suas audiências marcadas. Segundo a mãe de Christine, Marylin Lamont, as audiências devem ocorrer daqui a dois ou três meses.

Nos últimos dias, David foi transferido para uma prisão de mínima segurança. Seu pedido de liberdade condicional deve ser julgado antes do pedido de Christine porque ele está em uma prisão federal. Christine está em uma prisão de província, porque não há prisão federal feminina em Vancouver, onde moram sua família. Ontem, segundo sua mãe, Christine estava muito preocupada com os seqüestradores no Brasil. "Lemos os jornais brasileiros e contamos tudo para ela", disse.

Um médico disse que o limite de saturação do grupo ainda não chegou e não se sabe se chegará em quatro, dez ou vinte dias

O estado de saúde dos seqüestradores



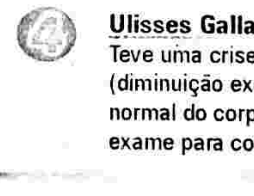
Humberto Paz
Está com suspeita de colite (infecção na parede do intestino, que pode romper e se espalhar, causando infecção generalizada)



Raimundo Costa Freire
Está com queda na frequência cardíaca. Segundo o Hospital das Clínicas, está com mau estado geral



Horácio Paz
Quadro estável. Apresenta cansaço mental e fraqueza. Ainda consegue falar e se movimentar



Ulisses Gallardo
Teve uma crise de hipotermia (diminuição excessiva da temperatura normal do corpo). Aguarda resultado de exame para confirmar infecção

BANCO DE IMAGEM/JC



presos, Breno Altman, afirmou que quatro deles estavam em situação limite. Altman atribuiu a informação aos médicos que cuidam dos presos.

Pelo boletim médico divulgado ontem, o brasileiro Raimundo Costa Freire é o único que o hospital considera em "mau estado geral". O estado de saúde dos outros sete presos é descrito como regular ou mesmo bom, caso do chileno Pedro Lembach e do argentino Horácio Paz.

Os chilenos Ulisses Gallardo, Sérgio Urbubia e Maria Emilia Marchi e o argentino Humberto Paz passaram por exames para confirmar infecção. Segundo Altman, Paz estaria com suspeita de enterocolite (infecção na parede do

Um médico disse que o limite de saturação do grupo ainda não chegou e não se sabe se chegará em quatro, dez ou vinte dias

Nos últimos dias, David foi transferido para uma prisão de mínima segurança. Seu pedido de liberdade condicional teve de ser julgado antes do pedido de Christine porque ele está em uma prisão federal. Christine está em uma prisão de província, porque não há prisão federal feminina em Vancouver, onde moram sua família. Ontem, segundo sua mãe, Christine estava muito preocupada com os seqüestradores no Brasil. "Lemos os jornais brasileiros e contamos tudo para ela", disse.

anteriormente de procedimentos até terem suas audiências marcadas. Segundo a mãe de Christine, Marilyn Lamont, as audiências devem ocorrer daqui a dois ou três meses.



Segundo o Hospital das Clínicas, está com mau estado geral

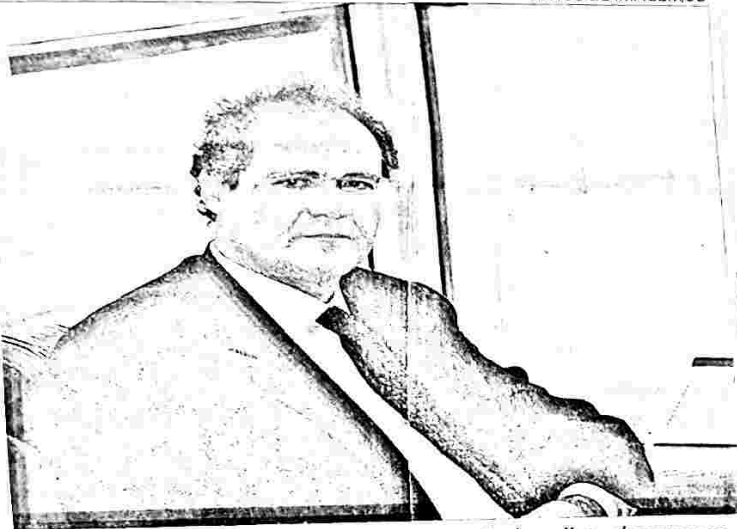


Horácio Paz
Quadro estável. Apresenta cansaço mental e fraqueza. Ainda consegue falar e se movimentar

Ulisses Gallardo

Teve uma crise de hipotermia (diminuição excessiva da temperatura normal do corpo). Aguarda resultado de exame para confirmar infecção

BANCO DE IMAGEM/JC



UMA SOLUÇÃO Renan Calheiros que aremoção imediata dos presos

Calheiros quer antecipação da transferência para ajudar presos

MACEIÓ — O ministro da Justiça, Renan Calheiros, afirmou ontem à tarde, em Maceió, defender a "antecipação de acordo de transferência de presos". Isso permitiria a remoção imediata dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, que ontem completaram 43 dias em greve de fome, a seus países de origem. Calheiros deu a declaração antes de embarcar para Brasília, onde deveria se reunir com o presidente Fernando Henrique Cardoso, na noite de ontem. Na reunião, eles deveriam decidir uma solução para a transferência dos seqüestradores.

"A hipótese de antecipação de acordo de transferência é a mais forte que temos. Mas ainda há problemas jurídicos a serem equacionados", disse Calheiros. O principal problema jurídico a ser resolvido refere-se a qual autoridade os presos devem ser entregues em seus países de origem.

Como se trata de uma antecipação, a definição do futuro dos presos dependerá dos parlamentos dos países envolvidos. Isso po-

que, caso os parlamentos não aprovelem o acordo, os presos podem acabar voltando ao Brasil. Na noite de ontem, o Governo brasileiro analisava que posição tomar em relação ao caso.

À tarde, o secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, discutiu o problema com o ministro Luiz Lampreia (Relações Exteriores) e com o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), intermediário das negociações entre os seqüestradores e o Governo. "Estamos estudando, estudando", disse Gregori, sem entrar em detalhes. Ele esperava pela chegada do ministro Renan Calheiros.

Especialistas em direito internacional afirmam ser impossível a transferência dos presos nas bases dos tratados encaminhados ao Congresso Nacional, sem que tenha havido a aprovação dos documentos pelos Legislativos dos três países envolvidos (Brasil, Argentina e Chile) e a ratificação deles pelos respectivos representantes de cada Poder Executivo.



O paciente que inspira mais cuidados é o brasileiro Raimundo Costa que apresenta bradicardia sinusal, uma redução no ritmo dos batimentos

cardíacos. O organismo de Hector Tapia, chileno, não produz mais albumina.

Saúde de seqüestradores no limite

Organismo dos grevistas já apresenta sinais de falência

Mesmo que voltem a alimentar-se e ingerir líquidos, haverá seqüelas

Raimundo Costa. O boletim médico, divulgado ontem no início da tarde, dava conta que ele estava com bradicardia sinusal, uma redução no ritmo dos batimentos cardíacos. No sábado, chegou-se a levantar a hipótese de transferi-lo para o Instituto do Coração depois que ele sofreu uma arritmia cardíaca.

O argentino Humberto Paz pode estar sofrendo uma infecção intestinal, conforme suspeitam os médicos. Ele também começou a apresentar estado febril, com sua temperatura subindo para 38,5 graus. "Quando a parede do intestino está muito delgada, a infecção se propaga para outros órgãos, podendo generalizar-se, como ocorreu com o ex-presidente Tancredo Neves", contou Altman.

Outro seqüestrador, o chileno Hector Tapia, apresenta inchaço nas pernas, o que está sendo causado pela incapacidade do seu organismo de produzir albumina. A falta da proteína impede que os líquidos sejam retidos na corrente sanguínea, o que acarreta acúmulo sob a pele. A também chilena Maria Emilia Marchi apresenta suspeita de infecção urinária.

O líder do Movimento Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), João Pedro Stédile, endereçou uma carta ao presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual, tenta sensibilizar o presidente, lembrando-o de seu tempo de exílio. "O senhor, como exilado político, sabe que decisões como estas



Ruy Barón

STÉDILE apelou a Fernando Henrique lembrando seu exílio, na época da ditadura militar

caracterizam somente pessoas com ideais elevados", escreveu Stédile. Ele cobra uma interferência do Presidente no caso e insinua a participação de Abílio Diniz na decisão de não atender às reivindicações dos detentos.

"A solução está ao seu alcance e depende unicamente de uma decisão sua. A dignidade de um Governo e de uma Nação é muito maior do que os interesses rancorosos de um empresário ou de setores conservadores encas-

telados em esferas do poder judiciário e do próprio governo", afirma Stédile em sua carta. Ele ainda exige "a expulsão imediata" dos seqüestradores chilenos e argentinos para seus países e o indulto para o brasileiro Raimundo.

Possível solução

O ministro da Justiça Renan Calheiros deverá encaminhar hoje ao presidente Fernando Henrique Cardoso uma solução para o caso

dos seqüestradores do empresário Abílio Diniz, que estão há 43 dias em greve de fome. A proposta estava sendo preparada ontem pelo secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, que pretendia apresentar sua sugestão a Renan Calheiros ainda à noite. O governo decidiu apressar a busca por alternativas porque a situação dos oito presos é considerada pelos médicos como extremamente crítica.

Escravidão humana pode ter causado incêndio na Regap

Belo Horizonte - Subiu para quatro, ontem à tarde, o número de mortos no incêndio que destruiu parcialmente a unidade de hidrotreatamento de querosene da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, região metropolitana de Belo Horizonte. O incêndio ocorreu por volta das 11h30 de domingo, após o vazamento de nafta (substância muito inflamável) de um tanque, no momento em que uma equipe de funcionários terceirizados e da Regap terminava o trabalho de manutenção da unidade.

O supervisor José Afonso de Carvalho, da empreiteira Potencial, morreu carbonizado e 11 pessoas ficaram feridas, seis delas no estado grave. Por volta das 23h de domingo, morreu Nelson Belpo Soares, de 36 anos, que teve 100% do corpo queimado e estava na UTI do Hospital Felício Rocha André Neves dos Santos, faleceu às 11h50 desta segunda-feira. No início da tarde, morreu José Carlos Cordeiro Silva, de 34 anos, que estava internado no Hospital Materdei, com 100% da superfície corporal atingida.

Fiscais da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) investigam a possível relação entre o acidente e a carga horária excessiva a ser submetidos os cerca de 2 mil empregados das 30 empreiteiras que prestam serviços à Regap. Os 811 funcionários da refinaria Segundo o médico Riccioi Paes da DRT, nos últimos 40 dias o órgão fez várias inspeções na unidade e fez 110 notificações, tanto Petrobrás quanto às suas prestadoras de serviço.

"Os trabalhadores têm regime de horas em quantidade muito acima do permitido pela legislação, incluindo sábados, domingos e feriados", disse. "Alguns ficam mais de 20 seguidos sem folga, fazendo horários que vão das 6h30 às 23h30, e não há como negar que o cansaço é um componente que pode levar o trabalhador a sofrer um acidente". A DRT chegou a classificar o trabalho de horas trabalhadas na Refinaria como "escravidão branca".

Vice-chanceler chileno pede o fim da greve de fome

Santiago - O vice-chanceler do Chile, Mariano Fernández, apelou ontem para que os cinco presos chilenos desistam da greve de fome iniciada há 43 dias em São Paulo, junto com dois argentinos e um brasileiro, porque a solução do caso seria iminente. Os oito participaram do seqüestro do empresário Abílio Diniz, em 1989. Eles decidiram manter o protesto até que o governo brasileiro expulse os estrangeiros e conceda indulto ao brasileiro. Segundo Fernández, os chilenos deveriam sus-

pendar a greve de fome em reconhecimento aos esforços do governo para resolver sua situação. O vice-chanceler informou que, nos últimos cinco dias, o presidente Eduardo Frei conversou cinco vezes por telefone com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em busca de uma solução.

Fernández disse na próxima semana o Parlamento chileno aprovará o tratado de intercâmbio de presos com o Brasil "que terá força de lei e possibilitará que eles sejam repatriados". Acres-

centou que a redução das penas para 15 e 18 (eram de 26 a 28 anos) anos, concedida na semana passada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, é outro fator favorável aos presos. O vice-chanceler disse também que assessores viajaram ao Brasil com o padre jesuíta José Aldunate, enviado pela Igreja chilena, na companhia também do deputado socialista Jaime Naranjo, mas nenhum deles conseguiu convencer os presos a suspender a greve de fome.

Maria Emilia Marchi, Ulisses Gallardo, Pedro Fernández, Ser-

gio Urtubia e Héctor Tapia são membros do Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR). Eles integram o grupo que há 9 anos seqüestrou Abílio Diniz e pretendia usar o resgate para financiar a guerrilha em El Salvador.

Fernández informou que, apesar das tentativas do governo chileno, o presidente Fernando Henrique negou-se a assinar um decreto de expulsão, porque considera que foi cometido um crime gravíssimo e que há saídas jurídicas e políticas para a questão. O

vice-chanceler lamentou que a solução possa chegar depois da morte de alguns presos, e admitiu que o caso deu origem a um "esfriamento inédito" das relações diplomáticas entre os dois países.

Perguntado por que o governo chileno não foi mais enfático em relação aos acordos bilaterais de expulsão de presos, Fernández declarou: "Não queremos atizar fogo, mas resolver o problema. Estamos trabalhando com eficiência, mas isso não está sendo reconhecido pelos presos".



Cliente	ANUBRA
Veículo	CORREIO BRAZILIENSE - BRASÍLIA
Data	30.12.98
Seção	OPINIÃO
Página	17

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

Direitos

Vem do Chile o deputado Jaime Naranjo, defensor dos direitos humanos, pedir a libertação dos seqüestradores de Abílio Diniz. José Gregory sugeriu mandá-los a julgamento noutros países, mas o chileno repeliu a idéia. Como se trata de direitos humanos, vale a interpelação sobre o que eles fariam se o dinheiro não fosse entregue e se a polícia não houvesse descoberto a trama a tempo. Abílio Diniz também é humano, e, portanto, deve ter direitos resguardados.

L
s
is
o
s-
te
la,
g-
sta
er-
a
erá
”
isã



Cliente	ANUBRA
Veículo	O DIA - RJ
Data	31.12.98
Seção	POLÍTICA
Página	10

Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax : (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

O DIA em Brasília

MARCELO AULER (Interino)

Novo governador não se envolve na eleição da Assembleia

apio
descarta
Garotinho

ALERJ



CARLOS WREDELL / A/B

amentos
caia continuam

contra-atacou: revelou documentos de uma casa de prado deputado cujo valor seria incompatível com sua renda de parlamentar.

Classificando Cabral Filho de "biscateiro" e "marajá", Marcello disse que o deputado não é mais seu candidato à prefeitura, na disputa do ano 2000. "Meu candidato é o Luiz Paulo Correa da Rocha", afirmou Marcello. O governador acredita que Cabral Filho acabará indo para o PMDB.

Guerra contra Cabral

CASO ABÍLIO DINIZ

Continua a

Sequestradores aceitam proposta do

SAO PAULO

Representantes dos governos do Chile, da Argentina e do Brasil devem assinar hoje, pela manhã, o protocolo que antecipa o tratado de transferência de presos entre esses países. A informação é do advogado dos sequestradores do empresário Abílio Diniz, Iberê Bandeira de Mello. O advogado esclareceu que assim que for firmado o protocolo, uma cópia do documento será enviada ao Hos-

pital das Clínicas em São Paulo para que os sequestradores conheçam os termos do documento. Com o documento será enviado o pedido de adesão que será assinado pelos sete sequestradores estrangeiros em grande parte. Os presos permanecerão em greve até o dia de hoje, informou o advogado. O caso do brasileiro Rosélio Freire está sendo tratado paralelamente, se-

melancólico recorde. A Secretaria de Segurança viu crescer em 89% o número de chacinas ocorridas em todo o estado. So na capital, o crescimento foi ainda maior: 112%, incluindo as três mortes ocorridas ontem na Zona Sul da cidade. Enquanto em 1997 ocorreram no estado 47 chacinas (homicídios violentos com mais de três vítimas), este ano foram registrados 89 casos. Na capital foram 53 casos em 1998, contra 25 no ano anterior. No interior ocorreram 36 casos este ano, contra 22 em 1997. Também subiu assustadoramente o número de vítimas nessas chacinas: 89%. Na capital foram 173

do ano anterior). Com base nos dados que vêm sendo esclarecidos, 41,5% este ano, sendo que na capital - o diretor da Divisão de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) da Secretaria de Segurança, Marco Antônio Desgualdo, conclui que a maior parte dos crimes tem por motivação o chamado microtráfico. São brigas de pequenos traficantes ou de viciados que ficam devendo a droga que consomem, em especial, o crack. Outra constatação lamentável: as vítimas, na maioria, são jovens, como a menina de 14 anos assassinada ontem.

"NOSSOS JOVENS estão matando e morrendo cada vez mais cedo".

Marco Antônio Desgualdo, diretor da DHPP de São Paulo, res- peito do crescimento do número de jovens assassinados no estado).

JOSÉ GREGORI. SECRETÁRIO NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS

Afilhado rejeitado

→ Ao saber que o alagoano Sérgio Moreira, ex-superintendente da Sudene, foi indicado pelo Governo para a diretoria executiva do Sebrae, onde ganhará um salário de R\$ 17 mil, o Secretário Nacional de Direitos Humanos, José Gregori, não conteve a curiosidade. "Quem é o padrinho dele, para ganhar um cargo desses?" A resposta foi dada, em tom de brincadeira, por alguém que estava na sala do Ministério da Justiça: "Dona Ruth Cardoso". Gregori não se fez de rogado. "Vou ligar para ela reclamando, pois sempre pensei que eu fosse seu afilhado predileto e nunca ganhei nada igual".



CONVITE MAROTO. A Secretaria Nacional Antidrogas (Senad) recebeu, às 17h do dia 16 de dezembro, convite do Ministério da Justiça para que o juiz Walter Maierovitch participasse da operação de erradicação de pés de maconhas no conhecido polígono da maconha, em Pernambuco. O convite acabou criando uma certa revolta. Primeiro, por ter sido feito em cima da hora: a operação era na manhã seguinte. O juiz, naquele dia, nem sequer estava no Brasil. Mas, também, por a Polícia Federal surpreender a Senad com uma operação que, segundo entendem, deveria ter sido planejada em conjunto.

Deserção

→ Enganam-se os que imaginam que o paulista Andréa Matarazzo, que recusou a Secretaria de Comunicação da Presidência da República, transformando-se na primeira baixa do novo governo de Fernando Henrique Cardoso, desencantou-se porque lhe haviam prometido o Ministério das Comunicações. Matarazzo estava de olho gordo, na verdade, no BNDES.

Frente a frente

→ Em março, FH terá oportunidade de ficar frente a frente com o economista americano David Lanes, da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos, durante um seminário que a Confederação Nacional das Indústrias promoverá em Brasília. Lanes, autor do livro **Riqueza e Pobreza das Nações**, é o principal crítico da teoria da dependência, de autoria do professor Fernando Henrique Cardoso.

Mudanças no STF

→ O presidente da OAB, Reginaldo Castro quer, na tão prometida reforma do Judiciário, modificar a atual estrutura do Supremo Tribunal Federal. Ele defende o modelo italiano, em que os juizes da Corte Constitucional ficam no cargo apenas por nove anos. No Brasil, ministro do STF tem cargo vitalício. Sai aos 70 anos. Quer mudar também a forma como são escolhidos os ministros.

Difícil missão

→ O senador Roberto Freire (PPS-PE) acha que, mesmo com as ameaças de FH de demitir ministro cujo partido não votar com o Governo, não será fácil aprovar a contribuição previdenciária dos inativos. Para ele, a medida só passa se a cobrança for em cima das aposentadorias maiores, acima de R\$ 3 mil, por exemplo. "Mas o Governo tem muita dificuldade em negociar", conclui.

Desde outubro a Interpol já sabia que os italianos envolvidos com lavagem de dinheiro da máfia no Brasil, por meio de empresas que alugam máquinas de jogos para bingos, não estavam mais no País.

O governo do Ceará comemora um crescimento real de 3,7% na arrecadação. Na segunda-feira, os funcionários públicos estarão recebendo o salário de dezembro.

Frase ouvida em Brasília, a respeito da questão dos sequestradores de Abílio Diniz: "O Governo chegou ao seu limite. Não avança mais". E pagar para ver.



Cliente ANUBRA
Veículo JORNAL DA TARDE - SP
Data 03.01.99
Seção JORNAL DE TV
Página 02
Rua Traipu, 221 - CEP 01235 000 - São Paulo - SP - Fone/Fax: (011) 3667 7532 - 3667 1843 - 3666 8147 - 826 3713 - 826 1048

gabriel prioli

crítica

Expectativa no novo ano televisivo

Apesar da avalanche de baixarias, surge a esperança que as emissoras invistam na seriedade de suas programações. Resgatando criatividade e qualidade

Um novo ano televisivo está começando, inicialmente com o festival de reprises habituais, mas desde já com alguns lançamentos, que irão se avolumando até meados de abril, quando estará totalmente configurada a programação das emissoras. Antes, entretanto, de nos determos nos novos programas que serão oferecidos, até porque ainda não o foram,

cumpra formular alguns votos de sucesso aos profissionais da televisão, para que este venha a ser, de fato, um feliz ano novo. Assim sendo, este escriba convida os leitores a se unirem a ele, nos seguintes desejos:

Feliz Código de Ética - Que as grandes redes levem a sério os compromissos assumidos com o secretário de Direitos Humanos, José Gregori, e que estabeleçam critérios rígidos de ética e qualidade editorial, para serem cumpridos fielmente em todos os seus programas, mesmo que isso eventualmente atrapalhe a conquista de audiência fácil. Se tiverem dúvidas na formulação de suas próprias normas de conduta, que simplesmente tirem da letra morta o Código de Ética da Radiodifusão Brasileira, existente desde 1980 e que até hoje não foi empregado pa-



ELIANA NA RECORD: imprimindo qualidade à programação infantil

ra conter excessos, descaminhos e "baixarias".

Feliz Ratinho Novo - Que o apresentador Carlos Massa reflita sobre suas responsabilidades perante a enorme audiência que conquistou nos últimos dois anos e abandone a escatologia, as criaturas deformadas, as desavenças conjugais e as brigas de vizinhos que têm animado o Programa do Ratinho. Que ele invista mais no seu potencial humorístico e explore a força de seu carisma para a realização de shows de entretenimento saudável, divertido, familiar, sem humilhar ou explorar os pobres desgraçados. E que contagie Leão e demais seguidores nesse novo caminho.

Feliz Amorim 99 - Que Paulo Henrique Amorim persista em sua cruzada pela qualificação do telejornalismo, resistindo ao populismo e à banalização do noticiário, em nome da boa informação dos telespectadores brasileiros. Que o exemplo vitorioso de seu trabalho e dos demais companheiros da Band, incluído aí o Canal 21 de Ricardo Kotscho, sensibilize outros telejornais e reorientes, no rumo de um noticiário sério, completo e avesso ao espetáculo.

Feliz Mulher Ano 2 - Que o seriado pilotado por Daniel Filho na Globo, e esplendidamente protagonizado por Eva Wilma e Patrícia Pillar, prossiga com a alta qua-

lidade que demonstrou na primeira temporada e que o qualificou como o melhor programa de 98. Que siga triunfando o casamento da televisão com o cinema.

Feliz Cultura Ano 30 - Que a rede pública paulista, ao celebrar o seu 30º aniversário, confirme sua opção por uma programação de alto nível, oferecendo ao telespectador, em especial o mirim, produtos que consigam aliar tão bem o entretenimento e a educação quanto os Castelos Rá-Tim-Bum.

Feliz Record e concorrentes - Que a rede de Edir Macedo não se deixe abater pelas perdas de 98 (Ratinho, Rodolfo e ET, Eduardo Lafon) e siga investindo seriamente na qualificação de seus produtos, como fez há pouco na programação infantil, ao contratar Eliana e ao lançar Vila Esperança. Que se mantenha, competitiva, disputando a liderança com a Globo e o SBT, para que a concorrência estimule a criatividade, gere bons programas em todas as redes, e crie alternativas.

Feliz tevê paga - Que as operadoras de cabo e satélite ampliem sua base de assinantes, lancem pacotes populares acessíveis aos telespectadores pobres, reduzam o preço das assinaturas para os demais e sigam lançando bons canais de entretenimento e cultura, nivelando pelo alto a programação da TV. E que possam estimular a tevê aberta a seguir a nesse esforço de qualificação, no interesse do público brasileiro.

DIREITOS HUMANOS

Maurício Claretin/AE



Ruth Cardoso cumprimenta d. Paulo na entrega do prêmio.

D. Paulo pede empenho na busca de desaparecidos no regime militar

Ao receber prêmio, cardeal faz pedido à primeira-dama, Ruth Cardoso

ROLDÃO ARRUDA

O cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo-emérito de São Paulo, pediu ontem ao governo que se empenhe mais na busca e identificação dos restos mortais dos desaparecidos durante o regime militar. "Peço que se abram os arquivos e se descubra onde estão os restos mortais dos heróis que lutaram pela democracia", disse o cardeal, de 78 anos.

O apelo foi dirigido diretamente a Ruth Cardoso, durante a entrega do Prêmio Direitos Humanos, realizada no Memorial da América Latina, em São Paulo. A primeira-dama, presente à cerimônia, foi elogiada pelo cardeal, que ressaltou os estudos produzidos por ela no passado sobre organizações populares. "Pedimos agora que continue a ser o que sempre foi, defendendo ideais de fraternidade e justiça social", disse o cardeal.

O Prêmio Direitos Humanos é concedido anualmente a pessoas e instituições que se destacam na promoção das liberdades democráticas. É organizado pela Associação das Nações Unidas-Brasil, entidade presidi-

da pelo empresário Mário Garnero e dedicada a aproximar a ONU da sociedade civil, em especial os empresários.

O cardeal Arns, eleito Personalidade do Ano de 1999, foi o principal homenageado, ontem. Em 1998, o prêmio havia sido outorgado ao ministro da Justiça, José Gregori.

Neste ano, o ministro presidiu a comissão julgadora, que também homenageou, com o Prêmio Reconhecimento Póstumo, o senador Franco Montoro e o arcebispo d. Hélder Câmara, ambos mortos em 1999.

Amigos - Foram premiados ainda o Programa de Alfabetização Solidária, idealizado por dona Ruth, e a organização não-

governamental Agência Nacional de Notícias dos Direitos da Infância (Andi).

Gregori e o cardeal Arns, que se aposentou em 1998, são amigos. Eles trabalharam juntos na Comissão de Jus-

tiça e Paz da Arquidiocese durante os anos do regime militar. Ontem, o cardeal lembrou essa colaboração, afirmando que o ministro certamente vai empenhar-se para que toda a verdade sobre o período venha à tona. Ele referiu-se especialmente à Operação Condor, que teria unido os serviços de repressão política dos regimes militares na América Latina nas décadas de 60 e 70.

**MONTORO
E D. HÉLDER
RECEBEM
HOMENAGEM**

CARAS

PRÊMIO SOLIDÁRIO DOM PAULO E RUTH CARDOSO

A emoção deu o tom na entrega do Prêmio Direitos Humanos 1999, em SP. O cardeal dom **Paulo Evaristo Arns** (79) dedicou seu prêmio de Personalidade do Ano às vítimas da opressão, e disse: "Nunca haverá a última conquista em direitos humanos." Ele felicitou a primeira-dama **Ruth Cardoso** (69) pelo prêmio Entidade de Ação Pública, que ela ganhou por trabalho de alfabetização. "Os premiados são exemplos de luta. Me sinto honrada", disse dona Ruth.



JOHN TRAVOLTA LEVA FILME E FAMÍLIA À EUROPA KELLY PRESTON CIRCULA COM A PEQUENA FILHA DO CASAL

Enquanto **John Travolta** (46) aterroriza com a caracterização de seu personagem, o vilão alienígena Teri, sua filha, **Ella Bleu** — nascida no dia 3 de abril —, encanta a todos por onde passa com a mãe, a atriz **Kelly Preston** (37), e o irmão, **Jett** (8). A família está na Europa para a divulgação de *A Reconquista*, nova superprodução do versátil Travolta. Há pelo menos 18

anos, o ator vinha tentando transformar em filme o livro de **L. Ron Hubbard**, fundador da Cientologia, a seita que frequenta em Los Angeles. Embora os traços delicados de Ella Bleu sejam mais agradáveis, o público quer mesmo é ver a fantástica maquiagem de Travolta. O longa, que promete agradar os fãs de ficção científica, tem estréia marcada para o dia 2 deste mês no Brasil.

ANGOLA • BRAZIL • CAPE VERDE • BISSAU GUINEA • MOZAMBIQUE •
PORTUGAL • SÃO TOMÉ AND PRINCE

O Jornal Do Clube

From the Portuguese Language/
UNSRC of the United Nations Organization

INTERVIEW

UN Mobilizes Entrepreneurs in Brazil

Interviewee: Mario Garnero

Mario Garnero is the most active Brazilian entrepreneur in the United Nations today. Often received by Secretary-General Kofi Annan, the president of Fórum das Américas, an entity that gathers hundreds of entrepreneurs, says in this interview that the United Nations programs are becoming more dynamic amongst jurists, politicians and intellectuals in the entire Latin America.

***JORNAL DO CLUBE:** The last time O Jornal do Clube talked with you was before Secretary-General Kofi Annan's visit to Brazil. At that time, you had a series of projects, among which was to convince, through Fórum das Américas, the Brazilian entrepreneurs and the ones of Mercosul to cooperate with the UN. What happened ever since?*

MARIO GARNERO: We were very lucky to accept Secretary-General Kofi Annan's suggestion to establish a more active presence of the private sector in the integration with the UN and the popularization of its programs - which were already being very successful in Brazil, such as the UNICEF and the World Health Organization programs. What happened was that we created the United Nations Association - Brazil, one of the 93 UN associations in the world. They are non-governmental independent entities, supported by entrepreneurs and voluntary contributions of their members, whose purpose is to approach the UN to the country's thinking and leading sectors.

J.C.: What are the Association's current activities?

M.G.: We have influent members, such as the Chamber of Deputies' president, Michel Temer; unionists such as Paulinho, of the Metallurgist Union; Abram Szajman and other people associated to the Brazilian entrepreneurial sector; intellectuals who support and have important roles in the Association. Two interesting facts have happened: first, the Association promoted an important national campaign mobilizing politicians and the public opinion in favor of a candidacy for the 1998's Human Rights Award that Brazil was presenting to the United Nations. We were lucky to be able to contribute with President Fernando Henrique Cardoso's work, in his policy for the human rights, and particularly with Secretary Dr. José Gregori, who won the UN's award out of 400 candidates.

J.C.: What are the projects of the United Nations Association - Brazil and what impact do they have in the country?

M.G.: We are discussing an agreement to support the Solidary Community Program, headed by Mrs. Ruth Cardoso. She was with us when Dr. Jose Gregori received the award. The Association will give its support and contribution to the accomplishments of the Solidary Community Program. We also intend to launch a specific program in São Paulo: a program to coordinate meritorious efforts currently accomplished in São Paulo, to put an end to children's living in the streets and to poverty. We want to help solve social problems on the streets of the city. This is a priority objective. Another enterprise that has brought me to the United Nations is the Millenium Assembly, which will gather the world leaders in the headquarters of the United Nations in the year 2000, to discuss the calendar of the century 21. There is something we will do in Monte Carlo: a great meeting in which we will discuss the wisdom and the vision of the private sectors, not just businessmen, but also intellectuals and workers, in order to have a decisive influence in the calendar of the year 2000, which will be set here in New York City, in September of next year.

J.C.: Does that mean that through its own efforts, the United Nations Association - Brazil would also promote the approach of intellectuals, jurists and entrepreneurs to the debate on problems with which you have coexisted and been concerned about for a long time and that are related to the economical, cultural and social development?

M.G.: Exactly. One of the themes of the conference will be the eradication of poverty in the world. Talking more specifically in the Association scope, what Brazil necessarily has to do is to solve the increasing problem of the marginality of the economical development of the Brazilian people. I think that poverty eradication is also one of the Brazilian concerns for the coming millenium. I will come back to the UN to visit Secretary-General Kofi Annan and invite him to participate in the final meeting. That meeting has the support of Monte Carlo's Principality's government and of important governments, such as the ones of France and Argentina. I have been in Argentina and invited President Menem and Argentinean entrepreneurs for that meeting. That shows that a private association with no other funds but the ones voluntarily given by its members can contribute a lot in a process of world integration and be a useful instrument for the United Nations and countries like Brazil, in the struggle for economical and social development.

J.C.: *As you said previously, Brazil has a Gross National Product of more than USS 1 trillion. However, it presents an unequal socioeconomical development. That effort for the exclusion of the absolute poverty is a work in which everyone should be envolved: the government, the private sector and other segments of the civil sector. How can we start?*

M.G.: World Bank studies show that if we had applied 5% of the Gross National Product consistently, or say, coherently, in one decade we would have eliminated the monumental difference that we now face, this social abyss that was created in Brazil. Five percent with a stable currency, we should say. The great social unbalance in Brazil has three causes: inflation in first place, inflation in second place and inflation in third place. We are the ones who are managing the country badly, allowing inflation rates that redistribute poverty badly to redistribute poverty and to redistribute it concentrating wealth itself. In a moment like this, when we face an important management crisis, when once again we face a crisis of belief in the country itself, it is important to see this: a currency devaluation cannot be seen as the end of a nation. But it is a good lesson to show us that it is enough of bad management, it is time to look at ourselves without imagining that to grow depending on the capital of others greatly depends on our internal efficiency to present good numbers. We have all it takes to grow, independently based on the Brazilian development process and on how to eradicate poverty.

J.C.: Is poverty eradication profitable for entrepreneurs?

M.G.: In the most selfish analysis possible, I would say that if it is not profitable, at least it provides safety. Nowadays nobody can be considered safe in Brazil. No government, no entrepreneur, no union leader or politician. With such income disparity, we are heading to the creation of an unstable society, where future is quite inconsistent.

J.C.: Despite of it all, is Latin America - and Brazil in particular - an attractive pole for worldwide investments?

M.G.: It certainly is. At this moment, Latin America continues being extremely important and it is a pole of investment attraction. In order to make those investments happen, we must understand there are three things to be supplied: technology, capital and market, which we already have. It is this market function that makes us so attractive to the rest of the world. Latin America is doubtlessly the most important development pole of the coming century.

J.C.: In your meeting with Secretary-General Kofi Annan last year, he asked for Brazilian entrepreneurs' support towards a more active information center in the UN and better conditions for it in Brazil. Has that been possible?

M.G.: One of the Secretary-General's specific requests during the meeting in Lisbon was to have the report on Africa translated and distributed to the Portuguese Language peoples. That was immediately done and we believe that much more can still be done in order to popularize it. Let's take, for instance, what happens in the world radio and television areas and in Brazil: in the event for Dr. José Gregori's award, the sponsors were basically the Brazilian Association of Radio and Television, ABERT, and the National Association of Newspapers. We found out that there are a lot of entrepreneurs open to the great causes of the United Nations. We just need to be more active and that is what we are doing.

J.C.: We have talked about the United Nations Association - Brazil and about the UN, but we could not forget to mention the power of the Fórum das Américas in the catalysis of the entrepreneurial forces of Latin America. How is the Fórum das Américas doing?

M.G.: We are active and healthy. The pressure is high, which is a positive result. We are organizing the Fórum in two main sectors: first, we have to show the positive side of Brazil abroad. Secondly, on the same occasion of the International Monetary Fund's meeting in Washington in September, we will be holding an important event. The most important thing, however, refers to two aspects we want to develop. First, the legislation regulation and harmonization in the Mercosul scope, during a meeting we will promote in partnership with the Argentinean Ministry of Justice in the Federal Senate in Brasilia, in the first week of June. That event will raise an important question so that members of parliament, jurists and businessmen acknowledge the need for a juridical integration of Mercosul – the harmonization of its legislations -, since without law security it is not possible to have a bigger progress in Mercosul. I think it is an important matter because it will be the first time that we will really discuss, in wider terms, out of the government's scope, the subject of the harmonization of the laws and of the juridical consistence of Mercosul.

J.C.: *Why in the Senate's territory?*

M.G.: Because we think that it will convey an important message to the Brazilian legislators, who are very interested in Mercosul, and to the legislators of the other Mercosul countries. It is not possible to imagine that this legislation will be changed or amended and that constitutions will be altered, that there will be a certain accommodation of the national sovereignties, without the presence of the National Congress. The national congresses know the matter well. That is the foundation.

J.C.: *In the calendar of the United Nations Association - Brazil also appears a seminar named "The Path of International Penal Courts", whose coordinator is Minister José Francisco Rezek, judge of the International Justice Court of The Hague. What do you say about it?*

M.G.: We intend to extend the debate currently in process in the UN. We have had the important participation of one of our counselors in the elaboration of that program, Minister Baena Soares, president of the UN's Human Rights Commission. The debate we intend to promote with the important participation of Brazilian jurists aims exactly to give an idea of how the country should integrate such Court, which begins to gain a lot of power. And, having Brazil received an award as the one it received, an award related to the human rights, it is not just important for the established policy, but it is

an expressive landmark in the history of the UN. After all, Dr. José Gregori was the first Latin-American to receive such award, so now we have to give one step forward in order to integrate Brazil in those great movements for the worldwide protection of the human rights. And, doubtlessly, that International Court is the most important issue in the calendar for the protection of the human rights in the next 20 years.

De: troyjo@hotmail.com <troyjo@hotmail.com>
Para: mgarnero@brasilinvest.com <mgarnero@brasilinvest.com>;
 tcohen@brasilinvest.com.br <tcohen@brasilinvest.com.br>;
 troyjo@hotmail.com <troyjo@hotmail.com>; albuquerque@un.org
 <albuquerque@un.org>; mhallake@hotmail.com <mhallake@hotmail.com>
Data: Terça-feira, 22 de Maio de 2001 15:46
Assunto: Você recebeu uma notícia do BOL!

Comentário:
 Notícia dobre Zilda Arns



BOL
 BRASIL ONLINE

VilaBOL | Miner | Bata-papo | ShoppingBOL | Notícias | AcessoBOL | Ajuda e-mail grátis

Personalizar | Voltar | Ajuda



Notícias

Em tempo real

Caça-Notícias: Assunto:

Terça-feira 22/05/2001

Destaques

- Economia
- Esportes
- Geral
- Mundo
- Política
- Saúde
- Tecnologia e Internet
- Variedades

Notícias > Destaques

Envie essa página para um amigo

Segunda-feira, 21 de Maio de 2001 21:56:56

Zilda Arns vai receber Prêmio Direitos Humanos 2001

Lisa Baertlein

Reuters



ShoppingBOL



Clippings

- Bolsas
- Congresso
- Finanças
- Internet
- Meio ambiente
- Polícia
- Saúde

SÃO PAULO - A responsável pela Pastoral da Criança, Zilda Arns, vai receber o Prêmio Direitos Humanos 2001, oferecido pela Associação das Nações Unidas-Brasil, confirmou nesta segunda-feira uma comissão julgadora presidida pelo ministro da Justiça, José Gregori.

A escolha de Zilda Arns, 66, que também é indicada ao Prêmio Nobel da Paz de 2001 pelo governo brasileiro, foi unânime, informou a assessoria da associação.

"Sua atuação se estende da saúde à educação, da nutrição à construção da cidadania, trazendo alegria e esperança para milhões de crianças carentes", disse o empresário Mario Garnero, presidente da associação e quem propôs o nome da médica sanitarista para a premiação.

O trabalho da Pastoral é feito com voluntárias que acompanham mulheres desde a gravidez até o nascimento dos



O Melhor da Internet

- Bancos
- Economia
- Empresas
- Finanças
- Governo
- Justiça
- Política



Buscador Miner

- [ImagemMiner](#)
- [EconomiaMiner](#)
- [Planos de Negócios](#)
- [PublicidadeMiner](#)
- [TecnologiaMiner](#)



Guia de Compras

- Leilões
- Bancos



VilaBOL

- [Economia e Negócios](#)
- [Empresas](#)
- [Finanças](#)

lentos e o desenvolvimento das crianças. Por mes, segundo dados do 3o. trimestre de 2000 da Pastoral, são acompanhadas, em média, 74.771 gestantes e 1.579.319 crianças carentes menores de 6 anos de idade de áreas rurais e urbanas.

As voluntárias fazem a medição e a pesagem das crianças e ensinam como fazer hortas, aproveitar melhor os alimentos e preparar a multimistura -- uma farinha de alimentos alternativos, como farelo de trigo e de arroz e frutos típicos de cada região, que é a base do combate à desnutrição.

O trabalho da Pastoral já foi exportado, e está sendo usado em países africanos e no Timor Leste.

A data para a entrega do prêmio ainda não foi definida.

Envie essa página



para um amigo

REUTERS 

Reuters Limited - todos os direitos reservados 1999.
Clique aqui para limitações e restrições ao uso.

Destaques

[Primeira Página](#) | [Economia](#) | [Esportes](#) | [Mundo](#) | [Saúde](#) | [Tecnologia & Internet](#) | [Política](#) | [Geral](#) | [Variedades](#)

[Condições de uso do BOL](#) | [Sobre o BOL](#) | [Política de privacidade](#) | [Anuncie](#)
[Registre-se no BOL](#) | [Trabalhe no BOL](#) | [Fale conosco](#) | [Peruntas mais frequentes](#)

Lembre-se: sua senha de acesso no BOL é secreta; não a informe a ninguém.
O BOL jamais solicitará sua senha por e-mail ou por telefone.

Copyright 1999 - 2001 - Brasil Online - Todos os direitos reservados



Notícias

22 de maio de 2001



Audio integral do programa.

Para escutar as notícias você precisa instalar [Real Player](#).

Produção e apresentação diária de João Lins de Albuquerque.

Assistência de produção: Sandra Guy.

O ministro da Justiça, José Gregori, nos fala, nesta edição - entre outros temas - sobre o prêmio de Direitos Humanos da Associação Nações Unidas/Brasil à Dra. Zilda Arns. Gregori faz também uma avaliação sobre os trabalhos da Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, e debate as recomendações do Comitê sobre Tortura da ONU, que propõem uma solução para a situação das prisões brasileiras.

O tema central deste programa está relacionado com a liberdade de imprensa e o décimo

Zilda Arns: Prêmio de Direitos Humanos da Associação Nações Unidas/Brasil.



A Associação Nações Unidas/Brasil decidiu laurear este ano, com seu prêmio de Direitos Humanos, a Dra. Zilda Arns, médica sanitária e pediatra brasileira, coordenadora nacional da Pastoral da Criança.

Com o apoio de mais de 145 mil voluntários, a Pastoral da Criança - candidata também ao Premio Nobel da Paz de 2001 - presta assistência hoje a mais de 1,5 milhão de crianças carentes e 75 mil gestantes, em todo o país.

Dra. Zilda Arns:

"Eu estou muito emocionada por ter sido escolhida. E esse prêmio, naturalmente, eu dedico à todas as líderes, agentes da Pastoral da Criança, noventa por cento, delas, pobres, que moram em bolsões de miséria e de pobreza e que apesar de pobres e voluntárias, elas se dedicam tanto à causa. Gostaria de ressaltar muito, o apoio que a Pastoral da Criança recebe também do Ministério da Saúde, que reconhece o valor do voluntariado e que nos possibilita defender esse trabalho, em 32 mil comunidades. E o voluntariado faz, também, com que esse trabalho se torne mais barato e que tenha mais calor humano pela dedicação desse povo, que compreendeu realmente o objetivo. "

Dra. Zilda Arns, coordenadora nacional da Pastoral da Criança.

Mário Garnero, Presidente da Associação Nações Unidas/Brasil, Fórum das Américas e Brasilinvest, qualificou a escolha do nome de Zilda Arns, como um merecido reconhecimento, afirmando que a láurea pode fortalecer a candidatura da Pastoral da Criança ao Premio Nobel da Paz.

Mário Garnero:

aniversário da
histórica
conferência de
Windhoek,
sobre o tema
Manuel
Augusto,
vice-ministro da
Comunicação
Social de
Angola, nos fala
sobre a
evolução do
aprendizado
que vem
moldando a
liberdade de
imprensa na
África e em
particular em
seu país, ainda
em guerra.

"Nós temos uma história de premiações que tiveram grande repercussão internacional. A do ano passado foi Dom Paulo Evaristo Arns e a primeira láurea concedida foi ao ministro José Gregori. A Associação teve, dentro da ONU, uma atuação relevante, que permitiu ao ministro, por seus méritos próprios, naturalmente, mas com a ajuda da sociedade brasileira, receber pela primeira vez para o Brasil, um prêmio internacional de Direitos Humanos, outorgado pela ONU. Portanto, eu acredito que este prêmio tenha, no âmbito nacional e no âmbito internacional, suficiente peso para dar mais um apoio a essa campanha que não é da associação das Nações Unidas, mas que é de todo o povo brasileiro, como disse o presidente Fernando Henrique Cardoso."





Notícias

22 de maio de 2001

Rep



Audio Integral do programa.

Para escutar as notícias você precisa instalar [Real Player](#).

Produção e apresentação diária de João Lins de Albuquerque.

Assistência de produção: Sandra Guy.

O ministro da Justiça, José Gregori, nos fala, nesta edição - entre outros temas - sobre o prêmio de Direitos Humanos da Associação Nações Unidas/Brasil à Dra. Zilda Arns. Gregori faz também uma avaliação sobre os trabalhos da Comissão dos Direitos Humanos, em Genebra, e debate as recomendações do Comitê sobre Tortura da ONU, que propõem uma solução para a situação das prisões brasileiras.

Zilda Arns: Prêmio de Direitos Humanos da Associação Nações Unidas/Brasil.



A Associação Nações Unidas/Brasil decidiu laurear este ano, com seu prêmio de Direitos Humanos, a Dra. Zilda Arns, médica sanitária e pediatra brasileira, coordenadora nacional da Pastoral da Criança.

Com o apoio de mais de 145 mil voluntários, a Pastoral da Criança - candidata também ao Premio Nobel da Paz de 2001 - presta assistência hoje a mais de 1,5 milhão de crianças carentes e 75 mil gestantes, em todo o país.

Dra. Zilda Arns:

"Eu estou muito emocionada por ter sido escolhida. E esse prêmio, naturalmente, eu dedico à todas as líderes, agentes da Pastoral da Criança, noventa por cento, delas, pobres, que moram em bolsões de miséria e de pobreza e que apesar de pobres e voluntárias, elas se dedicam tanto à causa. Gostaria de ressaltar muito, o apoio que a Pastoral da Criança recebe também do Ministério da Saúde, que reconhece o valor do voluntariado e que nos possibilita defender esse trabalho, em 32 mil comunidades. E o voluntariado faz, também, com que esse trabalho se torne mais barato e que tenha mais calor humano pela dedicação desse povo, que compreendeu realmente o objetivo."

Dra. Zilda Arns, coordenadora nacional da Pastoral da Criança.

Mário Garnero, Presidente da Associação Nações Unidas/Brasil, Fórum das Américas e Brasilinvest, qualificou a escolha do nome de Zilda Arns, como um merecido reconhecimento, afirmando que a láurea pode fortalecer a candidatura da Pastoral da Criança ao Premio Nobel da Paz.

Mário Garnero:

O tema central deste programa está relacionado com a liberdade de imprensa e o décimo

De frente para o futuro

serviços de transferência eletrônica de dados (EDI) e captura de transações eletrônicas de cartões de débito e crédito (TEF). Foi estabelecida a interligação de SCPCs com Rio de Janeiro, Paraná, Minas Gerais e Espírito Santo. O mesmo processo de modernização veio a permitir, também, a implantação do acesso aos serviços da ACSP por meio da Internet.

Uma das mais significativas — e auspiciosas — evidências da evolução ocorrida na ACSP, a partir de 1995, foi a obtenção da certificação ISO 9002 para os serviços SCPC, TeleCheque, SRC e Pessoa Jurídica, em agosto de 1998. O órgão certificador foi a renomada Fundação Carlos Alberto Vanzolini. O certificado ISO 9002 foi um dos grandes destaques da atuação da Superintendência de Serviços, que para esse fim montou em 1997 o Departamento de Qualidade, ultimamente empenhado no desenvolvimento do Projeto ISO 9001, para todas as áreas da Associação Comercial de São Paulo.

Inteiramente reestruturada, a Superintendência de Serviços pôde apresentar uma performance realmente extraordinária nesse quadriênio, a começar pelo crescimento do número

Em maio de 1996, o então ministro das Comunicações, Sérgio Motta, recebe em Brasília o presidente Aliprandi



De frente para o futuro

ro de associados já no primeiro ano: foram 5.312 associados a mais em 1995 (42% acima dos 3.741 contabilizados no ano anterior). No final de 1998, o cadastro total registrava 26.290 associados, com um crescimento de 8,3% sobre 1997.

Entre outras, uma das medidas que mais influíram nesses resultados foi a criação da função de pós-venda, para melhor assistência aos associados. Como parte do mesmo projeto, foram criadas as gerências de negócios, com responsabilidade sobre as ações de expansão social. Em 1998, o trabalho de atenção pós-venda aos associados pôde ser incrementado, com a realização de 6.957 visitas e a utilização de novas técnicas, como *marketing one-to-one*, o que representou acréscimo de 8,54% na receita da Unidade Pessoa Física.

Por seu turno, a Unidade Pessoa Jurídica efetuou, em 1998, 2.144 visitas de pós-vendas aos associados da ACSP. Como resultado, houve um aumento de 26,6% de associados que passaram a consultar os serviços da Unidade via meios informatizados (com crescimento de

Em junho de 1998, em São Paulo, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, é cumprimentado pelo presidente Aliprandi

